

DISCURSO DE ÁLVARO CUNHAL NA IV ASSEMBLEIA DE ORGANIZAÇÃO DA MARINHA GRANDE

Pág. 6

Editorial

NA HORA DAS DECISÕES

Termina hoje o prazo dado pelo governo para as negociações dos partidos políticos e dos «parceiros sociais» na base da sua proposta/plataforma. As posições estão no fundamental definidas e o momento das decisões chegou. Têm agora a palavra o PS e o seu governo e os portugueses vão poder aquilatar da seriedade, no sentido de responsabilidade e dos veículos de classe que determinam os actos do partido do governo.

Este momento das decisões é necessariamente um ponto de viragem para as questões imediatas decorrentes da aguda crise económica, financeira, política e social mas é também um passo de profundas consequências para o futuro do país e da democracia portuguesa a médio prazo.

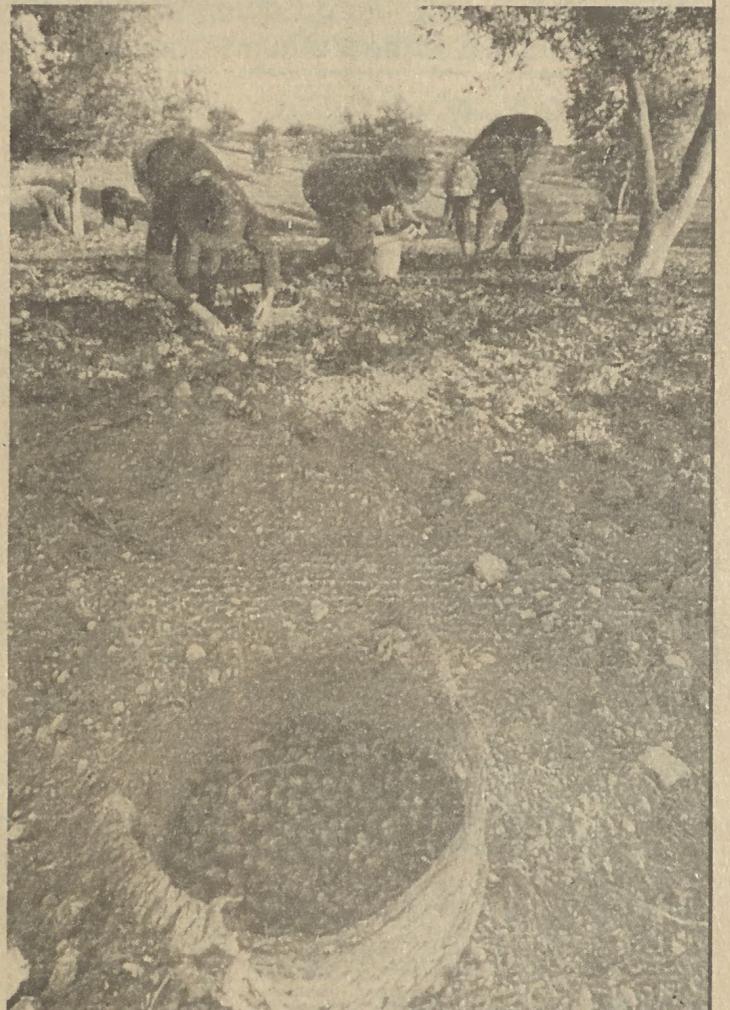
É um momento político caracterizado por aspectos e factores que lhe emprestam uma agudeza particular. Álvaro Cunhal, na Marinha Grande, apontou-lhe algumas características fundamentais.

Genericamente: a falência da política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista; a aproximação do ponto de ruptura financeira; o esgotamento da fórmula do governo PS sózinho mas de facto aliado à direita; a contestação frontal da Constituição e do regime democrático pelas forças reacçãoárias que organizam o assalto ao poder; o reforço do movimento operário e popular que mostra de maneira crescente a determinação dos sectores populacionais mais vastos em defender as liberdades e as outras conquistas da Revolução

(Continua na pág. 2)



O Alentejo paralisou em defesa da Reforma Agrária



... e trabalha na defesa da economia portuguesa

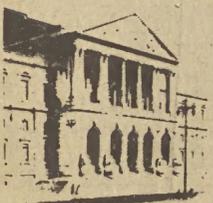
Reportagem do «Avante!» na pág. 8

TRABALHADORES MANIFESTAM-SE



Em Braga (a maior manifestação jamais realizada no Minho), Viana do Castelo, Tramagal e Samora Correia, respondendo a apelos do movimento sindical unitário, milhares de trabalhadores manifestaram-se contra a política do Governo e pela defesa das conquistas da Revolução

Pág. 4



O problemas dos baldios
na Assembleia
da República

Pág. 2

**QUADROS COMUNISTAS
LIGADOS
ÀS AUTARQUIAS
MELHORAM O TRABALHO**

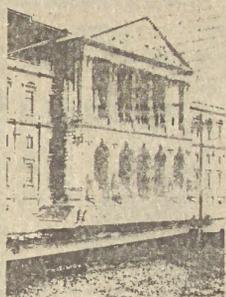
Pág. 9

Promoção Conquistas de Abril

MAIS 15 000
NOVOS
CAMARADAS!

Pág. 12





Os Comunistas na Assembleia da República

Direita faz o mal e depois a caramunha!

A direita reaccionária devia, de vez em quando, meditar na justiça de alguns ditados populares. Mas as suas preocupações não são essas e por isso não é de admirar que, como aconteceu na passada semana, a direita reaccionária faça o mal e depois a caramunha!

Organizaram e promoveram a manifestação do passado dia 19 no Porto. Suscitaram o clima de tensão propício às cenas de violência terrorista que depois se vieram a registar. Passados dias desceram à Assembleia da República, quais Pilatos, a lavarem as mãos na linha da culpabilidade e a condenarem a violência.

Um dos tartufos do CDS apresentou o voto, com falhinhas mansas. Depois falaram as vozes da direita. Dissêram que eram alheios à violência, asseguraram o seu apego à ordem. Mas os factos são factos: membros-ricos da Juventude Centrista, de moca na mão e farda da MP no corpo, cantaram hinos nazis e ergueram o braço para executar a respectiva saudação, tendo recolhido os aplausos da multidão. Encorajados, sedentos de violência, atacaram e destruíram sedes de partidos políticos e a Livraria «Avante!».

A deputada comunista Aida Nogueira pôs o dedo na ferida da mistificação ao afirmar que a própria manifestação trazia no seu bojo a violência que se veio a desencadear. E acrescentou, denuncianado a atitude hipócrita da direita reaccionária: O PPD e o CDS meteram-se num sarilho e agora

vêm servir-se de Assembleia para se livrarem dele.

O voto, tal como foi apresentado, não passou na Assembleia da República, porque a isso se opuseram os deputados comunistas e socialistas, votando nomeadamente contra a primeira alínea do voto na qual se invocava a existência de uma pretensa contra-manifestação. A manobra era clara e destinava-se a justificar toda a violência desencadeada.

Os deputados comunistas abstiveram-se na votação das restantes alíneas que, com os votos dos deputados socialistas, foram aprovadas. Nessas alíneas condenam-se os assaltos às sedes de partidos, o rebentamento de engenhos explosivos e exorta-se à punição dos responsáveis.

Entretanto, os deputados independentes Aires Rodrigues e Carmelinda Pereira apresentaram um voto de protesto sobre o mesmo tema que veio a ser aprovado com os votos favoráveis do PS e do PCP, a abstenção do CDS e a oposição do PPD. Esse voto apresentado pelos dois deputados independentes era do seguinte teor: **Propomos que esta Assembleia aprove um voto de protesto e condenação às acções de violência quer expressas no rebentamento de bombas quer em assaltos às sedes dos partidos políticos e à Livraria «Avante!», praticadas durante a manifestação no Porto no passado dia 19.**

Oposição firme do PCP às actividades que fomentem a divisão entre os portugueses

Para nós comunistas, em vez de polémicas divisionistas e estéreis desenvolvidas em volta do 25 de Novembro, o que interessa essencialmente é trabalhar para reforçar a unidade de todos os portugueses que estão pelas liberdades, pela democracia, pelo regime democrático vigente com tudo o que ele comporta, pela defesa da Constituição, pela salvaguarda da independência nacional.

Foi com estas palavras que o deputado comunista Joaquim Gomes membro do Secretariado da Comissão Política do CC do PCP, finalizou uma declaração de voto do Grupo Parlamentar comunista no termo da discussão e votação de três votos (dois de saudação e um de protesto) destinados a assinalar o segundo aniversário dos acontecimentos registados em 25 de Novembro de 1975.

O CDS e o PS apresentaram cada qual o seu voto de saudação, enquanto que o deputado da UDP apresentou um voto de protesto. Os deputados comunistas votaram contra os textos propostos pelo CDS e pela UDP porque, conforme acentuou na declaração de voto o deputado Joaquim Gomes, cada um deles à sua maneira orienta-se no sentido de acentuar ainda mais a divisão entre os portugueses.

Entretanto, o texto do voto proposto pelo Partido Socialista compunha-se de três alíneas. Em duas delas, o Grupo Parlamentar do PCP absteve-se por considerarmos pouco esclarecida a matéria nestas contidas, conforme disse Joaquim Gomes.

Os deputados comunistas votaram, no entanto, favoravelmente a alínea do voto de saudação do PS que afirmava: Saudação ao Senhor Presidente da República, símbolo da defesa da democracia e garante do integral respeito da Constituição.

O voto favorável aos deputados comunistas nesta alínea foi justificado por Joaquim Gomes de acordo com posições continuamente anunciadas pelo PCP.

Entretanto o deputado comunista afirmaria ainda na declaração de voto: Para nós comunistas, tornou-se claro logo a seguir ao 25 de Abril que a direita e a reacção, utilizando disfarces diversos, empenhavam o máximo de esforços para dividir os militares progressistas. Naturalmente que estes esforços se fundavam na ideia que uma vez consumada a divisão, o caminho ficaria aberto para a contra-revolução e a destruição total das conquistas de Abril.

Para nós, Partido Comunista — prosseguiu o deputado do PCP — que sempre lutámos contra a divisão e pela unidade das forças democráticas civis e militares, o que mais preocupante se nos apresentava por essa altura era a convicção ou mesmo a certeza que a divisão deixaria de ambos os lados homens fiéis ao 25 de Abril. Foi o que, em nosso entender, aconteceu no 25 de Novembro. Lamentavelmente, não foi possível evitar a divisão, mas a Revolução não foi destruída como exigiam a direita, a reacção e o imperialismo. Como exigiam aqueles que em 24 de Novembro de 1975 cortaram as vias de comunicação em Rio Maior e ameaçavam cortar os abastecimentos, a água e a luz a Lisboa.

E o deputado Joaquim Gomes acentuou: O que nos preocupa é que os que cometeram tão graves actos em 1975, também hoje procurando aproveitar-se da data, promoveram pseudo-comemorações em algumas localidades do País, incluindo Rio Maior, que a exemplo do que aconteceu no passado dia 19 no Porto, podem redundar em graves provocações.

Nós comunistas, opomo-nos firmemente a que em volta das comemorações desta data se desenvolvam actividades de qualquer género que visem a acentuação da divisão entre os portugueses — salientou ainda o representante do Grupo Parlamentar do PCP.

Editorial

(Continuação da pág. 1)

e assegurar o prosseguimento do regime democrático e a independência nacional.

Uma alternativa para a situação actual é inevitável.

A alternativa apontada pelo PCP é clara: é imperioso mudar de política e de governo. Uma plataforma democrática para sair da crise é essencial ou, no caso de falharem todos os esforços e tentativas para se chegar a um entendimento entre as forças políticas e sociais mais amplas, a dissolução da actual Assembleia da República, a formação de um governo de gestão para o período de transição que medele até à realização de novas eleições legislativas e a formação de um novo governo de acordo com os resultados eleitorais.

A Constituição prevê, aliás, mecanismos muito amplos para a solução dos problemas políticos capitais da nossa democracia.

Os partidos da direita com assento na Assembleia da República quer nas suas posturas ao governo quer em afirmações públicas dos seus dirigentes mostraram também qual é a sua alternativa: um governo de coligação PSD-CDS-PS com a consequente passagem para as suas mãos das alavancas do poder, a intensificação da política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista praticada durante os 16 meses de vigência do governo PS naturalmente até ao restabelecimento completo dos privilégios das forças apeadas pelo 25 de Abril e a instauração de uma nova ditadura do grande capital apoiada pelo imperialismo. Nesta alternativa se enquadram os seus ataques à Constituição e ao Presidente da República.

Os partidos da direita falam também em plataforma mas é evidente que do que se trata para eles é duma combinação reaccionária entre parceiros empenhados em defender os mesmos interesses parasitários dos grandes capitalistas e latifundiários, que podem divergir no pormenor mas convergem no fundamental dos seus objectivos de classe.

Desta combinata excluem naturalmente o PCP que eles sabem não se prestar jamais ao jogo dos interesses reaccionários nem abdicar da sua política consequente de defesa dos interesses prioritários do povo trabalhador e da independência da Pátria.

O PPD/PSD pela palavra do seu presidente provisório Sousa Franco, mandatário de Sá Carneiro à frente do partido, diz mesmo que discutir com o PCP a «plataforma» seria metê-lo no governo e que um governo com a participação dos comunistas era uma complicação para a política dos «convergentes» — o que não deixaria de ser verdade. Sousa Franco diz que, sim senhor, o PCP é um forte partido com grande influência entre os trabalhadores mas que, por isso mesmo, deveria ser mantido na oposição. Com o PCP deve negociar-se mas não de partido para partido, deveria ser, em sua opinião, a coligação PPD-CDS-PS quem deveria negociar com o PCP em «posições de força».

Isto troçado em miúdos quer dizer que ao PCP e aos trabalhadores que ele lidamente

representa deveria ser violentamente imposta a política dos patrões e da direita reaccionária, a partir de um poder com uma larga base parlamentar mas sem dúvida nenhuma com um reduzido apolo popular.

☆

Já é incompreensível que o dr. Mário Soares, na sua entrevista à «Rádio Europa 1», tenha afirmado que a formação de uma aliança PS-PCP seria totalmente inviável e desencadearia um golpe de Estado.

O PCP tem defendido e continua a defender que a questão essencial é assentar-se numa plataforma democrática produto do diálogo e da negociação entre as forças políticas e sociais mais representativas e amplas e que uma vez obtido o acordo para uma tal plataforma a questão da composição de um novo governo ficaria simplificada.

O PCP tem-se mostrado o maior defensor de uma plataforma democrática para sair da crise e se levar por diante uma autêntica política de recuperação económica e financeira, tem formulado propostas realistas, alicerçadas numa análise e num conhecimento profundos e objectivos da realidade nacional e orientadas para a defesa dos trabalhadores da cidade e do campo, dos pequenos e médios agricultores, industriais e comerciantes, da independência e da dignidade do país.

O PCP que defendeu a formação de um governo de esquerda apoiado numa maioria de esquerda deixou de o fazer logo que o PS optou por uma política de facto em aliança com a direita.

Mas porque há-de o Primeiro-Ministro horrorizar-se com uma tal eventualidade quando um governo de esquerda teria uma larga base parlamentar, social e constitucional?

O PCP defende e continuará a defender a necessidade de uma plataforma democrática, não só no momento actual, com o PS no governo, como amanhã no caso de a actual equipa governamental se demitir por derrota de qualquer moção de confiança que apresente na Assembleia da República ou de censura apresentada pelos partidos da oposição.

As grandes manifestações populares de Lisboa, Porto, Braga, Viana do Castelo, a paralisação quase total e as grandes concentrações dos trabalhadores da zona de Reforma Agrária em Évora, Beja e Portalegre em contraste com as manifestações e as provocações dos fascistas reveladoras da sua fraqueza e desorientação, mostram que largas massas constituem o suporte mais vigoroso de uma verdadeira política de defesa da Democracia, das conquistas da Revolução, da independência nacional, de defesa do 25 de Abril, de verdadeira recuperação económica e financeira.

Que os dirigentes do PS e o seu governo, no reconhecimento prático de que a direita é o inimigo principal, actuem em consequência e se virem finalmente para as únicas e poderosas forças capazes de barrar o caminho ao fascismo e defender a Democracia.

AR regozija-se pelo fim do odioso «pacto ibérico»... mas o CDS desenterra algumas das suas «virtudes»

A Assembleia da República assinalou, na passada semana, o fim do odioso pacto ibérico, assinado em 1935 pelos ditadores Franco e Salazar. Na véspera, em Madrid, o Primeiro-Ministro do Governo do PS e o seu homólogo espanhol assinaram um tratado, de amizade entre os dois países da península, acto com o qual o odioso pacto celebrado entre as duas ditaduras fascistas foi enterrado. Delimitivamente, porque assim o querem os povos de Espanha e Portugal.

Foi o Presidente da Assembleia da República que, a abrir a sessão plenária de quinta-feira, teve emocionadas considerações acerca desta nova etapa na vida dos dois países vizinhos. Na sua intervenção, Vasco da Gama Fernandes criticou duramente o pacto assinado em 1939 entre Franco e Salazar, denunciou o seu claro carácter antidemocrático e fascista, e evocou a luta tenaz de denúncia que os democratas e antifascistas portugueses e espanhóis desde sempre moveram contra este acto de colaboração entre os dois fascismos ibéricos, acto que apenas tinha por objectivo — conforme o demonstrou o Presidente da AR — oprimir ainda mais os povos dos dois países.

O deputado do PCP, Jaime Serra, numa breve intervenção, associou-se à evocação de Vasco da Gama Fernandes. Nas suas palavras o deputado do PCP recordou que os comunistas portugueses sempre estiveram na vanguarda da luta contra o pacto ibérico. Jaime Serra aproveitou a oportunidade para criticar a atitude assumida pelo Governo do PS de assinar um novo tratado entre os dois países sem prévia consulta à Assembleia da República, que apenas tomou conhecimento do facto pelos órgãos de Comunicação Social.

Mas o pacto ibérico, acabado de enterrar, deu mostras de logo nesse dia querer ressuscitar. Pela mão milagrosa de um deputado do partido de Freitas do Amaral que, com falas mansas, e depois de ter referido alguns inconvenientes do tratado entre os ditadores fascistas, teve deslante de afirmar que o pacto contribuiu de maneira decisiva para que a Península Ibérica fosse poupada aos horrores da segunda guerra mundial!!!

Assim, sem mais nem menos. Tal como o ditador Salazar afirmou dezenas e dezenas de vezes. A mesma mentira que o fascismo tentou impingir ao povo português. Saudosismo ou descaramento?

PPD e CDS queriam retirar às populações a gestão dos baldios

Hoje já grande parte da área baldia está sob a administração directa dos povos através de mais de meio milhão de assembleias de comarças. Tal administração é muito mais desburocratizada, é a mais democrática e a única constitucional, e ao fim de tão pouco tempo, pode afirmar-se que é também bem mais eficiente, pois mais do que quaisquer outros critérios, predominam os da boa vizinhança e do bom-senso.

Estas palavras foram proferidas pelo deputado do PCP Vitor Louro no decorrer da discussão do Projecto-Lei 79/1, de iniciativa do Grupo Parlamentar comunista — iniciativa legislativa que se destina a revogar o Artigo 109.º da Lei das Atribuições das Autarquias e Competências dos respectivos órgãos.

Esta lei foi aprovada, conforme salientou Vitor Louro, no decorrer da maratona legislativa que precedeu as férias parlamentares de Verão e votada na especialidade em plenário. Disse Vitor Louro: Cento e quinze artigos, votados à pressão, em longas e cansativas horas de trabalho, quando numerosos deputados desempenhavam outras tarefas da Assembleia fora do plenário.

Quase no termo das votações, o CDS e o PPD fizeram então aparecer, à revelia do Regimento, a proposta inédita de um novo artigo adiantando mais uma competência das autarquias. De acordo com essa proposta, competiria aos órgãos executivos autárquicos a administração das coisas comuns, designadamente baldios e outros bens do logradouro comum.

Este preceito — acrescentou Vitor Louro — aqui metido foradamente, conduziria, se levado às últimas consequências, a retirar a gestão dos baldios às comunidades locais, e assim regressar ao sistema revogado pelo Decreto-Lei 39/76 e agravar até a situação existente antes da sua promulgação.

Na sua intervenção o deputado do PCP traçou a história da luta das populações pela posse dos baldios, luta essa que culminou com a aprovação das leis dos baldios — os Decretos-Leis 39 e 40/76.

E a determinado passo, salientou Vitor Louro: A revogação de aspectos essenciais da actual lei dos baldios pelo Artigo

109.º acarretaria como consequência inevitável o agravamento das tensões sociais e o aviltamento do poder local.

Tudo isto — concluiu o deputado comunista — serviria afinal, não para reforçar o poder local, como a direita pretende, mas para o negar; não para um «salutar regresso às atribuições das autarquias locais», como a direita afirma, mas para regressar ao sistema de caciquismo que o fascismo alimentou e da qual se nutrem os proponentes desse artigo. Tudo isto serviria afinal para sabotar a democracia exercida directamente pelos povos; seria fonte de instabilidade social; e serviria para desvirtuar e esvaziar um preceito da Constituição.

Direita reaccionária agrava a lei das indemnizações com a complacência do PS

A Assembleia da República aprovou, com os votos favoráveis do PPD e CDS e a abstenção do PS um projecto de lei oriundo do primeiro desses partidos que constitui, conforme denúncia do deputado Carlos Carvalhas, um projecto de alteração e agravamento da chamada lei das indemnizações.

Na verdade — acrescentou mais adiante Carlos Carvalhas na declaração de voto do PCP — por detrás de um título incharacterístico — «sobre prorrogação do pagamento de impostos» — por detrás da inocente explicação preambular de que se trataria de «adoptar um processo simples que não defraudando as expectativas de muitos contribuintes permita uma prorrogação, sem encargos, dos prazos de imposto» — o projecto do PSD esconde uma verdadeira revisão do Artigo 30.º da Lei das Indemnizações.

E a finalizar disse Carlos Carvalhas: O projecto do PSD, tentando abrir caminho ao agravamento da lei das indemnizações, só pode por isso merecer o nosso voto contra e o nosso mais vivo repúdio.



Os órgãos de Comunicação Social Jugoslavos deram grande cobertura à visita da delegação portuguesa. Na foto podemos ver uma reprodução de uma notícia publicada num jornal de Zagreb e que se refere a uma recepção oferecida à delegação portuguesa pelo Presidente da Assembleia da República Socialista da Croácia. Reconhecem-se Vasco da Gama Fernandes, Severiano Falcão e o embaixador português em Jugoslávia, Álvaro Guerra, além do anfitrião, Jakov Blazevic.

DELEGAÇÃO DA AR INTENSIFICOU OS LAÇOS DE AMIZADE E COOPERAÇÃO ENTRE PORTUGAL E JUGOSLÁVIA

Uma delegação da Assembleia da República, chefiada por Vasco da Gama Fernandes, deslocou-se recentemente à República Socialista Federativa da Jugoslávia. Integrado nessa delegação encontrava-se o deputado comunista e membro do Comité Central do PCP, Severiano Falcão que referiu para o «Avante!» alguns dos principais aspectos desta primeira visita oficial de parlamentares portugueses à Jugoslávia.

O camarada Severiano Falcão começou por salientar os dois mais importantes aspectos relacionados com esta deslocação: desenvolvimento das relações bilaterais entre os dois Estados e cooperação mútua na resolução dos problemas que afectam os emigrantes dos dois países radicados em países da Europa capitalista.

Conforme já noticiámos no último número, a delegação portuguesa manteve encontros de alto nível, sendo recebida por uma delegação da Assembleia da República Socialista Federativa da Jugoslávia chefiada pelo respectivo Presidente, camarada Kiro Gligorov.

No cumprimento do programa que nos foi proposto — salientou o camarada Severiano Falcão — e que foi elaborado com base numa organização impecável, nomeadamente a realização de encontros ao mais alto nível, ficou bem demonstrada a grande amizade e simpatia do povo Jugoslavo para com o povo português.

Falcão destacou igualmente o papel desempenhado pelo actual embaixador português em Belgrado, Álvaro Guerra, que em muito contribuiu para o bom êxito da visita da delegação da Assembleia da República de Portugal à Jugoslávia.

Finalmente, o camarada Severiano Falcão, referindo-se à impressão que lhe causou

esta visita à Jugoslávia, acentuou: Notar esforços no sentido da congregação, da associação e da planificação mais global, o que constitui indicadores de que a sociedade Jugoslava se prepara para encetar novos passos de desenvolvimento, estando voltada para um melhor equilíbrio da estrutura da sua economia.

Avante!
Proletários de todos os países: UNI-VOS!

Propriedade
Partido Comunista Português
Av. António Sérgio, 26-2.º Dt.º — Lisboa 1. Tel.: 769896/7

Administração
Editorial Avante, SARL
Av. Santos Dumont, 57-2.º Dt.º — Lisboa 1. Tel.: 769744/769751

Direcção e Redacção
Av. Santos Dumont, 57-3.º Dt.º — Lisboa 1. Tel.: 769725/769722

Distribuição
CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL
Central: Rua Pedro Nunes, 9-A — Lisboa 1. Tel.: 769714/769751
Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-C — Lisboa 1. Tel.: 372299
Casa da Venda em Lisboa: Rua do Sécuro, 80 — Lisboa 2. Tel.: 372299
Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 — Porto. Tel.: 28933
Casa da Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq. — Porto. Tel.: 210441
Centro Distribuidor do Centro: Terreiro da Evra, 6 — Coimbra. Tel.: 26394
Centro Distribuidor de Santarém: R. Pedro de Santarém, 41 — Santarém. Tel.: 24554
Centro Distribuidor de Setúbal: Rua de Angola, 29-A — Setúbal. Tel.: 29493
Centro Distribuidor do Alentejo: Alcaçova de Beiro, 13 — Évora. Tel.: 26361
Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 — Faro. Tel.: 24417

Assinaturas
CDL, Departamento de Venda Directa
Av. Santos Dumont, 50 — Lisboa 1. Tel.: 7693761

Publicidade
Lisboa: R. Pedro Nunes, 9-A — Lisboa 1. Tel.: 41787

Composto e impresso na Hesta Portuguesa — R. Elias Garcia, 27 — Venda Nova — Amadora

Tiragem média do mês de Outubro: 79.500

Até ao próximo dia 9

PROFESSORES EXIGEM A SATISFAÇÃO DAS SUAS JUSTAS REIVINDICAÇÕES

A rectificação das incorrecções verificadas nos últimos concursos de colocações e a criação de mais postos de trabalho, o descongelamento imediato das fases, e a consequente regulamentação daquele problema atendendo à necessidade de uma valorização profissional ligada à prática docente e a contagem de todo o tempo de serviço, em todas as categorias, para os devidos efeitos legais — são, neste momento, algumas das principais reivindicações dos professores, tal como ficou expresso ao longo do plenário do Sindicato dos docentes da Zona da Grande Lisboa, realizado na passada semana na Voz do Operário.

Naquela reunião, que se prolongou por várias horas, foi exigida ao MEIC a satisfação das reivindicações até ao próximo dia 9 de Dezembro, tendo os presentes aprovado três propostas onde se reafirma a necessidade urgente de o MEIC alterar a sua orientação, a qual tem provocado alarmantes situações de desemprego entre os docentes e de degradação pedagógica, para não ir mais longe.

Se até ao dia 9 o MEIC não enviar qualquer resposta, os professores voltarão a reunir em plenários para analisar a situação.

Os documentos aprovados em Lisboa foram submetidos à apreciação dos outros sindicatos de professores existentes no País. Relativamente ao ensino primário, os professores presentes nesta reunião protestaram contra as nomeações de delegados do MEIC para as escolas, o que foi considerado como clara afronta à gestão democrática.

PORTO: ESTUDANTES DE ENGENHARIA CONTRA DESPEDIMENTOS

Através de um comunicado recentemente emitido, a direcção da Associação de Estudantes da Faculdade de Engenharia do Porto faz o balanço da luta dos assistentes daquela escola, apoiada pelos alunos, contra a recusa do Conselho Científico (CC) de renovar o contrato com o assistente eng.º Luis Tavares.

Se esta luta se não tivesse saldado numa vitória, não teríamos dúvidas que o CC, de então em diante, não teria qualquer escrúpulo em prosseguir na sua obra de destruição de tudo quanto se fez nesta escola depois do 25 de Abril, o que inclui a necessária e alargada dos despedimentos a outros assistentes progressistas — refere o comunicado dos estudantes. Mais adiante sublinha que continuará, entretanto, suspensa a participação dos assistentes nos órgãos de gestão dos departamentos até que sejam satisfeitos pelo CC as seguintes reivindicações: definição de critérios objectivos para a renovação de contratos; participação dos assistentes a todos os níveis no processo de contratação; justificação dos fundamentos de despedimento do assistente Botelho de Miranda; e exigência de resposta ao recurso do eng.º Luis Tavares.

Segundo denuncia o documento da Associação de Estudantes da Faculdade de Engenharia do Porto, o CC da Faculdade readmitiu dois assistentes saneados após o 25 de Abril...

INQUÉRITO A CARDIA POR ABUSO DE PODER

Professores da Faculdade de Economia do Porto (FEP) decidiram, na passada semana, solicitar formalmente ao Provedor de Justiça a instauração de um inquérito ao sr. Cardia, titular do MEIC, por abuso do poder e violação grave de direitos constitucionalmente consagrados, ofensiva dos mais elementares princípios da legalidade democrática.

Esta decisão foi tomada durante uma reunião geral convocada para

análise de todo o processo relativo à intervenção do MEIC, processo esse que culminaria com a declaração de degradação pedagógica, após um período de encerramento, e que se vem agravando devido ao esquema de concurso e classificação de docentes.

Os professores da FEP decidiram, também, enviar aos órgãos de soberania exposições onde demonstram a inexistência dos fundamentos que levaram a escola ao regime de degradação pedagógica. Saliente-se que, recentemente, foram aprovados com mérito absoluto 82 dos 98 docentes que ensinavam na Faculdade, o que contraria frontalmente as afirmações infelizes do sr. Cardia de «decréscimo evidente de qualidade de ensino e de impossibilidade da escola, pelos seus próprios meios, corrigir os erros».

COIMBRA: UEC DENUNCIA AFASTAMENTO DE PROFESSORES

A Direcção da Organização do Ensino Superior de Coimbra do União dos Estudantes Comunistas (UEC) emitiu, na passada semana, um comunicado sobre o afastamento da docência na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra dos professores Joaquim Namorado e João Miranda, o que causou profundo repúdio e surpresa por parte da esmagadora maioria da população daquela Academia.

Depois de manifestar a sua mais firme oposição aos graves acontecimentos que hoje se processam nas escolas perante o completo desconhecimento da sua população ou representantes,

o comunicado dos estudantes comunistas recorda o boicote constante que o fascismo moveu àqueles dois professores, impedindo-os de prestar as provas normais na hierarquia universitária, apesar do seu alto valor científico e pedagógico.

A terminar, o documento da UEC apela a todos os estudantes para a sua mobilização em torno dos princípios e objectivos susceptíveis de granjear a unidade de vastos sectores progressistas e de assim construir uma barreira eficaz ao avanço das forças mais retrógradas da nossa sociedade, que hoje concentram, também, nas escolas, esforços desesperados para a sua consolidação futura.

No comunicado, os executivos sindicais manifestam ainda a sua solidariedade e o seu apoio aos Conselhos Directivos (CD's), vítimas de uma acção do MEIC no sentido de os responsabilizar por erros que só ao Ministério podem ser imputados.

Os Sindicatos decidiram ainda denunciar a contradição do MEIC, que simultaneamente acusa os CD's pelo atraso no início do ano lectivo e lhes atribui a tarefa de veicular as reclamações dos

Em Abril de 1978

CONFERÊNCIA NACIONAL SOBRE O ENSINO

Está a decorrer em todo o País o trabalho preparatório da Conferência Nacional sobre o Ensino, promovida pelo Partido para 8 e 9 de Abril de 1978, e subordinada ao lema «Ensino para a Democracia, Democracia para o Ensino». A recolha de materiais já elaborados e a caracterização da situação escolar em cada área, são algumas das tarefas fundamentais da preparação da iniciativa, que, saliente-se, não será uma conferência pedagógica e muito menos uma conferência para aprovar o programa do Partido para a educação. Deverá, sim, dar respostas precisas e apontar propostas construtivas e realistas que visem, no âmbito da Constituição da República, superar a grave crise que se vive presentemente no sector do Ensino.

Os camaradas integrados na actividade preparatória (saliente-se que os professores e os estudantes deverão ser os dinamizadores do trabalho junto dos outros sectores profissionais ou não ligados ao Ensino e à Educação) aproveitarão todo o trabalho já realizado até ao momento, seguindo o esquema utilizado para a Conferência Económica (realizada em Junho passado), sem ter, todavia, as ambições dessa grande iniciativa.

A actividade preparatória da Conferência sobre o Ensino está dividida em três fases fundamentais: a 1.ª, que termina no próximo dia 31 de Dezembro, compreende a elaboração de documentos e por grupos de trabalho, constituídos na base de especialistas (técnicos, professores, estudantes, etc.)

professores, emitindo pareceres sobre elas.

CRÍTICAS AO ENSINO SUPERIOR CURTO

Os meios académicos, em particular os ligados aos Institutos Superiores de Engenharia e de Contabilidade e Administração (ISE e ISCAL), estão a contestar firmemente os processos de institucionalização no país do denominado «ensino superior curto».

Tal como foi afirmado no decorrer de uma conferência de imprensa promovida recentemente pelo Sindicato dos Professores da Zona da Grande Lisboa, a institucionalização do ensino superior curto, regulamentado pelo Decreto-Lei 427-B/77, é uma medida positiva, mas não nos moldes em que está a ser aplicado. Os alunos saem dos liceus ou das escolas técnicas sem preparação técnica adequada, o que torna virtualmente impossível formá-los em dois anos, no estado actual dos cursos complementares — esclareceu Faria e Silva, membro do Sindicato.

Depois de afirmar que o ensino superior curto teria vantagens em Portugal se correspondesse a uma regionalização e a um acesso mais fácil ao ensino superior por parte das classes mais desfavorecidas, aquele dirigente sindical referiu que, na prática, se vai verificar apenas uma reconversão de institutos superiores já existentes nos grandes centros urbanos, mantendo-se o curso complementar como «currículo» indispensável para a admissão dos alunos.

No encontro com os jornalistas, foi ainda sublinhado que o MEIC ao reverter o ISCAL numa escola de ensino superior curto põe termo ao único estabelecimento de ensino que licencia contabilistas.

Entretanto, está marcada para hoje, às 15 horas, no ISCAL (na Rua Miguel Bombarda, 1) uma reunião de carácter nacional, em que estarão presentes professoras e estudantes das outras escolas afectadas pela reestruturação, para decidirem as formas de acção a adoptar face à intransigência do MEIC.

OS ESTUDANTES DEVEM EXIGIR ELEIÇÕES PARA OS CD'S!

— alerta a UEC

Através de um comunicado recentemente enviado aos órgãos de Informação, a União dos Estudantes Comunistas (UEC) alerta os estudantes e as populações escolares para que junto dos Conselhos Directivos (CD's), nas respectivas escolas, exijam a marcação de eleições, como está previsto no decreto de gestão.

Com o início do ano escolar, recolocam-se aos estudantes e restante população escolar, as tarefas de eleição dos órgãos de gestão democráticos, no Ensino Secundário. Acicular do MEIC para as escolas que regulamenta as eleições para os CD's, este ano marca o prazo limite de eleição, o dia 31 de Outubro. É evidente e o próprio MEIC tem consciência de que era impossível fazê-lo, visto que na maior parte das escolas do país, as aulas começaram com grande atraso, não se podendo pois desenvolver todo o processo de eleições — refere o documento divulgado pela SIP Central da UEC, que, mais adiante, esclarece:

Para além desse prazo, impossível de cumprir, uma questão se apresenta preocupante perante as escolas e particularmente os estudantes: cabendo a responsabilidade, segundo

o próprio decreto, aos CD's em vigor, nomeadamente aos seus presidentes, de convocação das eleições, tal não está a acontecer, calando-se aqueles muitas vezes, perante a iniciativa dos estudantes em elegerem os seus representantes nas turmas, — os delegados.

Estes factores impedem que se concretize na prática um direito conquistado pelos estudantes após o 25 de Abril: o da participação e intervenção nos órgãos de gestão das escolas.

Entretanto, a boca calada do MEIC perante tal passividade não deixa de ser significativa, pois não é o caso que em algumas escolas do País já foram nomeados gestores pelo Ministério.

Tal como sublinha o comunicado da UEC, o MEIC já demonstrou suficientemente bem, pelas medidas que tem tomado face ao ensino, a sua orientação política reaccionária e contrária aos interesses estudantis. Não é de admirar, pois, que o MEIC do sr. Cardia esteja a alimentar o próprio pretexto que irá utilizar para nomear e colocar gestores, substituindo os órgãos de gestão democráticos, eleitos nas escolas — conclui a UEC.

Depois de salientar que ao MEIC deve cumprir intervir também junto dos CD's, para que se cumpra o direito democrático, de eleições dos órgãos de gestão, no mais breve espaço de tempo, o documento dos estudantes comunistas termina afirmando que a democratização do Ensino e a resolução dos seus muitos e graves problemas passam pela existência de uma ampla participação dos estudantes, professores e empregados na vida escolar, nomeadamente através dos seus órgãos representativos, como são os Conselhos Directivos e os Conselhos Pedagógicos eleitos.

Entre outras estão em curso importantes tarefas, nomeadamente, a planificação de iniciativas amplas (assembleias, reuniões, etc.) que mobilizem militantes e os outros professores, estudantes, encarregados de educação, membros de autarquias, técnicos, trabalhadores ligados à formação profissional e todos os interessados na resolução dos graves problemas que afectam o Ensino.

1.º CONGRESSO DA UEC

Entretanto prossegue, também a nível nacional, uma ampla actividade preparatória do 1.º Congresso da União dos Estudantes Comunistas (UEC), a realizar em 21 e 22 de Janeiro de 1978.

Em todas as reuniões, assembleias e encontros promovidos pelas organizações da UEC a preparação e a realização do Congresso tem sido um ponto de discussão e análise, em que se abordam questões relacionadas com a planificação de iniciativas, estabelecimento de metas para a campanha de recrutamento que tem como objectivo a aderência à UEC de mais 1500 estudantes, o estudo dos problemas mais agudos da juventude estudantil, etc.

Para fazer um levantamento da situação e das características actuais da vida da juventude estudantil (sublinhe-se a propósito que existem no nosso País cerca de 400 mil estudantes em todos os ramos do ensino), a UEC distribuiu às suas células de escola um inquérito onde se apontam dados e questões a levantar pelas organizações e, ao mesmo tempo, perguntas cujas respostas devem ser enviadas, no prazo de oito dias para a Comissão de Redacção do Congresso.



Emigração

AQUI TENS 10 000 FRANCOS PARA TE IRES EMBORA!

Emigração! Quem não a conhece! Quase todos os portugueses tiveram ou têm uma familiar a viver no estrangeiro, procurando as condições de subsistência que a Pátria não lhes proporcionou.

E se para alguns — uma minoria, que até se permitia ir ao cinema três vezes por dia (ver declarações do Primeiro-Ministro Mário Soares a este respeito) — a vida era fácil, para a quase totalidade, o dia a dia traduz-se num trabalho duro, nunca inferior a oito horas diárias e em tantos casos superior mesmo às quatorze horas de trabalho diário.

A emigração, pois, nós conhecemo-la bem. Se não por experiência própria, ao menos pelos relatos dos familiares e amigos que a viveram na carne e que são unânimes em afirmar: Para amalhar uns cobsres é necessário trabalhar como um escravo!

Mas nem só o trabalho forçado, porque disso se trata, constituem problema para os emigrantes. Muitos existem e são sentidos pelos portugueses que em França, na Alemanha ou noutros países ganham o seu sustento e ainda contribuem para a economia nacional enviando as suas poupanças.

Assim a educação das crianças que na emigração acompanham os pais constitui uma questão que os emigrantes portugueses procuram ver solucionada.

A este respeito ouvimos uma portuguesa que trabalha em Paris aproximadamente há 9 anos. Esmeralda é o seu nome e falou-nos precisamente do que conseguiu após o 25 de Abril no respeitante à educação dos filhos, mas que o Governo português começa já a destruir.

Há cerca de três anos conseguimos que fossem dados cursos de português para as crianças, para que estas fizessem a escola primária. Existiam cursos acelerados para as crianças fazerem num só ano a 4.ª classe, seguindo-se depois os cursos correspondentes às 5.ª e 6.ª classes.

Esta situação resultou da luta travada pelos emigrantes através das suas associações e clubes e os professores portugueses eram pagos pelo consulado. E a nossa entrevistada acrescenta:

Em Champigny havia mais de 200 crianças inscritas nos cursos que eram ministrados nas horas de descanso dos liceus.

Entretanto, este ano, o Governo português informou que os cursos da 5.ª e 6.ª classes terminavam.

Paralelamente, e numa acção concertada, surgia a informação de que o Governo francês tentava estabelecer o ensino de português nos liceus. Simplesmente os filhos dos emigrantes devido ao seu atraso resultante de não conhecerem a língua não frequentam o liceu mas sim as escolas técnicas onde o ensino de português não está previsto. Tudo fica portanto na mesma.

Passando à prática o Governo francês tornou obrigatório duas horas semanais de ensino de português nos liceus. Simplesmente, em muitos casos, uma das horas coincide com outra disciplina. Além do mais, mesmo que se pratiquem duas horas de português por semana, não são suficientes. Por outro lado o ensino da língua é feito por professores franceses que, quando muito, falam o brasileiro. Respondendo às apreensões

dos emigrantes no respeitante a este assunto, o Governo português demonstrando a todo o momento o seu interesse pela sorte dos emigrantes, sugeriu a hipótese de cursos de correspondência para que as crianças completem o curso dos liceus, os quais teriam que ser pagos.

Mariana tem 44 anos e há oito que vive em Hamburgo, na República Federal da Alemanha. Também lá a situação é semelhante.

Não há escolas para as crianças portuguesas aprenderem a sua língua — começa por nos dizer. Que eu saiba existem duas em Hamburgo, exploradas respectivamente pela Caritas e pela missão católica. Tem que se pagar e a maioria das crianças não val lá.

A discriminação em relação às crianças que não aprendem bem o alemão é flagrante. Muitas vezes os pais são obrigados a falarem o alemão em casa para que os filhos aprendam melhor.

Mariana fala, fala muito. Conta coisas que se passaram com ela. Detém-se em pormenores, muitas vezes importantes. Fala do racismo, da exploração e da falta de liberdades.

Ainda há tempos vi escrito num carro eléctrico uma frase que dizia: «Fora com os estrangeiros!» Depois de nos explorarem os alemães são mentalizados de que todos os males que os atingem resultam dos trabalhadores estrangeiros. Pensam que se nós nos fossemos embora resolveriam o problema do milhão de desempregados que presentemente existe.

É ainda Mariana que nos relata um dos episódios por que passou na sua vida de trabalho na RFA.

Trabalhei numa fábrica da Philips. Fui daqui sem óculos e ao fim de cinco anos já não podia passar sem eles, visto que durante aquele tempo todo trabalhei com um microscópio. Como já não servia para aquele serviço e não podia passar para outra secção, fui posta na rua sem qualquer indemnização.

A par da grande campanha veiculada pelos jornais e televisão de que os emigrantes são os culpados do desemprego, outra surge: a de oferecer 3000 marcos aos emigrantes que estejam dispostos a regressar ao seu país. Esta quantia equivale em dinheiro português a 32 contos. Entretanto, a afluência ao consulado português em Hamburgo de emigrantes que querem ou são obrigados a regressar, aumenta.

Em França, outro país da «Europa Conosco», a situação é praticamente igual. Dão 10.000 francos novos a quem se por embora. A Esmeralda conta-nos o que lá se passa:

Uma vez que se assinou os papéis a concordar o trabalhador é obrigado a deixar ficar a carta de residência e a carta de trabalho.

Presentemente já oferecem essa quantia a quem esteja a trabalhar e com mais de cinco anos de França.

O governo francês diz que não põe na rua os emigrantes. Simplesmente força ao desemprego e quando acaba a validade da carta de residência e não têm carta de trabalho os emigrantes são obrigados a deixar o país.

Actualmente o governo francês de acordo com a campanha que promove, está a pressionar o patronato para que este

veja se os seus trabalhadores emigrantes têm os papéis em ordem.

A grande maioria das mulheres portuguesas em França trabalha na limpeza — é o caso da Esmeralda — e os homens na construção civil. Por vezes chegam a fazer 14 e 15 horas de trabalho diário

para assim poderem juntar uns dinheiros. É um exército de trabalhadores que se levanta às quatro horas da manhã para prolongarem até à noite o seu esforço. Ganham dinheiro, é certo, mas sai-lhes do corpo.

Estas algumas das «delícias» da emigração. Muito mais se poderia acrescentar.



Quando da entrega do Caderno Reivindicativo dos emigrantes ao embaixador português em França.

CADERNO REIVINDICATIVO DOS EMIGRANTES

A Constituição da República garante a protecção do Estado aos portugueses que residem no estrangeiro. Tal protecção só tem significado a partir das próprias reivindicações dos emigrantes. Os Acordos de Emigração deveriam ser o momento privilegiado da discussão corajosa e firme do Governo português com o Governo francês em defesa das reivindicações dos emigrantes, e recenseadas através de múltiplas formas de participação dos principais interessados em reuniões, debates, comissões de trabalho, etc.

Este um dos aspectos salientado do Caderno Reivindicativo de Urgências da Emigração, aprovado por aclamação por cerca de 400 emigrantes presentes na Assembleia de Associações e de trabalhadores realizada em Paris, este ano, em 8 de Maio, e, depois de recolher milhares de assinaturas, entregue ao embaixador de Portugal em França, no passado dia 14 de Novembro.

Ainda em relação à transcrição inicial, o Caderno Reivindicativo acrescenta:

Pelo facto disso não ter sido feito, os Acordos que acabam de ser assinados pelo Governo português não dão satisfação às principais reivindicações dos emigrantes e à aplicação do princípio por eles considerado fundamental da igualdade absoluta dos trabalhadores emigrantes portugueses com os demais trabalhadores.

Outro aspecto amplamente analisado diz respeito à escolaridade das crianças portuguesas. Neste ponto surgem entre outras as seguintes reivindicações:

Ensino intensivo da língua materna, por professores portugueses, dentro do horário escolar, em cursos integrados, financiados pelo Governo francês;

Medidas concretas para o fomento do acesso das crianças portuguesas que tenham frequentado com aproveitamento o ensino primário, ao ensino secundário português, naquelas disciplinas que não sejam estudadas no programa geral do ensino secundário francês;

primário, secundário, técnico e superior.

No caderno Reivindicativo os emigrantes pedem ainda a isenção das taxas alfandegárias sobre os carros dos emigrantes aquando do seu regresso definitivo a Portugal, o transporte gratuito dos corpos dos portugueses falecidos em França para Portugal, a abolição total da taxa militar aos desertores, refractários e compelidos que se recusaram a alimentar a guerra colonial, transportes e condições confortáveis de transporte dos emigrantes para Portugal e ainda o estabelecimento de relações entre as Associações de Emigrantes e os órgãos do Estado Português em França.

Exigindo também que haja uma garantia de emprego no país onde trabalham, nem por isso o Caderno Reivindicativo deixa de ter em conta um regresso a Portugal.

Neste sentido, os emigrantes que com as suas poupanças ajudam a economia nacional desejam conhecer o destino que é dado ao seu dinheiro, reivindicam uma certa regionalização por parte do plano económico geral, em que os seus fundos sirvam para a melhoria das condições de vida e de trabalho das suas aldeias, vilas, regiões. Esta regionalização planificada permitiria a abertura de estradas, a electrificação, a construção de escolas, hospitais, pontes, transportes, abertura de oficinas e fábricas, modernização da agricultura, etc., e levaria assim à criação de postos de trabalho a que os emigrantes dessas regiões poderiam também recorrer.

Estas algumas das reivindicações que os emigrantes portugueses em França pediram para serem transmitidas ao Presidente da Assembleia da República. Na carta enviada juntamente, afirmava-se:

As milhares de assinaturas recolhidas num meio de tão grande dispersão geográfica mostram claramente que o Caderno Reivindicativo corresponde ao sentir dos emigrantes portugueses em França e que, por isso, merece a atenção da Assembleia da República, dos deputados eleitos pelo povo português.

Prosseguem as manifestações

MILHARES DE TRABALHADORES DO MINHO E DO RIBATEJO EM LUTA PELOS INTERESSES NACIONAIS

Braga, Viana do Castelo, Tramagal e Samora Correia, à semelhança do Porto e de Lisboa, demonstraram também no último sábado o carácter nacional das manifestações integradas nos objectivos aprovados no plenário nacional da CGTP-IN de 8 de Outubro findo. Milhares de trabalhadores fizeram suas palavras de ordem já conhecidas contra os despedimentos e o desemprego, contra o aumento do custo de vida, contra as desintervensões, pela Reforma Agrária, pelas nacionalizações, por Abril, enfim, contra a ameaça fascista, no respeito pela Constituição e pelos anseios mais sentidos pelo Povo português.

Mais de 25 mil trabalhadores do distrito manifestaram-se na zona central de Braga, correspondendo ao apelo de inúmeras organizações sindicais, de trabalhadores e populares. Na tarde de sábado, aquela gigantesca multidão deu mais uma enorme prova de confiança no futuro da sua Pátria, mais uma magnífica resposta unitária e uma extraordinária demonstração de força, repudiando as cedências ao imperialismo, reclamando uma nova política baseada na defesa das conquistas de Abril e no respeito da Lei Fundamental da República.

Para participarem na maior manifestação jamais realizada naquela cidade, convergiram para a Avenida Central milhares e milhares de trabalhadores transportando dezenas e dezenas de cartazes, panos e bandeiras com as palavras de ordem da manifestação, assinalando a presença de numerosas delegações, das mais importantes empresas fabris da região.

A provocação capista ao povo do Minho teve uma grandiosa e inesquecível resposta popular de apoio às grandes conquistas da Revolução, ao espírito do 25 de Abril e à saída democrática para a crise que o País atravessa. Tal como já havia sucedido no Porto, a provocação fascista da última sexta-feira teve uma resposta exemplar das massas populares do distrito de Braga, trabalhadores e o povo do distrito souberam enfrentar com coragem, num passado ainda recente, os «corrécios», toda a «séria» de bombistas, arguções, e conspiradores, souberam defender as suas organizações de classe e ampliar a sua organização e influência.

EM BRAGA POVO DO MINHO NÃO VERGA

Dirigindo-se à multidão concentrada na Avenida Central, um dirigente da União dos Sindicatos de Braga salientou:

«Esta poderosa manifestação dos trabalhadores a que assistimos não surgiu para condenar este Governo por ser exactamente este Governo. Nós, trabalhadores e povo deste distrito, estamos contra este e contra todos os governos que não queiram ou não saibam respeitar os legítimos interesses e os sagrados

direitos de quem trabalha, de quem é a essência da Nação».

Prosseguindo, acentuou: «Nós condenamos a política de capitulação deste Governo ou de qualquer outro perante as imposições dos capitalistas nacionais ou estrangeiros». Mais adiante, Manuel Silva frisou que os trabalhadores não podem «aceitar uma política de pacotes que, mais e mais, nos obriga a apertar o cinto, nos atira para o desemprego e para a miséria e permite, em troca, a desenfreada repressão patronal a que temos vindo assistir».

Por seu turno, José de Freitas, dirigente sindical dos têxteis, explicitando algumas das palavras de ordem da manifestação, denunciou a repressão do patronato, a falta de apoio governamental a numerosas empresas da região, o bombismo, o terrorismo e as provocações, finalizando a sua intervenção com um vibrante apelo à unidade dos trabalhadores.

VIANA DO CASTELO PRESENTE!

Também em Viana do Castelo, no último sábado, milhares de pessoas desceram às ruas para participar na manifestação convocada pela União dos Sindicatos de Viana do Castelo e que foi apoiada por numerosas comissões de trabalhadores e de moradores, por delegados sindicais, comissões unitárias, etc.

Os manifestantes concentraram-se na Praça da República, onde usou da palavra J. Vieira, dirigente do Sindicato da Panificação que, em dado momento da sua intervenção, afirmou:

«Trabalho, sim,

desemprego, não, é uma palavra de ordem desta manifestação. Desde sempre, os trabalhadores trabalharam, trabalham, querem trabalhar e trabalharão. Não vivem de rendimentos, do suor dos outros. Mas, para sairmos da crise é necessário parar com a recuperação capitalista. É necessário que os trabalhadores sejam ouvidos e atendidos as suas sugestões e as suas propostas. É necessário que seja aproveitada e não destruída a sua energia e esta será enorme quando soubermos que os frutos do nosso trabalho não vão para os bolsos dos exploradores, nem para os bancos da Suíça ou da Alemanha Federal, mas são investidos em proveito nacional. E que os trabalhadores são realmente a força da Nação».

Mais adiante, J. Vieira frisou: «Há oito dias, no Porto, a manifestação fascista que soluções pontou à política do Governo e do País? Destruiu. Queimou. Têm sede de sangue. Querem o obscurantismo. Portugal sairá da crise, acrescentou o dirigente sindical da panificação, combatendo os fascistas, o patronato reaccionário, o imperialismo e pondo em prática uma boa política que tenha em conta os interesses das classes trabalhadoras que se querem libertar da exploração e que, para tal, não pouparão esforços».

No final desta intervenção, calorosamente aplaudida pelos presentes, os trabalhadores desfileram pelas ruas da cidade, ostentando bandeiras da CGTP-IN e numerosos distícos, nos quais era patente o descontentamento contra os despedimentos, a repressão e a política impopular do Governo da direcção do PS. De destacar, um numeroso grupo de reformados que, em sugestivos cartazes e painéis, denunciavam a injustiça da sua situação, pedindo a revisão das pensões de miséria que lhes estão a ser atribuídas.

A medida a que a manifestação ia percorrendo

as ruas de Viana, era crescente o número de pessoas que nela se incorporavam e o apoio que ela recebia. Isso ficou bem patente quando o desfile entrou nas ruas da Ribeira e da parte velha da cidade. Pessoas assomavam às portas e janelas e gritavam palavras de ordem com lágrimas nos olhos.

A população de Viana mais uma vez respondeu categoricamente traduzindo o seu repúdio pela política de um Governo incapaz de cumprir os compromissos que assumiu. Por outro lado, cientes dos perigos resultantes da nova escalada fascista, os vianenses não se deixaram intimidar. Aqui, também a reacção não passará. A crescente unidade das massas trabalhadoras ficou comprovada na manifestação de sábado último.

TRAMAGAL E SAMORA CORREIA NA LUTA COMUM

Tramagal e Samora Correia foram também locais de manifestação com os trabalhadores nas ruas pelos mesmos motivos. As palavras de ordem, os distícos e as intervenções defendiam os objectivos nacionais da classe operária e das restantes classes trabalhadoras, pugnando, como disse Álvaro Branco, no Tramagal, por «um governo patriótico que conte sobretudo com as capacidades, o entusiasmo e o patriotismo daqueles que, embora explorados, continuam a ser os únicos capazes de dar dignidade a este País, os únicos capazes e interessados em recuperar a economia da nossa Pátria».

Em Samora Correia, dominou o apoio à Reforma Agrária. Num comício, várias vozes aplaudiram a jornada de luta a que aderiram milhares de trabalhadores.

Mais de 4500 manifestantes, no Tramagal, onde se situa a maior concentração de trabalhadores da Metalúrgica Duarte Ferreira, aplaudiram os oradores do comício, sobretudo quando foi afirmado que «só a unidade e a solidariedade activa dos trabalhadores derrotará as manobras do fascismo e do capitalismo e impedirá que haja mais despedimentos, que as nacionalizações, o controlo operário e a Reforma Agrária sejam destruídos».

Em Samora Correia, a firmeza e o entusiasmo foram idênticos. Mais de 3500 trabalhadores percorreram a vila protestando contra o aumento do custo de vida e contra a ameaça fascista, pelo avanço da Reforma Agrária, pela democracia, pela independência nacional e pela defesa da Constituição na via do socialismo.

LUTAS E TAREFAS DO MOVIMENTO SINDICAL



RODOVIÁRIOS: RETROACTIVOS — O Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Lisboa, assinalando uma vitória dos trabalhadores, comunica que, «na sequência das diligências e esforços» da respectiva Federação «junto do Conselho de Gerência da Rodoviária Nacional, no sentido de serem respeitados os compromissos assumidos», conseguiu que o pagamento do 13.º mês seja efectuado dentro do prazo estipulado no ACT e que o pagamento da 5.ª prestação dos retroactivos se efectue juntamente com os salários referentes a Janeiro. Apelo para que «todos os trabalhadores se mantenham unidos e mobilizados», o Sindicato reafirma que «envidará todos os esforços para que venha a ser garantido, o mais depressa possível, o pagamento das restantes prestações».

UNIÃO DE COIMBRA: LUTA CONTRA O DESEMPREGO — A União dos Sindicatos de Coimbra, consciente da gravidade do problema do desemprego e da necessidade de lhe pôr cobro, convoca, para o próximo sábado, dia 3, pelas 15 horas, no INATEL, naquela cidade, um «plenário distrital de desempregados e despedidos». Na convocatória, a União afirma que, no distrito, há mais de 13 mil desempregados e mais de 1500 despedidos.

ACTIVIDADE CINEMATOGRÁFICA: DESPEDIMENTO COLECTIVO — O Sindicato da Actividade Cinematográfica, com sede em Lisboa, condena e exige medidas que evitem o despedimento de 12 trabalhadores com muitos anos de serviço (um deles com 36) da Intercine da Madeira. O Sindicato responsabiliza a Câmara do Funchal e aquela empresa, última concessionária do teatro Baltazar Dias, pertencente ao Município, por esse despedimento colectivo.

SINDICALIZAÇÃO — Continua a decorrer em todas as empresas o preenchimento das declarações para a sindicalização dos trabalhadores. Apesar das inscrições se processarem em bom ritmo, impõe-se a continuação do trabalho de esclarecimento para que nenhum trabalhador fique por sindicalizar.

CONSTRUÇÃO CIVIL PROMOVE ENCONTRO NACIONAL — Em conferência de Imprensa, a Federação da Construção Civil e Madeiras, que representa 350 mil trabalhadores, anunciou para

o início do próximo ano a realização de um encontro nacional do sector para tratar dos problemas relacionados com a situação económica, reestruturação sindical, Previdência e Segurança Social. Num documento, a Federação afirma, nomeadamente, que mais de 70 por cento do ferro para a construção civil, produzido pela Siderurgia Nacional, é comprado «mercê de um regime preferencial herdado do fascismo, por três empresas privadas: Ferrotor, Heljaco e Helitor».

VERTICALIZAÇÃO NOS ELECTRICISTAS — Numa das assembleias mais concorridas de sempre, os trabalhadores electricistas aprovaram a verticalização sindical do sector, que passa a abranger os sectores de produção, transporte e distribuição de energia eléctrica, fabricação, reparação e montagem de material eléctrico, electrónico e telefónico e de instalações eléctricas. Alterados, os estatutos do Sindicato inserem-se nas resoluções do Congresso de Todos os Sindicatos. Os trabalhos da assembleia continuarão em várias localidades para que nela participem todos os trabalhadores abrangidos pelo Sindicato.

HOTELARIA DO NORTE: MÁ GESTÃO SINDICAL — Dentro dos próximos trinta dias, os trabalhadores da hotelaria do Norte, decidirão se os actuais corpos gerentes do seu Sindicato devem ou não continuar no desempenho dos seus cargos.

A direcção actual é acusada de má gestão económica, oportunismo, divisionismo, ausência sistemática e prolongada, incompetência e falta de informação à classe. Factos concretos, que ilustram essas acusações, foram apresentados na última assembleia geral reunida no Porto, em 24 do corrente com a presença de trabalhadores do Porto, Vila Real e Bragança os três distritos abrangidos pelo Sindicato.

CERCA DE 2000 TRABALHADORES EM RISCO DE DESEMPREGO — Se a banca nacionalizada e o Estado não financiarem as obras que a empresa Tojal (construção civil) tem em carteira os seus 700 trabalhadores, com cerca de três meses de salários em atraso, e mais os cerca de 1300 empregados pelos subempreiteiros podem ir para o desemprego. A Comissão de Trabalhadores continua a fazer diligências junto das entidades oficiais no sentido de obter um financiamento e resolver a situação.

O Movimento Sindical acusa

A OFENSIVA REACCIÓNÁRIA VISA O FIM DO REGIME DEMOCRÁTICO CONSAGRADO NA CONSTITUIÇÃO

«O aumento dos despedimentos e do desemprego, as crescentes dificuldades levantadas à actividade das pequenas e médias empresas, a sabotagem de que está a ser alvo o sector nacionalizado e os ataques à Reforma Agrária têm agravado drasticamente a situação do País», afirma-se num documento aprovado por nove associações sindicais, incluindo a CGTP-IN, em reunião efectuada recentemente na sede da Central Única. «A ofensiva das forças saudosas do fascismo contra as conquistas da Revolução, contra os direitos dos trabalhadores, visa o fim do regime democrático consagrado na Constituição», acrescenta o documento que indica algumas direcções actuais da luta pela «defesa da própria democracia que, nas condições do nosso país, é inseparável das conquistas e transformações de carácter económico e social e da defesa dos direitos dos trabalhadores».

As associações sindicais subscritoras do documento, acusando o Governo de se vergar «às exigências da reacção interna e do imperialismo, designadamente do FMI», sublinham a necessidade de continuar a luta pela «defesa do poder de

distinguindo correctamente o inimigo principal, contra uma política que não serve os trabalhadores nem o país. «O patronato reaccionário da CIP, da CAP e de outras organizações dos ex-monopolistas e agrários sente estarem criadas condições para aumentar as suas exigências e intensifica com arrogância a ofensiva contra os trabalhadores e os seus direitos, e a repressão contra os dirigentes e activistas sindicais.

«No entanto as forças do regresso ao passado não têm sido capazes de vencer a barreira formada pela unidade dos trabalhadores e das forças democráticas e progressistas em torno das conquistas alcançadas e do projecto constitucional. Lançam-se, por isso, cada vez mais abertamente no ataque à constituição, cuja revisão insinuam ou exigem, e em manobras de desestabilização e de provocação contra o próprio regime democrático.

«O Secretariado Nacional da CGTP-IN manifesta a sua mais viva saudação e solidariedade a todos os trabalhadores, à população em geral e às organizações promotoras e aderentes que, com o maior civismo, o maior empenhamento, firmeza e determinação, participaram nas grandiosas jornadas de luta de sexta-feira e sábado, respectivamente, no Porto e em Lisboa, sem dúvida das maiores manifestações jamais realizadas no nosso país», afirma a CGTP-IN num comunicado acrescentando:

«A clara e vigorosa condenação das ameaças do regresso do fascismo, a clara e vigorosa denúncia, reprovação e exigência de medidas que ponham fim ao terrorismo urbano que se tem materializado em assaltos, violências e destruição de bens, o firme e decisivo repúdio de qualquer política de direita demonstraram que o povo português não esqueceu o passado de miséria e exploração de que foi libertado no 25 de Abril e que se mantém firmemente determinado a prosseguir a sua luta pela democracia, pelas conquistas da revolução, pela independência nacional e pelo projecto socialista que a Constituição consagra». Depois de assinalar o repúdio demonstrado pela política antipopular e antipatriótica do Governo, a CGTP-IN «reafirma a todos os trabalhadores o apoio e solidariedade a todas as lutas que vêm desenvolvendo, ou estão em preparação dentro do espírito da resolução do plenário nacional de 8 de Outubro».

DIRECÇÕES DE LUTA

Há que travar — acrescenta o documento — a luta firme e persistente contra o desemprego e os despedimentos, opondo-se a nível de locais de trabalho e de empresa aos despedimentos, exigindo a reintegração dos despedidos e promovendo a solidariedade de classe para com os trabalhadores atingidos pela repressão patronal.

Há que combater o Decreto dos 15 por cento e continuar a exigir o fim das medidas de congelamento, a contratação colectiva.

Há que lutar contra o prazo obrigatório de 18 meses de vigência das convenções colectivas, exigindo a livre negociação e um prazo nunca superior a um ano.

Há que impedir a retirada dos direitos conquistados antes ou depois do 25 de Abril.

Há que obrigar o patronato e o Governo a cumprir os contratos colectivos e portarias em vigor. A todos os níveis, da empresa, de sindicato, de sector, de regional e nacional, temos, de prosseguir a luta,

SAUDAÇÃO

Assembleia Geral dos Bancários

RECUSADA A CONTRA-PROPOSTA SOBRE CARREIRAS PROFISSIONAIS

O Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas convocou uma Assembleia Geral, que se realizou no passado sábado no Pavilhão dos Desportos de Lisboa e que contou com a participação de cerca de 7000 trabalhadores.

Tendo sido posta à votação, a contra-proposta sobre carreira profissional, da CEC (Comissão Executiva de Contratação — órgão representativo dos Conselhos de Gestão dos bancos; Conselhos esses nomeados pelo Ministério das Finanças) foi recusada por uma maioria significativa.

APROVADA A ALTERNATIVA DAS COMISSÕES SINDICAIS

A Assembleia, ao recusar a contra-proposta da CEC e simultaneamente a posição da Direcção do Sindicato, afecta à «Carta Aberta», aprovou, na generalidade, uma alternativa apresentada pelas Comissões Sindicais de Delegados através do seu grupo de Trabalho de Análise ao CCT que, não sendo a proposta inicial de CCT, pois já houve grandes cedências à CEC, é todavia uma alternativa que defende o essencial da proposta sindical e que atenua os efeitos negativos das cedências já efectuadas pela Direcção.

Recorde-se que as negociações de revisão do

CCT dos bancários se arrasta há perto de 12 meses.

Nas matérias já acordadas entre as direcções sindicais e a CEC tem-se verificado

a aprovação de clausulado lesivo dos direitos dos trabalhadores, como seja a introdução do serviço eventual, abolição da

intervenção das estruturas representativas dos trabalhadores, abolição de alguns feriados e introdução do sigilo profissional.

Centenas de contos para um homem dos Mellos

UM GOLPE CONTRA A BANCA NACIONALIZADA

A Secretaria de Estado do Tesouro e o Conselho de Gestão do Banco Totta & Açores manobram para fazer regressar ao Banco o ex-administrador e cunhado dos Mellos, sr. José Guimarães.

«Não havendo qualquer cobertura legal para esta pretensa readmissão, como foi claramente demonstrado pelos contenciosos do Banco e do Sindicato, importa determinar quais os objectivos de mais este golpe contra a banca nacionalizada. Em primeiro lugar, temos mais umas centenas de contos a juntar aos largos milhares de que se têm servido generosamente os quadros superiores do Banco. Em segundo lugar, é preciso perguntar o que se pretende com a tentativa de abrir as portas do Banco ao cunhado dos monopolistas Mellos. Que se seguirá? Os próprios Mellos ou o resto dos seus homens de mão? — adverte o secretário da Célula do PCP no BTA, num comunicado recente sob o título O BTA ao serviço de quem? 650 contos de retroactivos e 50 contos por mês para o sr. Guimarães? Não ao regresso dos Mellos.

Para que não se venha a concretizar mais este atentado à Constituição no campo da recuperação monopolista, os trabalhadores comunistas do Banco Totta & Açores apelam à participação na luta pela anulação das decisões da Secretaria de Estado do Tesouro e do Conselho de Gestão do BTA, «luta essa que deve ser dirigida pelas estruturas representativas dos trabalhadores».

É necessário, entretanto, que «o Governo, inclusive ao nível do Primeiro-Ministro e restantes órgãos de soberania, sejam devidamente informados e possam corrigir as escandalosas decisões tomadas em seu nome». Por outro lado, é indispensável que «a direcção do Sindicato seja levada a anular a sua decisão de admitir como sócios o sr. José Guimarães e outros administradores da banca

privada, para além de outras medidas que possa tomar, inclusive de ordem judicial». «Finalmente — conclui a Célula do PCP — é imperioso que todos os trabalhadores do BTA acompanhem a par e passo estas questões, as discutam a todos os níveis e adoptem as formas de luta que julgarem mais

aconselháveis. As Comissões de Delegados e de Trabalhadores deve ser exigida uma informação rigorosa e uma actuação imediata no cumprimento das decisões dos trabalhadores, não sendo de admitir que abduquem das suas responsabilidades, salvando a face com um ou outro comunicado.»

QUATRO VITÓRIAS ELEITÓRIAS

Os trabalhadores sindicalizados que dão primazia à unidade para a eficácia da luta comum elegeram, no último fim-de-semana as listas unitárias para o Sindicato dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa, Sindicato dos Trabalhadores da Agricultura, Pecuária e Silvicultura do Distrito de Lisboa (sede em Vila Franca de Xira), Sindicato dos Operários da Indústria de Calçado, Malas e Afins dos Distritos de Aveiro

e Coimbra, com sede em S. João da Madeira, e Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Alimentar e Bebidas.

Os princípios orientadores do Movimento Sindical saem reforçados com mais estas quatro eleições que abrem o caminho à aplicação das resoluções do Congresso de Todos os Sindicatos, aprovadas em Lisboa, em fins de Janeiro pelos representantes de mais de 1800 mil trabalhadores portugueses.

A FORMAÇÃO IDEOLÓGICA TAREFA DE TODO O MILITANTE

TEMOS DE RESPONDER, NO CAMPO POLÍTICO E IDEOLÓGICO A TODAS AS QUESTÕES QUE SE COLOCAM ÀS MASSAS POPULARES, AOS TRABALHADORES E AO PAÍS.

● A recuperação económica só pode ser alcançada com a participação dos trabalhadores.

Correspondendo ao apelo do Partido Comunista Português, trabalhadores e não comunistas empenham-se no estudo da situação portuguesa em diversos sectores de trabalho, tendo em vista a definição de linhas concretas de acção para a saída da crise económica.

Após a realização da Conferência Nacional, em 4 e 5 de Junho deste ano, foram compilados num volume — A SAÍDA DA CRISE — os textos das intervenções e documentos ali apresentados. Para além disso estão agora a ser publicados os estudos que serviram de base às intervenções e conclusões da Conferência e que constituem uma aprofundada análise dos problemas fundamentais da economia nacional.

ASSIM, SAÍRAM JÁ:



INDÚSTRIA EXTRACTIVA — SITUAÇÃO ACTUAL E PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

Este trabalho foi elaborado por um colectivo de geólogos, técnicos e trabalhadores mineiros. O seu objectivo foi retratar a situação actual da Indústria Extractiva e indicar quais as medidas necessárias para ajudar o sector a sair do impasse em que se encontra. Essas medidas são simultaneamente de uma grande importância para ajudar a sair o nosso País da grave crise económica que atravessa.

BALANÇA DE PAGAMENTOS E DÍVIDA EXTERNA

A Balança de Pagamentos é o reflexo e o ponto de convergência de todas as carências, dificuldades e défices da economia portuguesa. A correcção da Balança de Pagamentos só



é possível com a correcção das estruturas da economia portuguesa, no quadro de uma política de independência nacional.

Este trabalho é fundamental para a compreensão da situação portuguesa e das soluções que se impõem; esclarece ainda sobre os processos utilizados pelo imperialismo, tanto no campo económico como político, contra a independência nacional, deixando bem claro o papel do FMI.

EMPRESAS INTERVENZIONADAS

Os trabalhadores portugueses têm uma consciência cada vez maior da sua força, da sua energia criadora, do importante papel que podem desempenhar para a recuperação da economia portuguesa.

Os trabalhadores portugueses sabem quais são os graves problemas económicos do País e querem intervir na sua resolução.

Nas empresas intervenzionadas avançou-se muito no estudo da reconversão das produções em termos de defesa da economia nacional deram-se passos decididos no campo da nacionalidade do trabalho, permitindo assim o melhor aproveitamento da capacidade produtiva e da mão-de-obra; venceram-se as barreiras dos mercados tradicionais com a prospecção de novos mercados, nomeadamente



dos países socialistas; praticou-se, na generalidade dos casos, numa gestão democrática, com estreita participação dos trabalhadores, na redução dos problemas colectivos, contribuindo para um clima favorável a uma melhoria da produtividade.

Os trabalhadores não mentem, não precisam de falsear números.

A política do Governo PS, relativamente às empresas intervenzionadas, é irmã gémea dos ataques à Reforma Agrária e às nacionalizações.

Devolvendo as empresas intervenzionadas ao patronato o Governo PS passa com uma esponja por cima dos resultados que a tenacidade dos trabalhadores permitiu alcançar e premia a sabotagem, a incompetência e a corrupção.



DOSSIER "ELEIÇÕES" Em que sentido se desloca o eleitorado português

1.ª — análise dos resultados das eleições para as autarquias locais.

A divulgação dos resultados das eleições para os órgãos do Poder local foi objecto de um tratamento bastante singular por parte dos meios de informação e mesmo de alguns partidos políticos.

Os resultados foram quase sempre apresentados de forma parcial, utilizando as comparações e os números que mais interessavam às forças políticas em que se inspiram, e em breves dias fez-se o mais completo silêncio em torno das eleições, procurando assim retirar-lhes o seu real significado político.

Não é exagero afirmar-se que se procedeu a uma profunda manipulação dos dados e a uma mistificação dos resultados eleitorais.

Os materiais apresentados neste livro, sem pretenderem ser um estudo exaustivo dessas eleições, procuram dar uma contribuição para a sua análise.

Independente dos largos meses que já passaram depois da sua realização, das profundas modificações que a situação política sofreu desde então, pareceu-nos no entanto ser útil para as forças democráticas a publicação dos resultados eleitorais (nacionais, por distrito e por concelho) comparados com anteriores eleições, assim como a divulgação de aspectos gerais dessa batalha eleitoral, de experiências e ensinamentos úteis para o futuro.

Este livro constitui a única publicação acessível a um largo público dos resultados comparados das eleições para a Assembleia Constituinte, Assembleia da República e Autarquias Locais.



Blanqui Teixeira na Brandoa

«ULTRAPASSAR A CRISE COM DECISÃO»

A crise em que Portugal se debate é grave. Por isso mesmo ela tem de ser combatida e ultrapassada com decisão — disse o camarada Blanqui Teixeira no comício que teve lugar no passado dia 26 na Brandoa, promovido pela organização local. As centenas de pessoas presentes ouviram o camarada referir-se a alguns aspectos da vida política do nosso povo desde o 25 de Abril, à política de recuperação capitalista levada a cabo pelo governo e às últimas grandes manifestações de massas que significam o desejo popular de se encontrar um novo rumo, uma nova política assente no apoio dos trabalhadores.

Que se tem visto até agora? — continuou o camarada Blanqui Teixeira — Até agora temos visto, da parte do Governo PS duas atitudes que se ligam entre si. Por um lado as suas decisões têm estado sempre voltadas de costas para os trabalhadores e têm servido os interesses dos agrários, dos grandes patrões, do grande capital.

Por outro lado a crise, em vez de se reduzir, vai-se agudizando sem que o Governo se decida, finalmente, a ter em conta a sua gravidade, a ter em conta que as medidas que tem tomado em nada resultaram. Com a sua política, o Governo PS tem conduzido ao abaixamento contínuo dos salários reais, ao aumento do desemprego, ao agravamento da situação dos pequenos e médios empresários. Tem também conduzido à degradação do ensino e a dificuldades crescentes na esfera da saúde. Tem conduzido ao reaparecimento de uma repressão violenta e à limitação das liberdades, ao mesmo tempo que a pior reacção fascista procura congrega-se e fazer sentir a sua força.

A concentração fascista no Porto, no sábado passado, apesar de ter ficado aquém dos desejos dos seus promotores, pôs a nu os meios de que os inimigos da democracia dispõem e os seus objectivos de destruição e de terror.

E mais adiante, referindo-se às discussões entre o Governo e os partidos: É conhecido o memorandum que foi apresentado pelo Primeiro-Ministro aos seus interlocutores. Já na quarta-feira passada foi tornada pública a resposta do Partido Comunista a esse memorandum.

Eu quero aqui colocar-vos — disse — que o Partido Comunista está, estas negociações, com o melhor espírito de se chegar a um acordo. Na nossa resposta salientamos alguns aspectos do memorandum do Governo que podem apontar para um caminho melhor. Em quaisquer discussões que se travem com outras forças, nós não podemos exigir que os outros aceitem todo o nosso pensamento. A posição do

Partido Comunista tem sido e continuará a ser uma posição realista, uma posição adequada às condições concretas que se vivem. Mas é evidente que não podemos aceitar condições ou apoiar orientações que conduzam à destruição do que é fundamental no nosso processo democrático.

E depois de acentuar que as soluções do Governo para negociar com o FMI — ou aceitar condições ou vender o ouro — era um dilema falso, Blanqui Teixeira adiantou:

Uma das condições apontadas pelo FMI era a de uma diminuição da produção nacional. O Partido Comunista nunca poderá aceitar isto, pois uma tal política seria um desastre para os trabalhadores e um desastre para o país. A saída da crise, como a nossa Conferência Nacional de Junho passado soberaneamente demonstrou, tem de assentar no aumento da produção, no seu maior aumento possível, particularmente voltado para a substituição dos produtos importados.

Vejamus um outro exemplo. No plano social, o memorandum do governo fixa em 15 a 20 por cento o crescimento máximo da massa salarial-bruta para o ano que vem. Mas, ao mesmo tempo, como resposta a perguntas feitas, o governo admite uma taxa maior para o aumento da inflação.

Se os preços dos bens indispensáveis aumentam mais do que os salários isso significa que cada vez se compra menos com o que se ganha.

É exactamente o que tem sucedido desde o último trimestre de 1975.

Por isso, na resposta do PCP ao memorandum do Governo, afirma-se que não se pode estar de acordo com tal

proposta pois ela representaria uma nova diminuição dos salários reais.

Vejamus ainda um último exemplo. No plano político, o memorandum tem uma passagem que se refere à manutenção "nos seus actuais limites", das diversas formações económicas.

O Partido Comunista Português considera que é essa uma condição necessária para a recuperação económica. Desde há muito que o PCP tem levantado a sua voz para defender a necessidade de uma pausa na ofensiva contra a Reforma Agrária, na ofensiva contra as empresas intervenzionadas, na ofensiva contra as cooperativas e na ofensiva contra as nacionalizações.

O que é indispensável é que, a este respeito, se definam claramente as posições. Se as intenções expostas no memorandum são sinceras não será difícil chegar a um acordo, nesta questão que é de grande importância.

A leitura da resposta do PCP ao memorandum do Governo põe, mais uma vez, a nu, os objectivos do Partido Comunista de defender intransigentemente os interesses dos trabalhadores, os interesses das grandes massas populares, os interesses nacionais.

Se do outro lado não existe uma posição contrária a estes interesses, será possível chegar a um acordo, a uma plataforma assinada pelo PS e pelo PCP. Se do outro lado subsiste uma posição contrária àqueles interesses, não poderá haver acordo. O PCP não colocará a sua assinatura num documento que fira os interesses do povo e da Nação.

DEBATE NA TV COM DIAS LOURENÇO

No debate televisivo da última segunda-feira, com António Reis, da direcção do PS, o camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política do CC do PCP e director do «Avante!», manifestou a dado passo, a sua estranheza pelas declarações do dr. Mário Soares à «Rádio Europa 1», quando este disse que a formação de um governo PS/PCP era inviável e poderia provocar um golpe de Estado.

Porquê tal medo perante uma solução que, embora de momento inviável devido à posição do PS, teria larga expressão parlamentar e constitucional?

«Estamos dispostos a encontrar com os socialistas e com todos os antifascistas o caminho para defender a democracia portuguesa» — afirmaria o camarada Dias Lourenço noutra passagem da sua intervenção na TV. Ao mesmo tempo que referia «a grave responsabilidade do PS na política seguida em 16 meses de gestão», baseada na «recuperação capitalista, agrária e imperialista», Dias Lourenço deixava, no entanto, bem clara a posição dos comunistas que não é de oposição sistemática à política do Governo, mas de crítica, que não exclui o esforço para «chegar a um entendimento com os socialistas, a uma plataforma que corresponda às propostas de um grande conjunto de forças políticas e sociais».

O Governo «não tem respeitado as fronteiras existentes» entre as várias formações económicas consignadas na Constituição — afirmaria ainda o director do «Avante!» que ilustrou com dados concretos os casos da Copam e da Facar. Escandaloso é também o que se tem passado na zona da Reforma Agrária, frisaria ainda o camarada, referindo que a própria «lei dos 50 mil pontos foi violada em muitos aspectos», entregando-se herdades «a agrários que não cultivam as terras» e ignorando o «esforço patriótico dos trabalhadores».

Quanto às negociações Governo/FMI, Dias Lourenço sublinhou o carácter inaceitável das exigências do Fundo, tais como a limitação do crescimento económico e o aumento do desemprego. «Não repelimos a concessão de créditos externos», afirmou o camarada, pois eles são necessários devido à «sangria de reservas verificada nestes 16 meses do Governo PS». As responsabilidades pela situação económica e financeira nunca podem caber ao PCP, lembraria o camarada Dias Lourenço, pois nunca as pastas económicas estiveram entregues ao nosso Partido, que nunca teve a direcção económica.

Entretanto, «se assentarmos numa política determinada», a questão do Governo deixa de ser a mais importante, mas é preciso ter em conta que «o PPD e o CDS pensam que chegou a altura de tomarem as rédeas do Poder e pôr o PS também quietinho», frisaria, por último, o camarada Dias Lourenço ao terminar a breve análise final sobre a situação político-partidária existente no País.

NOTÍCIAS • NOTÍCIAS

Realiza-se no próximo sábado, dia 3 de Dezembro, pelas 15 horas, na Sociedade Guilherme Cossul, um convívio promovido pelos professores comunistas do Ensino Primário, aberto a todos os colegas e amigos.

Farão intervenções sobre a actual fase política e a situação do ensino, os camaradas Manuel Pedro, membro do Comité Central do PCP e Rogério Fernandes. Haverá uma exposição fotográfica sobre o Ensino e um espectáculo de Poesia e Canto Livre.

A Comissão de Freguesia do Partido Comunista Português, de Amareleja, associou-se às comemorações do 60.º Aniversário da Grande Revolução de Outubro.

No convívio popular houve intervenções políticas alusivas

à efeméride, assim como a acção do Grupo de Pioneiros de Plas, do Grupo Revolucionário 3 de Março e do Grupo Coral Comunista de Amareleja.

Desde o passado dia 15 de Novembro que os comunistas do Algarve têm em mãos uma nova tarefa. Com efeito a Organização Regional do Algarve decidiu promover, a nível distrital, uma recolha de fundos. E fixou uma meta. São 500 contos que os militantes vão recolher, junto dos amigos e dos simpatizantes, junto dos democratas do Algarve!

É possível atingir e ultrapassar esta meta, dizem-nos os camaradas que entretanto organizam iniciativas, baseadas na rica experiência da Campanha dos 50 mil.

Portimão

JOSÉ VITORIANO NA 1.ª ASSEMBLEIA DA ORGANIZAÇÃO CONCELHIA DO PCP

Os comunistas de Portimão levaram a efeito no passado domingo, no Alvor, a sua primeira Assembleia da Organização Concelhia, que decorreu num ambiente de entusiasmo e determinação. Presentes na mesa os camaradas José Vitoriano, da Comissão Política do Comité Central; Margarida Tengarrinha, do CC; Carlos Durão, suplente do CC e membro da Direcção da Organização Regional do Algarve (DORAL), do Partido; Arnaldo João Duarte, que pertenceu ao Socorro Vermelho Internacional, e Manuel Afonso, que esteve seis anos no Tarrafal, além dos camaradas da Comissão

Concelhia cessante e da DORAL.

Participaram nos trabalhos da Assembleia cerca de 300 pessoas, entre as quais 108 delegados, que aprovaram por unanimidade e aclamação o relatório da Comissão Concelhia cessante, a proposta para a constituição da nova CC, que passa a ter 34 elementos, e ainda diversas moções, nomeadamente, de apoio à Reforma Agrária, aos rendeiros, à concentração a realizar em Portimão no próximo sábado, pelas 15.30, no Largo da Câmara, e pela libertação de Angel Soler, secretário do Comité Central do Partido Comunista do Paraguai.

Nas diversas acções de massas que se desenrolaram acompanhando a evolução da situação política pós-25 de Abril — manifestações de rua, campanhas eleitorais para as Assembleias Constituinte e da República, Presidência da República e Autarquias Locais — os comunistas fizeram dezenas e dezenas de sessões de esclarecimento nos mais diversos locais: em sociedades recreativas, clubes e até mesmo em recintos descobertos, sendo de salientar o grande comício com cerca de 10 mil pessoas, no Largo 1.º de Maio, com o camarada Álvaro Cunhal, que pela primeira vez recebemos na nossa cidade — refere, a dado passo, o relatório da Comissão Concelhia cessante, onde se traça um historial das lutas e da actividade desenvolvida pelos comunistas e pelos trabalhadores da região desde 1921 até aos nossos dias.

Após a aprovação daquele

relatório foi dada a palavra a representantes de diversas células e sectores, que abordaram os seguintes temas: fundos, política de turismo e hotelaria, colectividades e associações, a campanha "500 contos para a organização do Algarve", desporto, cultura, trabalho nas autarquias, luta sindical, informação e propaganda, comissões de moradores e movimento popular, sector intervenzionado e trabalho com os Pioneiros.

Foram ainda lidas as intervenções da Comissão de Freguesia da Mexilhoeira Grande, e das células dos reformados, da empresa "Júdice Fialho", do "Hotel Algarve", dos pescadores, das mulheres, da "Torrata-Alvor", da Cooperativa "16 de Novembro", dos serviços municipalizados de Portimão, da "Embarar", dos professores e da empresa de construção civil "Tau", além da UJC e da organização da freguesia de Alvor.

A saudação dos Pioneiros seria particularmente aplaudida pelos presentes.

INTERVENÇÃO DO CAMARADA JOSÉ VITORIANO

Após as intervenções de José Rocha, da DORAL, e de Margarida Tengarrinha, realizou-se uma sessão de Canto Livre, em que actuaram Carlos Moniz, Maria do Amparo e Samuel. Seguiu-se a intervenção do camarada José Vitoriano, que seria calorosamente saudado por todos os presentes.

A situação política caracteriza-se presentemente por uma grande ofensiva das

forças de direita. Não apenas daquela direita que se pretende civilizada, mas também daquela direita abertamente fascista ou fascizante e que mostra já sem disfarces a sua cara — declarou José Vitoriano que, mais adiante, sublinhou:

A acção das forças democráticas e a luta de massas são necessárias para fazer frente decididamente aos inimigos da democracia e para defender a Constituição e o regime nela consagrado, para preservar a formação dum Governo que realize uma política de recuperação económica e de defesa das conquistas de Abril.

Proseguindo, afirmou: A grande manifestação do dia 18 de Porto, com a participação de mais de 100 mil pessoas, apesar do mau tempo; como a que no dia seguinte se realizou em Lisboa e que se afirma ter sido a maior de sempre, com várias centenas de milhares de pessoas, são a prova de que as massas trabalhadoras estão conscientes dessa necessidade e dispostas à acção para a defesa dos seus interesses, para a defesa do Portugal democrático que temos e que queremos mais livre e próspero.

Referindo-se às presentes tarefas do PCP, o camarada José Vitoriano sublinhou: Fortalecer o Partido com o recrutamento de novos membros, melhorar a sua organização, reforçar a unidade ideológica e de acção dos comunistas é uma obrigação de todos os militantes do Partido, necessária ao cumprimento, com êxito, das suas tarefas.

CAMARADAS FALECIDOS

CESÁRIO DA CRUZ

familiares, amigos e companheiros.

BENILDE RAMOS

Foi com profunda máguca que o Partido tomou conhecimento da morte do velho militante comunista Cesário Inácio da Cruz, membro do PCP desde 1930, ocorrida no passado dia 22.

Trabalhou durante largos anos no Arsenal da Marinha, onde foi companheiro de Bento Gonçalves.

Residia na Freguesia da Pena e contava 73 anos, a maioria dos quais dedicados à luta pela liberdade e ao socialismo.

No seu funeral — impressionante manifestação de pesar — incorporaram-se dezenas de pessoas;

No passado dia 20, faleceu em Pampilhosa do Botão a camarada Benilde de Ascensão Ramos, companheira de Alfredo Ramos, destacado militante comunista, já falecido.

Durante a ditadura fascista, estes camaradas prestaram nas Beiras um grande apoio e solidariedade aos funcionários do Partido na clandestinidade.

As famílias e amigos dos comunistas desaparecidos, o colectivo do «Avante!» apresenta sentidas condolências.

10 DIAS QUE ABALARAM O MUNDO de John Reed

Única edição integral em língua portuguesa, incluindo todos os documentos compilados por John Reed para a edição original. Tradução rigorosa da edição americana, que reproduz em fac-símile a primeira edição.



BREVEMENTE À VENDA

DISCURSO DO CAMARADA ÁLVARO CUNHAL

O momento político

No momento político presente, algumas características fundamentais são de sublinhar.

A primeira é que a política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista não conduziu à recuperação económica como tanto se anunciou, mas à progressiva degradação da situação económica e financeira.

A segunda é que chegámos ao limiar do ponto de ruptura financeira que, conforme o PCP previu e preveniu, resultaria inevitavelmente da política seguida pelo Governo.

A terceira é que se esgotou a fórmula do Governo PS sozinho, numa afirmada política de balance, mas aliado de facto à direita.

A quarta é que a reacção procura aproveitar a crise para tomar conta do Governo e impor ao País a restauração do poder económico e político do capital monopolista (associado ao imperialismo) e dos latifundiários, pelo que contesta já frontalmente a Constituição e o regime democrático.

A quinta é que o movimento operário e popular se reforça dia a dia, expressando a firme determinação dos trabalhadores e de vastíssimos sectores da população em defender as liberdades e as outras conquistas da Revolução em assegurar o prosseguimento do regime democrático e a independência nacional.

Nestas circunstâncias, vivemos um momento de nova armadura das forças políticas, de clarificação e redefinição dos verdadeiros objectivos da política portuguesa.

Pode ter-se como certa que desta crise sairá uma nova política e um novo Governo. Uma alternativa é inevitável. O que está em causa é se será uma alternativa reaccionária, ou uma alternativa democrática.

Uma alternativa com uma guinada ainda mais para a direita, significaria um brutal agravamento da exploração e das condições de vida dos trabalhadores e da população em geral, uma ainda mais violenta ofensiva contra as conquistas da Revolução, o aprofundamento da crise económica e financeira, o controlo aberto do aparelho do Estado e das actividades económicas pelo grande capital, os grandes proprietários e os seus representantes, a submissão de Portugal aos interesses e exigências do imperialismo, a generalização da repressão e perigosas limitações às liberdades democráticas.

Uma alternativa democrática terá de significar a saída da crise económica e financeira, uma política que tenha em conta os interesses e a vontade dos trabalhadores, a defesa e a consolidação das nacionalizações, da Reforma Agrária e do controlo de gestão, a firme defesa do regime democrático e da independência nacional.

Portugal vai para um lado, ou vai para o outro? É isto que está em jogo nas próximas semanas. É isto que está em jogo quando se fala em plataforma, quando se fala num novo governo.

O PCP tudo está fazendo e tudo fará para que seja impedida uma alternativa reaccionária e para que a alternativa seja uma alternativa democrática.

Consumação duma política desastrosa

Nestes dias interessa mais falar do presente e do futuro do que do passado. Mas, porque alguns procuram baralhar o passado e porque é necessário definir uma política e para defini-la se tem de ter em conta a experiência, temos de recordar alguns factos.

A grave situação em que o País se encontra não surge do acaso. Ela é a consumação da desastrosa política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista iniciada pelo VI Governo Provisório e acentuada pelo Governo actual.

No VI Governo Provisório, que governou 9 meses, o ministro das Finanças era PS e a política económica e financeira era determinada pela hegemonia PS-PPD. O actual Governo PS, não governo há meia dúzia de dias, mas há mais de 16 meses. Isto é: dos 3 anos e 7 meses decorridos desde o derrubamento da ditadura fascista, e não falando já dos primeiros cinco governos provisórios, o PS dirigiu como senhor quase absoluto a economia e as finanças portuguesas nos últimos dois anos.

E o que fez nestes dois anos? O que fez com o seu Governo PS sozinho?

Toda a política do Governo foi anunciada, conduzida e levada à prática sob a bandeira de recuperação económica e financeira do País.

O congelamento de salários, os aumentos dos preços, o cabaz de compras, a inflação, os despedimentos, todos os sacrifícios exigidos aos trabalhadores, os aumentos dos impostos, as restrições no crédito, a desvalorização do escudo, as entregas de empresas e de terras, as indemnizações aos capitalistas e agrários, os empréstimos e a hipoteca do ouro, o 1.º e o 2.º pacotes, tudo foi anunciado, imposto e praticado em nome da recuperação económica e financeira do País.

E quais foram os resultados? Precisamente ao contrário do que o Governo anunciava, os resultados foram a cada vez maior e mais rápida degradação da situação económica e financeira, até nos conduzir à beira do desastre.

O que aconteceu por exemplo com o aumento dos preços?

Ao congelar a contratação colectiva e ao aumentar os preços, o Governo anunciava que os preços não subiriam mais de 15% em 1977. E a verdade é que já passaram os 30% e continuam a vir por aí acima.

O que aconteceu com a desvalorização do escudo? Ao anunciar a desvalorização do escudo, o Governo afirmou que, com o encarecimento das importações

e o embarcamento das exportações iríamos exportar mais e importar menos e assim reduzir os défices das balanças comercial e de pagamentos.

E afinal, tal como o PCP rigorosamente previu, aconteceu precisamente o contrário, os défices aumentaram a galope e chegámos ao fim deste ano com um défice na balança comercial de cerca de 100 milhões de contos e um défice na balança de pagamentos de 50 ou 60 milhões.

O que aconteceu com as reservas de ouro? O Governo declarou que a sua política defenderia as reservas.

E afinal, de empréstimo a empréstimo, parecendo não saber fazer mais nada senão pedir empréstimos, voaram divisas, hipotecou-se o ouro, perdeu-se o ouro hipotecado por não pagamento de dívidas, vendeu-se ouro, 46 toneladas já se perderam definitivamente, mais de metade do restante já está hipotecado, ignoramos se são verdadeiras ou mentiras (porque o Governo não o diz) as notícias que vêm do estrangeiro dizendo que Portugal continua a vender ouro, e afirma o Governo que, se não obtemos o tal empréstimo dos americanos, todo o ouro se sumirá na voragem em menos de um ano!

A primeira e principal conclusão que o País tem de tirar da situação económica e financeira a que foi conduzido é que a política do Governo PS sozinho está errada, que a recuperação capitalista, latifundista e imperialista não conduz à recuperação económica mas à bancarrota.

E se está conclusão se tem de tirar no que respeita à situação económica e financeira, igual conclusão se tem de tirar em relação à situação política.

Porque fracassou a fórmula Governo PS sozinho? Porque enfrentamos uma tão profunda crise do Governo? Porque se tornam mais audaciosas e exigentes as forças da reacção?

A conclusão que o País tem de tirar é que a política de cedências à reacção e de aliança do Governo do PS à direita não conduziu à estabilidade política, mas ao desenvolvimento das actividades de desestabilização, provocação e conspiração da direita reaccionária a pontos de esta considerar que chegou a altura de passar ao assalto ao Poder.

Por tudo isso se deve ter em conta a experiência e se impõe uma nova política e um novo governo — uma política democrática e um governo democrático.

O perigo da reacção

Tal como o nosso Partido previra e prevenira, o PPD e o CDS que cooperaram tão estreitamente com o Governo PS na sua ofensiva contra as conquistas da Revolução e o pressionaram e estimularam para a desastrosa política económica e financeira, procuram agora aproveitar a gravidade da situação para impor no imediato um Governo PS-PPD-CDS, em sistema de coligação ou noutra qualquer forma, mas, de uma forma ou de outra, com uma plataforma abertamente reaccionária.

Como o nosso Partido previra e prevenira, a política do Governo PS foi a passadeira por onde avançou a reacção até à beira do Poder.

O PPD e o CDS associados na «convergência» passaram ao ataque. Um e outro exigem a rápida destruição das transformações democráticas alcançadas desde o 25 de Abril. Exigem uma ofensiva a ferro e fogo contra a Reforma Agrária. Exigem a invasão pelo grande capital dos sectores nacionalizados. Exigem a entrega aos patrões sabotadores das empresas em autogestão de numerosas cooperativas. Exigem o fim do controlo de gestão. Exigem a intensificação da exploração dos trabalhadores e dos pequenos e médios agricultores. Exigem mais centenas de milhões de contos de indemnizações para os capitalistas. Exigem que se abram ainda mais as portas já hoje escancaradas às multinacionais. Exigem a revisão das próprias leis da «contra-revolução legislativa», que agora já acham insuficientes.

O CDS e o PPD exigem, no fim de contas, não apenas a recuperação de posições perdidas mas a rápida reconquista da economia portuguesa e a restauração do poder económico e político do capitalismo monopolista e dos grandes proprietários, os mesmos que exploraram, oprimiram, torturaram, tiranizaram o nosso povo em quase meio século de fascismo.

E para isso pretendem limitar e mesmo liquidar liberdades e direitos fundamentais, exigem a revisão da lei da greve com a restauração do direito ao look-out (que aliás a Constituição proíbe), e novas leis que limitem e mesmo liquidem a liberdade de organização para os trabalhadores e as forças progressistas.

Esta gente encobre-se com o nome de «democrata», mas a política que exige seria o caminho para o fascismo.

O anticomunismo continua a ser a arma mais perigosa da reacção na sua luta contra a democracia.

Ao pretender excluir o PCP da solução dos problemas nacionais, ao lançar uma nova campanha de histeria anticomunista, a reacção pretende, na base do anticomunismo, criar as condições para a liquidação da democracia.

Não é por acaso que, na Assembleia da República, o PPD e o CDS pretendem transformar a proposta de lei do PCP que (de acordo com a Constituição) visa a proibição de organizações fascistas, numa lei que vise a proibição da organização e actividades comunistas, através da substituição da expressão «fascista» pela expressão «totalitária» que sabemos o que significa na boca da reacção.

Com tal atitude mostram bem os seus fins: proteger o fascismo e o neofascismo que se encobrem nesses partidos, e preparar as condições para a repressão do movimento popular e das forças democráticas.

Nós, os comunistas, sabemos bem que o nosso partido é o alvo principal da reacção, porque o nosso Partido é a maior, a mais consequente e mais corajosa força política na defesa dos trabalhadores e do regime democrático.

Mas sabemos também que a reacção, combatendo os comunistas, prepara o combate contra todos os democratas e as hesita em chamar «comunistas»

a quaisquer democratas que quer combater, como sucedeu desde o 25 de Abril com muitos democratas (civis e militares) que nada tinham a ver com o nosso Partido, mas que foram acusados de comunistas porque eram sinceros amigos do nosso povo e sinceros patriotas.

A evidência é que a reacção joga na desestabilização, em soluções e formas de actuação fora do quadro constitucional e legal fica bem clara nas atitudes e palavras de Sá Carneiro, quando reclama a revisão da Constituição três anos antes de tal ser legalmente possível e a eleição de um novo Presidente da República quase quatro anos antes do fim do seu mandato.

O Povo português nunca deve esquecer que no Portugal novo nascido com o 25 de Abril a reacção tem duas faces: a face oficial, pública, que se afirma «democrática» ou «social-democrata», e a face que pretende ocultar mas que apesar disso se deixa ver à luz do dia: a face do ódio aos trabalhadores, às liberdades e à democracia, a face das campanhas infames, a face das manifestações fascistas e das manobras de desestabilização militar, a face da violência, dos atentados e das redes bombistas, a face da conspiração, dos pronunciamentos e golpes, a face do antipatriotismo, do antes do 25 de Abril, que espreita o momento para liquidar as liberdades e para fazer regressar Portugal ao tenebroso passado fascista.

Ninguém se iluda.

Quando actualmente o PPD, o CDS e outras forças reaccionárias exigem do PS uma plataforma comum e a formação dum governo tripartido o que pretendem

não é uma solução constitucional, mas abrir caminho à destruição da Constituição e do regime.

A reacção lança-se ao assalto ao Poder. Mas estamos confiantes em que a reacção que doutras vezes não passou, também desta vez não passará.

Falando das manobras e dos objectivos da reacção, é necessário dizer algumas palavras sobre o esquerdismo.

Sempre que se intensifica a acção desestabilizadora golpista e conspiratória da reacção, vemos reaparecer o esquerdismo pseudo-revolucionário, com palavras de ordem muito radicais, prometendo ou anunciando acções revolucionárias decisivas, mas que, nos seus efeitos, coincidem inteiramente com os planos da reacção.

Eu já não falo desses grupelhos completamente desmascarados, como o MRPP, o PC de P (m-l) e a AOC que cooperam abertamente com a reacção, com o MIRD, o CDS, o PPD, como suas pequenas matilhas de rafeiros e provocadores.

Falo de grupos que aqui e além ainda conseguem enganar algumas pessoas.

Como sempre, aparecem nas situações difíceis como corvos no movimento operário e antifascista, procurando dividir os trabalhadores, procurando entrar no progresso e o prestígio do PCP, procurando empurrar os trabalhadores para confrontos e conflitos agudos de carácter provocatório.

Por isso, o combate à reacção exige que se combatam os esquerdistas que actuam como grupos provocatórios das forças reaccionárias.

O «memorando» do Governo e as propostas do PCP

O «Memorando» do Governo apresentado como base duma plataforma a ser concluída entre os partidos, indica como inevitável — uma alternativa entre duas-catastrofes.

Segundo o Governo, das duas uma:

— ou aceitamos as condições do FMI para conseguirmos os empréstimos (e então seremos impedidos de aumentar a produção nacional, seremos obrigados a importar o que não necessitamos e a não importar muito do que carecemos, seremos obrigados a um 3.º pacote de altos preços, miséria, despedimentos e falências);

— ou então teremos de vender todo o ouro que resta no espaço de um ano ou menos, e então, sem recursos, atravessaremos extraordinárias provações, e no fim, ou mesmo antes, o regime democrático soçobrirá e será instaurada uma nova ditadura.

Uma vez que assim se coloca a questão, o Povo português tem todo o direito de perguntar por que razão o Governo, que viu aproximar-se uma situação tão catastrófica, não tomou a tempo as medidas necessárias para evitá-la, e hoje mesmo, quando afirma existir apenas uma tal alternativa catastrófica, continua sem tomar medidas de urgência — de salvação nacional.

Não é grande motivo de glória atar ao pescoço da Pátria a corda dos empréstimos externos. Nem se pode ter por brilhante balanço duma gestão governativa de quase ano e meio que conduziu o País a uma tão desastrosa situação que não tem para apresentar ao País mais do que uma de duas perspectivas igualmente catastróficas.

Entretanto, camaradas, a alternativa — aceitação das condições do FMI ou venda total do ouro — é uma falsa alternativa.

Em primeiro lugar, podem e devem negociar-se os empréstimos a partir de uma posição nacional e patriótica, não aceitando (para receber dinheiro emprestado), condições que significariam a miséria do nosso povo, a submissão da economia portuguesa ao imperialismo, a restauração do poder do capitalismo monopolista e dos latifundiários e a efectiva perda da independência de Portugal.

Um Governo não deve negociar empréstimos com a mão estendida, mas de pé e com os pés assentes na sua terra e com a confiança do seu povo.

Em segundo lugar, mesmo que não se obtivessem os tais empréstimos, é possível, desde que se tomem sem perda de tempo as medidas adequadas, evitar que se tenha de vender todo o ouro no espaço de um ano.

A situação é muito grave, mas existe uma saída para ela.

Como temos afirmado, o necessário é não perder tempo, parar com a recuperação capitalista para emprender a recuperação económica e financeira, emprender um grande esforço nacional, baseado fundamentalmente nos nossos recursos internos, para evitar o colapso financeiro, sair da crise e assegurar um desenvolvimento para bem do nosso povo e da nossa Pátria.

Como é sabido, o CC do nosso Partido, em 31 de Julho propôs ao País uma de duas saídas constitucionais para a crise política: ou um governo de plataforma ou eleições gerais.

A elaboração de uma plataforma entre as forças sociais e políticas interessadas na defesa e prosseguimento do regime democrático é indispensável, caia o Governo ou não caia o Governo, sem eleições ou com eleições.

Por isso, dada a extrema gravidade da situação nacional, aceitamos tomar como base de negociação o «Memorando» apresentado pelo Governo, fizemos propostas concretas já tornadas públicas e esgotaremos todos os esforços para tornar possível uma plataforma e a formação de um governo correspondente.

No plano político concordamos em três ideias fundamentais: que a base da plataforma seja o respeito absoluto da Constituição, que se respeitem os órgãos de soberania e que se mantenham nos actuais limites as diversas formações económicas, ou seja, que se mantenha nacionalizado o que é nacionalizado, privado o que é privado, cooperativo o que é cooperativo, intervencionado o que é intervencionado, autogerido o que é autogerido e colectivo o que é colectivo nas UCPs da zona da Reforma Agrária.

No plano económico e financeiro concordamos em que o objectivo prioritário é a redução radical dos défices das balanças comercial e de pagamentos e para isso propomos como grandes linhas de política económica

o aumento da produção, a redução das importações e a promoção das exportações.

Aceitamos que prossigam as negociações com o FMI, mas não se aceitando condições atentatórias dos interesses, da independência e da soberania nacionais.

No plano social propomos a manutenção geral do poder de compra, a satisfação de reivindicações mais urgentes e a luta efectiva contra os despedimentos e o desemprego.

Até ao limite das possibilidades procuraremos negociar com o Governo e com o PS uma plataforma que defina o caminho para sair da crise, que assegure a defesa dos interesses dos trabalhadores, da Reforma Agrária e das outras conquistas da Revolução, que permita a consolidação e o prosseguimento do regime democrático e garanta a independência nacional.

E se não se chegar a nenhuma plataforma e o Governo cair, antes de se encontrar solução?

Se tal suceder, qualquer que seja no concreto a solução, das duas uma: ou se realizam eleições gerais antecipadas, ou se voltará à necessidade de chegar a uma plataforma depois do Governo cair.

Por isso insistimos em fazer agora o máximo de esforços para que seja possível chegar a acordo.

Como sabeis o nosso Partido afirma que não faz objeções a que, subscREVENDO uma plataforma, quaisquer outras forças políticas ou sociais a subscREVAM também?

Isto é ou não justo? Cremos que é justo.

Se subscREVEMOS uma plataforma é porque consideramos que ela serve os interesses do Povo português e de Portugal e se serve os interesses do Povo português e de Portugal, até é bom que outras forças a subscREVAM, comprometendo-se portanto a respeitá-la.

E quais as razões, por que ao contrário, o PPD e o CDS declaram que não subscREVEM qualquer plataforma, desde que o PCP a subscREVA?

As razões são também muito simples.

A primeira é que o CDS e o PPD sabem perfeitissimamente que, se o PCP subscREVE uma plataforma, é porque essa plataforma corresponde aos interesses do Povo e do País e não aos interesses do grande capital, dos grandes proprietários e do imperialismo.

A segunda é que esses partidos põem já, como objectivo imediato, a revisão explícita ou implícita da Constituição e a destruição do regime democrático consagrado nesta e uma plataforma com o PCP será necessariamente na base do prosseguimento do regime democrático e do respeito pela Constituição.

Nós não escondemos que será muito difícil chegar a um acordo com o PS porque há divergências sérias entre os dois partidos.

Mas não é aceitável que se coloque como impeditivo de um acordo entre o PS e o PCP a quase inevitabilidade de uma intervenção violenta da reacção para impedi-lo.

Não é aceitável que em democracia se diga como coisa completamente natural (e os jornais afirmam que o Primeiro-Ministro o disse ontem mesmo a jornalistas franceses) que haveria um golpe de Estado se se concluisse uma aliança entre o PS e o PCP, os dois únicos partidos democráticos vindos do tempo do fascismo — dois partidos que em conjunto receberam a larga maioria dos votos dos eleitores e dispõem na Assembleia da República de uma folgada maioria.

Nenhum democrata poderá aceitar que se considere possível, no quadro do regime democrático, uma maioria do PS com a reacção com as forças antidemocráticas, com os conspiradores fascistas e fascizantes, e já se não considere possível uma maioria do PS com o partido que ontem, hoje e amanhã, foi, é e será, o mais intrépido e consequente defensor do regime democrático, das liberdades, da democracia, da independência de Portugal.

Se se admite que o PS e PCP poderiam entender-se numa aliança, mas que um golpe poderia então ter lugar, que haveria a fazer?

A nosso ver não seria evitar o entendimento, a plataforma e aliança dos dois partidos para a defesa da democracia, mas tomar as medidas necessárias para que as instituições democráticas não estejam à mercê de conspirações e de golpes.

Um novo Governo

Ligada à discussão de uma plataforma está a discussão do novo governo a suceder ao Governo actual, porque ninguém pôde hoje em dúvida a necessidade de um novo governo.

O nosso Partido tem sido muito claro a esse respeito. O essencial é discutir-se e chegar-se a uma plataforma. Se se chega a acordo quanto a uma plataforma, a formação e a composição do governo ficarão extraordinariamente simplificadas.

Pela sua parte, o PCP estaria, nesse caso, aberto à consideração de soluções muito diversas.

De qualquer forma, um novo governo, um governo de alternativa democrática, deveria dar garantias e estar em condições de pôr em prática a plataforma acordada.

Entretanto, várias hipóteses ou planos têm sido focados nos últimos dias.

Tem-se falado num II Governo Constitucional, dando entrada a gente do CDS e do PPD, em representação oficial ou não destes partidos.

Para escândalo da democracia portuguesa, tem-se falado num Governo minoritário PPD-CDS oficialmente sem representação do PS, mas com a aprovação ou aceitação deste na Assembleia da República e há poucos dias ouvimos um dirigente do PS declarar na TV que o PS, no caso de não se chegar a uma plataforma, não tem objecções a que se forme um Governo CDS-PPD...

Tem-se falado também num «Governo de competências», com o apoio do CDS e PPD e o apoio ou tolerância do PS.

A formação de um governo reaccionário em qualquer destas modalidades apenas acentuaria os traços negativos da política actual, não seria o caminho para evitar a catástrofe, mas para consumá-la.

A formação de um tal governo significaria, sem dúvida, a conclusão de uma plataforma, mas não de uma plataforma democrática, de uma plataforma para defender os interesses do Povo e do País, gravemente ameaçados, mas para apressar a recuperação capitalista, latifundista e imperialista, para inaugurar um novo período de exploração desenfreada, desemprego em massa, miséria e repressão, para apressar a restauração do poder económico e político do capitalismo monopolista que explorou e tiranizou o nosso Povo e a nossa Pátria em 48 anos de ditadura fascista. Seria o caminho aberto para a liquidação do regime democrático e para a instauração de uma nova ditadura.

Cada qual avança as suas combinações acerca da composição do governo. O PCP pela sua parte não avança nenhuma.

Mas insiste, porque essa é a realidade da vida nacional, em que a saída da crise e a solução dos problemas nacionais no quadro das instituições democráticas e assegurando a independência nacional é possível não contra os trabalhadores e contra o PCP, mas sim com os trabalhadores e com o PCP.

Plataforma ou eleições

O CC do PCP, em 31 de Julho indicou duas saídas constitucionais possíveis para a crise: ou eleições gerais antecipadas, ou um governo de plataforma.

Nenhuma destas saídas convém à reacção. E por isso começam a dizer que nem uma nem outra são desejáveis nem possíveis.

Segundo dizem alguns, como vimos, uma plataforma democrática, com os trabalhadores, com o PCP, não seria possível porque a reacção não deixaria.

E agora começam a dizer que eleições antecipadas também não seriam possíveis, porque entretanto não haveria um governo para resolver as dificuldades mais prementes, o imperialismo não emprestaria dinheiro, gastava-se o ouro e a reacção daria um golpe.

Nenhum democrata, nenhum antifascista, pode aceitar um tal espírito de capitulação perante as forças reaccionárias, um tal fatalismo de derrota da democracia e da independência nacional.

Caso não se chegue a uma plataforma, antes ou depois de o Governo cair, não vemos outra saída democrática que não sejam eleições antecipadas para a Assembleia da República. E nesse caso há que garantir a sua realização.

Compreende-se que os dirigentes do PS e os partidos reaccionários tenham medo das eleições.

A realizarem-se eleições no momento presente, centenas de milhares de eleitores que votaram no PS, no PPD e no CDS prefeririam abster-se. A reacção seria novamente derrotada. O PS pagaria caro a sua política.

E o PCP, sem qualquer dúvida, veria confirmada numa grande e maior votação popular a justeza da sua política, da sua orientação e do seu combate ao serviço do Povo e da Pátria.

Por isso o PS e a reacção têm medo das eleições. Por isso dizem que não se podem realizar num curto prazo sob o pretexto de não haver lei eleitoral.

Por isso tal é o receio de não terem eleitores, que começam já, para o caso de haver eleições, a avançar projectos de lei para tomar obrigatório o voto, ou para penalizar os que se abstenham a fim de, sobretudo nas regiões onde existem situações antidemocráticas dominadas por caciques, poderem arrebatar eleitores à maneira antiga, com pressões, ameaças e coacção física, económica, social, moral e mesmo religiosa.

O PCP tudo fará para que seja possível chegar a uma plataforma que dê uma alternativa democrática que permita sair da crise. Mas, se tal não for possível, defenderemos a constituição de um governo de gestão, simplificado e operativo, e a realização de eleições gerais, no prazo mais breve possível.

Caberá então aos órgãos competentes impedir que a reacção aproveite da situação para se lançar em qualquer iniciativa golpista.

E haverá então que travar a batalha de forma a que nas eleições, seja incontestável a derrota dos partidos reaccionários e seja também incontestável o voto na democracia, cuja mais forte, sólida e eficaz expressão será o aumento nítido da votação comunista.

A Assembleia Concelhia

Ainda algumas palavras sobre a 4.ª Assembleia da Organização Concelhia da Marinha Grande.

A Assembleia foi uma brilhante confirmação da força, influência, prestígio, papel dirigente da organização do Partido do concelho da Marinha Grande, tendo a seu lado, ombro com ombro, com a determinação de progredirem e cumprirem as suas tarefas, as organizações da juventude comunista, da UEC-UJC - Juventude do PC.

Os trabalhos da Assembleia confirmaram o papel do Partido como vanguarda da classe operária e de todos os trabalhadores e o papel da classe operária como classe de vanguarda de todas as classes e camadas interessadas na defesa das conquistas da Revolução e no prosseguimento do regime democrático.

A Assembleia confirmou que a organização, a força, a capacidade do PCP, lhe vêm das suas raízes profundas nas empresas e noutros locais de trabalho, raízes que se aprofundam e se tornam cada vez mais fortes apesar das campanhas e dos ataques da reacção.

A Assembleia debruçou-se sobre os problemas e os interesses dos trabalhadores e das massas populares.

A Assembleia debruçou-se sobre o reforço do trabalho nas empresas, das Comissões de Trabalhadores, das Comissões de Moradores, do trabalho nas autarquias, da organização e luta da juventude, das mulheres, dos reformados.

A Assembleia confirmou a destacada actividade dos comunistas na solução dos problemas da economia nacional, na defesa das empresas nacionalizadas e intervencionadas, na laboração e na recuperação de empresas sabotadas pelo patronato e salvas da falência pelos trabalhadores que mostraram que, se os capitalistas não podem fazer nada sem os trabalhadores, os trabalhadores passam perfeitamente sem os capitalistas.

A Assembleia examinou também atentamente o trabalho sindical, fazendo o balanço da situação, indicando a necessidade de melhorar a actividade sindical, designadamente a ligação do sindicato ao local de trabalho.

Isso tem particular significado neste momento, não só pelas exigências de luta dos trabalhadores, como pelo facto de que de novo recrudescem as actividades divisionistas no movimento sindical.

Não sei se os camaradas têm conhecimento de que a «Carta Aberta» realizou nova reunião em Coimbra. Anunciavam que seria muito importante e que iriam mudar de nome. Bom, pensamos nós, se calhar vão pôr à frente, entre parêntesis, um R pequenino ou grande, para ficar a «Carta Aberta (R)» - reconstruída ou recauchutada. Mas não. Tomaram um nome pomposo, «Movimento Autónomo de Intervenção Sindicalista» iniciais M-A-I-S, MAIS, e o que nós perguntamos é por que decidiram chamar-se MAIS quando são cada vez MENOS.

Porque na verdade, cada dia ou cada semana, há eleições sindicais e, numas atrás das outras as listas unitárias vão registando vitórias.

A nossa firme posição de combate à «Carta Aberta» nada tem a ver com sectarismo.

Na Assembleia da Organização Concelhia foi justamente criticado o sectarismo. Há por vezes falta de abertura às opiniões diferentes das nossas e menosprezo por aqueles que não pensam como nós. É indispensável combater o sectarismo e prosseguir a política de unidade do nosso Partido.

É precisamente para a defesa da unidade dos trabalhadores, para que se unam comunistas e não comunistas, que combatemos firmemente aqueles que colocam como seu objectivo dividir os trabalhadores, aqueles que traem os interesses dos trabalhadores e servem servilmente o patronato, servem a reacção na sua ofensiva contra as conquistas da Revolução e nos seus projectos de restauração do capitalismo monopolista. As actividades divisionistas têm fracassado e continuarão a fracassar.

Nós vimos como a imprensa reaccionária e da direita procura diminuir as grandiosas manifestações do dia 18 no

Porto e do dia 19 em Lisboa. Mas, se no papel podem reduzir 80 ou 100 mil para 10 mil e 400 mil para «alguns milhares», não conseguem com isso ganhar o apoio de um único daqueles que participaram nas manifestações. As manifestações constituíram um grandioso testemunho da unidade, da vontade e da determinação dos trabalhadores e dos democratas de defenderem os interesses do Povo e do País, de fazer frente à reacção, de assegurarem a defesa e prosseguimento do regime democrático, rumo ao socialismo.

Finalmente, a Assembleia tratou do reforço do Partido e dos vários sectores da sua actividade.

Poderá dizer-se que isso interessa ao Partido, à Assembleia do Partido, mas não a um comício, onde estão certamente pessoas que não são comunistas.

O reforço do Partido é do interesse não apenas dos comunistas mas de todos os trabalhadores, de todos os democratas.

E porquê? Por duas razões. A primeira é porque o PCP é uma força indispensável e essencial para a defesa dos interesses dos trabalhadores, para a defesa das liberdades, do regime democrático, da independência nacional.

Por isso, quando a Assembleia da Organização Concelhia decidiu estruturar melhor as organizações e pôr a funcionar melhor os núcleos das empresas, dar mais atenção às freguesias, aumentar a difusão do «Avante!» e do «Militante!», melhorar o trabalho ideológico e dar respostas firmes e adequadas ao verbalismo esquerdista, promover uma maior regularidade no pagamento das quotas, melhorar o funcionamento do Centro de Trabalho, essas decisões interessam profundamente, não apenas aos comunistas, mas a todos os trabalhadores, a todos os democratas e antifascistas. Interessam em particular e directamente aos socialistas.

Não se pense que os comunistas vêm com alegria as dificuldades internas do PS, o abandono das suas fileiras por milhares dos seus filiados, os conflitos e dissidências na sua direcção, o encerramento de centros de trabalho por não terem quem os frequente ou quem cuide deles, e tudo isto precisamente pela política antipopular, de recuperação capitalista, de aliança à direita, do Governo PS e dos dirigentes do PS.

Tal como muitos socialistas hoje vêm com satisfação o reforço do PCP, assim nós veríamos com satisfação o reforço do PS, o aumento dos seus efectivos e a sua unidade, se o PS tivesse uma política ao serviço do Povo e do País e não dos capitalistas e latifundiários e se se decidisse finalmente a lutar lado a lado com o PCP por uma política que correspondesse aos interesses, aos anseios, às aspirações e objectivos do Povo português.

Há porém ainda uma segunda razão para que os problemas do reforço do PCP abordado nos trabalhos da Assembleia da Organização Concelhia, interesse muitos amigos que não são membros do PCP.

É que na Assembleia foi discutida a campanha de recrutamento de novos membros do Partido, a Promoção Conquistas de Abril.

Estamos certos de que as filiações no Partido continuarão a aumentar e que muitos homens, mulheres e jovens, virão ao Partido precisamente neste momento de grave crise económica, financeira e social e política.

E virão neste momento porque querem intervir na solução dos problemas e porque compreendem que o PCP é o Partido que fala a verdade ao Povo e que indica o caminho justo; é o Partido que constitui a maior, a melhor, a mais fraterna e solidária família política existente no nosso País; porque compreendem que o PCP é uma força determinante para fazer frente à reacção, para a defesa dos interesses dos trabalhadores e das classes e camadas laboriosas, para a defesa da reforma agrária, das nacionalizações e do controlo operário, para a defesa das liberdades, para assegurar uma alternativa democrática à política actual e ao Governo actual, para a saída da crise, o prosseguimento do regime democrático consagrado na Constituição, a firme defesa da independência nacional.



4.ª Assembleia da Marinha Grande

A INTENSIFICAÇÃO DO TRABALHO UNITÁRIO É IMPRESCINDÍVEL PARA DEFENDER E CONSOLIDAR A DEMOCRACIA

Cerca de duzentos delegados participaram, no sábado passado, na IV Assembleia de Organização Concelhia da Marinha Grande do PCP, realizando-se à noite um comício no pavilhão da Embra com o secretário-geral do PCP, camarada Alvaro Cunhal e cujo discurso transcrevemos noutro local.

Após a leitura do Relatório de Actividades e as intervenções das organizações procedeu-se à discussão e aprovação do Relatório e ainda à eleição da Comissão Concelhia, verificando-se a unanimidade.

Assistiram aos trabalhos como convidados os presidentes da Câmara e da Assembleia Municipal da Marinha Grande, os presidentes das juntas de freguesia, representantes das colectividades populares de cultura e recreio e ainda representantes de outros partidos e forças políticas progressistas.

Os delegados da célula da lvm apresentaram uma moção no sentido de se desenvolverem esforços para a construção de um novo Centro de Trabalho que venha a substituir o agora existente pois o mesmo funciona em condições bastante precárias. Esta moção foi aprovada por unanimidade e aclamação.

Da Comissão Concelhia eleita fazem parte 17 operários, 8 empregados, 2 reformados, um intelectual e uma doméstica, numa média de idades que ronda os 35 anos.

Na sua intervenção o Comité Metalúrgico da Marinha Grande para além de abordar assuntos directamente relacionados com o sector refere-se à campanha «Promoção Conquistas de Abril».

Salientando a dada altura ser indispensável que todos os membros do Partido, incluindo os que chegam agora às nossas fileiras, actuem de uma forma muito aberta, de modo a contribuir, tanto quanto lhes for possível, para ganhar outros trabalhadores, outros pequenos e médios agricultores, técnicos e intelectuais, pequenos e médios comerciantes e industriais, para uma verdadeira política de recuperação económica. A intensificação de um amplo trabalho unitário, em que cabem comunistas, socialistas e muitos outros democratas, é imprescindível para defender e consolidar a democracia, para salvaguardar a independência nacional, para avançarmos a caminho do socialismo.

Por seu turno, a intervenção da célula da fábrica de lmas «Tomé Fêiteira» acentuava nomeadamente que nesta altura, a empresa começa a atingir montantes de vendas nunca seguidos pela antiga administração, que há muito vinha provando não ter capacidade nem dinamismo para estar à frente da empresa.

E mais adiante: Os trabalhadores passaram a receber de acordo com os ordenados estabelecidos na lei, passando a empresa a amortizar as dívidas contraídas pelos Fêiteiras, tendo pago até à presente data a quantia de 17 853 contos, cumprindo um plano de amortizações à banca, a fornecedores, à Previdência e aos trabalhadores.

Depois de referir pormenorizadamente a proposta elaborada pela Comissão de Trabalhadores para remodelar a empresa, proposta que em princípio o Governo aceitou para logo a seguir dar o dito por não dito e pretender entregar a empresa ao patronato sabotador, o relatório prossegue: Presentemente, a empresa labora normalmente, tem uma boa carteira de

encomendas (no mês de Outubro registou novo recorde de vendas - 17 800 contos), a situação económico-financeira não é má, continuando a empresa a recuperar e a amortizar regularmente as dívidas contraídas inexplicavelmente pelos exploradores Fêiteiras.

Todavia, o aspecto económico, a curto prazo, é o factor mais preocupante, dado que hoje a «Tomé Fêiteira» já não tem a mesma capacidade competitiva nos mercados internacionais, com empresas congéneres que estão equipadas com tecnologia avançada e, consequentemente, em melhores condições de concorrência.

A «Tomé Fêiteira» é a terceira fábrica do mundo no fabrico de lmas, e é de longe a maior do nosso País: exporta cerca de 85 por cento da produção.

Achamos que é necessário e urgente uma reestruturação tecnológica com vista à salvaguarda da vida futura da empresa.

Esta empresa influencia em cerca de 60 por cento o contexto socioeconómico da vila - Vieira de Leiria - e por isso registamos aqui alguns aspectos da intervenção da Comissão de Freguesia daquela localidade.

Depois de salientar que existem hoje muitos simpatizantes do Partido e outros que ainda sem se definirem seguem no entanto as nossas linhas de orientação, certos de que o nosso Partido se entrega a uma prática de permanente defesa dos interesses do povo, o relatório acrescenta, falando da campanha «Promoção Conquistas de Abril»:

Iremos essencialmente orientar o nosso trabalho, trazendo ao Partido não só operários mas também elementos de outros extractos sociais, nomeadamente pequenos comerciantes

e pequenos proprietários, os quais têm demonstrado o seu apoio à justa luta desenvolvida pelo nosso Partido a nível local e nacional, contra a política de recuperação capitalista que se tem vindo a desenvolver após a formação do VI Governo Provisório até aos nossos dias.

Mas não se pode falar da Marinha Grande sem falar dos trabalhadores do sector vidreiro. Por isso guardamos para o fim a intervenção do Comité Vidreiro que conta, neste momento, com 1112 militantes, ou seja aproximadamente metade da organização concelhia.

Após terem sido abordados alguns problemas mais prementes naquele sector, mas a nova Comissão Concelhia deve encontrar, com base numa melhor representação operária, as formas de articulação que ultrapassem alguns dos problemas apontados e tentar um melhoramento efectivo do trabalho dos vidreiros, o relatório do Comité Vidreiro apela para a participação massiva na manifestação que hoje se realiza.

Encerrando a Assembleia, o camarada Joaquim Gomes, membro do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central que juntamente com o camarada Alvaro Cunhal assistiu a todos os trabalhos, salientou que o balanço das actividades a nível concelhio é amplamente positivo e que a Assembleia de Organização demonstra o crescente reforço do Partido Comunista na Marinha Grande.

Salientando depois que os comunistas não devem só realçar o que fazem bem, mas devem analisar o que fazem mal, o camarada Joaquim Gomes debruçou-se sobre vários casos concretos em que o trabalho de organização pode ser reforçado.

A venda
Militante
 BOLETIM DE ORGANIZAÇÃO DO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS

Ano 45
 Série IV
 N.º 29
 Novembro 1977
 Preço 5\$00

NESTE NÚMERO: Pela negociação de uma plataforma por uma nova política • A promoção avança com decisão - resultados até fins de Outubro • Uma grande batalha pelo recrutamento. Uma grande batalha pela unidade • O que nos mostrou a 2.ª Conferência da Reforma Agrária • Prepararemos o 8.º Balanço Geral da Organização • Pelo reforço do Movimento Camponês para uma vida melhor nos campos • Documentos: o PCP pela negociação de uma plataforma por uma nova política •

edições Avante! PROGRESSO tradução rigorosa

OBRAS ESCOLHIDAS de LÉNINE

3 volumes

o primeiro volume compreende as obras de Lénine no período que vai de 1876 a Setembro de 1916

AVENDA O 1.º VOLUME 776 PÁGINAS 250\$00



Reportagem do «Avante!»

«AQUI LUTAMOS TODOS»: UM NOME QUE É SÍMBOLO DA VONTADE POPULAR

Lá longe, no monte, desenha-se o perfil dos jeeps e dos cavalos da GNR sob cuja protecção, e apanhando completamente os trabalhadores de surpresa, entraram na Herdade do Pinheiro e anexas, no passado dia 9, e lá se mantêm três regentes agrícolas do MAP nomeados como gestores para estas terras da UCP "Aqui Lutamos Todos", de Ferreira do Alentejo". Proibida por um destes gestores, o regente agrícola Pereira Bastos, de pôr pé na Herdade do Pinheiro, "autorizada" a falar "somente" à hora do almoço com os trabalhadores no monte, sob o controlo dos elementos do MAP (1) a equipa do "Avante!" não precisou de utilizar esta "condescendência" do empregado dos senhores Barreto e Portas para chegar à fazenda com os trabalhadores. E apesar da brevidade do encontro com as mulheres que, na manhã encoberta, vergadas apanhavam a azeitona do chão, apesar das palavras rápidas trocadas entre duas rondas da GNR, que periodicamente se passeia entre os trabalhadores ocupados no olival, o tempo chegou para ouvir este desabafo da boca de uma trabalhadora:

— Ainda bem que vocês cá vieram!

Ir às outras herdades da UCP não é difícil. Mas penetrar na Herdade do Pinheiro e anexas é, desde o dia 9, enfrentar um cerco que isola os trabalhadores durante todo o dia de trabalho. Lutando contra esta situação, na sequência de um plenário, os trabalhadores paralisaram na Herdade do Pinheiro, no passado dia 14, como repúdio contra a ingerência arbitrária do MAP, contra a comissão de gestão por este nomeada, contra a intervenção da GNR e contra a suspensão da direcção da UCP verificada no passado dia 12. Foi uma

greve contra a qual se utilizaram armadilhas, intimidações aos trabalhadores e não se pouparam meios para semear o pânico sobretudo entre as mulheres:

Não permitiam que nós contactássemos uns com os outros. Mandavam a GNR dizer a um grupo de trabalhadores que, lá do outro lado, os nossos camaradas de trabalho já tinham acabado a paralisação e perguntavam o que nós resolvíamos. Veio cá o governador civil de Beja, Pereira Bastos e o director do Centro Regional da Reforma Agrária de Beja, Romana Martins, os dois do PS, para nos convencer a pegar. Disseram para estarmos calmos, porque tinhamos o trabalho assegurado, que vissemos bem o que estávamos a fazer porque a continuarmos, tinham muita pena mas eram obrigados a usar a força. O que não conseguiram com palavras mansas, nem com as ameaças, conseguiram com os preparativos da GNR para intervir. Somos aqui muitas mulheres, muitas ficaram aterrorizadas. Entretanto, em Ferreira do Alentejo, os trabalhadores das outras herdades da UCP e a população manifestavam-se, de tarde, protestando contra o que aqui sucedia. Quisemos ir para Ferreira para participar na manifestação, que era feita por nossa causa, mas em todos os caminhos não nos deixavam passar por ordem dos senhores do MAP. Fomos falar com um destes senhores. Ele disse-nos que daqui a um ano até nos emprestava as máquinas para irmos à manifestação, mas agora nem pensar nisso, não nos deixava sair.

Caracterizando esta situação, o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Beja saiu com um comunicado no qual se lê: "Não aos campos de concentração!"; a realidade

demonstra que nos campos do Alentejo, nas terras do Pinheiro e anexas, esta é a imagem adequada.

No dia 16, os trabalhadores voltariam a paralisar mas, desta vez, não indo sequer à Herdade do Pinheiro. Alguns seriam postos nos transportes, pela força, quando se encontravam nas ruas; quanto aos que ficaram em casa, na freguesia de Alfundão, receberam a visita da GNR que, de porta em porta, andou indagando a razão porque os trabalhadores não haviam pegado ao trabalho. Outros, ainda, foram trabalhar na apanha da azeitona de outras herdades da UCP:

Uma mulherzinha ali no Alfundão é que lhes respondeu bem. Disse que não tinha ido trabalhar porque não lhe tinha apetecido e que não tinha nada que lhes dizer o nome. Mas apesar de tudo, os da GNR não são os piores. Alguns, vê-se na cara deles, que também não gostam disto. A gente, às vezes, esquece-se mas muitos dos praças nasceram aqui no distrito e os pais amavam as terras.

Tentando infiltrar o temor do desemprego, sobretudo, entre as mulheres, conhecendo de seus dias mais a falta de trabalho, como o emprego assegurado apenas por períodos, os senhores do MAP, coadjuvados pela presença da GNR, tentam a divisão dos trabalhadores: "Mas se vocês têm o trabalho assegurado, querem arriscá-lo? Se a UCP vos dava trabalho, nós também o damos". Este é o argumento lançado, provocando dúvidas, incertezas mais entre as mulheres, desde sempre mais atingidas pela miséria e as dificuldades. Contra estas hesitações que não devem ser ignoradas, surge a voz de muitas outras, a voz das que vêem mais longe:

Não podemos ir nas falas deles. Agora dão-nos trabalho porque é a época da apanha da azeitona e ficava-lhes mal estarem cá, em nome do MAP, e ficar a azeitona a estragar-se na árvore e no chão. Mas amanhã, quando não houver azeitona, o que será de nós? Amanhã quando o agrário voltar e de

meias com estes senhores do MAP nos explorar, voltamos à antiga? É preciso que a gente se não divida. É preciso que mesmo que eles pensem ter ganho, nós fiquemos unidos para o que der e vier, porque enquanto "vai e vem o pau", temos tempo para pensar noutras formas de luta porque a luta continua!

O MAP DEVE DINHEIRO À UCP

A UCP "Aqui Lutamos Todos", de Ferreira do Alentejo, que agora o MAP tenta ferir, pondo em risco a sua sobrevivência, ao "estatizar" numa primeira fase para depois constituir empresa mista com o agrário, as Herdades do Pinheiro, Fonte Boa e Monte da Vinha, desde Dezembro de 1975 que representava para o povo de três freguesias — Ferreira do Alentejo, Alfundão, Peroguarda, — a esperança em realização de melhores dias.

Assim, onde o trabalho mal dava para 60 homens permanentes e 50 mulheres empregadas ao sabor das estações, trabalham hoje 151 homens permanentes e 150 mulheres com tarefas asseguradas durante quase todo o ano. Onde os trabalhadores tinham de palmilhar quilómetros, mesmo nas manhãs geladas, para um ganha-pão incerto, existem hoje máquinas que, além de servirem a terra, servem o transporte dos trabalhadores. Onde as potencialidades da terra ficavam ao desperdício, hoje crescem mais searas de trigo e de outros cereais, os pomares ganharam novas extensões, o número de cabeças de gado aumentou sensivelmente.

— Isto sucede porque nós ocupamos as terras dos agrários que não queriam dar trabalho à gente e que deixavam estragar uva e sabotavam a torto e a direito nas nossas costas. Diz-nos um trabalhador da Herdade do Pinheiro — Isto sucede porque desde 24 de Dezembro de 1975, formámos a nossa unidade colectiva "Aqui Lutamos Todos" que está legalizada, tomámos 2600 hectares de terra e fizemos-os render com o nosso trabalho. Destes hectares, cerca de 1500 são da Herdade do Pinheiro e anexas onde o MAP vem agora pôr o pé para depois dar entrada ao agrário Silvestre que tão má memória deixou neste povo.

Tomando a Herdade do Pinheiro e anexas, o MAP toma o "coração da UCP". As melhores instalações de armazenamento e frigoríficas, a oficina, a vacaria, a ordenha, os escritórios da UCP encontram-se no monte da Herdade dos Pinheiros. Aqui, a quem conhecesse o monte antes da ocupação das terras pelos trabalhadores, é visível o traço do esforço dos trabalhadores. Desse esforço dizem os seguintes resultados obtidos depois da constituição da UCP:

- A produção de cereais aumentou em mais 500 toneladas;
- A produção de uva aumentou e melhorou, assim como a dos pomares;
- Quanto ao efectivo pecuário, o gado bovino aumentou para mais em 200 cabeças, o gado suíno de engorda passou de 438 para cerca de 2000 cabeças, as porcas criadeiras de 200 para 390, há mais 130 ovelhas do que no tempo do agrário, iniciou-se a criação de perus, existindo actualmente 4000;

- Completou-se a implantação de 122 hectares de vinha; construíram-se seis depósitos de vinho;
- Completou-se a construção de um silo;
- Procedeu-se à canalização de água numa distância de 3 quilómetros para o monte da Herdade do Pinheiro;
- Construiu-se e montou-se uma ordenha tipo rotativo única no país;

- Adquiriram-se um camião e uma camioneta, dois tractores, três enfardadeiras, dois reboques, um montacargas, duas ceifeiras debulhadoras para as quais o CRRA de Beja havia prometido financiamento, negando-se depois a concretizá-lo.

Como prova do equilíbrio económico da UCP alcançado pelos trabalhadores, nas contas da UCP, encontra-se em dinheiro disponível, 5 milhões 378 mil e 232 escudos; a dívida de facturação é de 2 milhões 74 mil 726 escudos e 90 centavos; a receita da facturação é de 4 milhões 128 mil 487 escudos e 10 centavos; a receita provável a curto prazo calcula-se em 30 milhões de escudos.

A UCP deve ao Estado um milhão 102 mil 747 escudos e 10 centavos. Mas o Estado deve à UCP a importância relativa a entrega de 97 litros de azeitona, 450570 quilos de cevada distica e 490 631 litros de vinho do qual há a descontar 120 mil escudos. Onde se conclui que a UCP não deve nada ao Estado mas pelo contrário é o Estado que está em dívida para com a "Aqui Lutamos Todos".

Contra estes resultados patentes a todo o povo, que argumentos há-de utilizar o MAP senão os da força, da arbitrariedade, da injustiça? Contra estes resultados obtidos pela capacidade administrativa dos trabalhadores ergue o MAP a vontade de usurpar, a ânsia de desintegrar a UCP, de destruir a Reforma Agrária, a cumplicidade com os desejos de regresso dos agrários. Do descalabro destes resultados, fruto da gestão colectiva dos trabalhadores, torna-se o MAP responsável perante todo o país. E por mais que imponham a repressão e a ilegalidade, os senhores Barreto e Portas não poderão fazer esquecer o que se alcançou sob a gestão dos trabalhadores na UCP "Aqui Lutamos Todos", nome que é um símbolo da energia criadora dos trabalhadores, nome que constitui um testemunho da vontade não só dos homens e mulheres do concelho de Ferreira do Alentejo mas de todos os que insistem em defender e fazer avançar a Reforma Agrária.

O ALENTEJO PARALISOU EM DEFESA DA REFORMA AGRÁRIA

Mais de metade da população activa do Alentejo concentrou-se na passada segunda-feira pelas 15 horas, em diversos concelhos dos distritos de Beja, Évora e Portalegre numa das mais importantes manifestações de combatividade e de unidade das massas trabalhadoras. Foram cerca de 100.000 trabalhadores de diferentes sectores de actividade numa população activa de 185.000 pessoas, às quais se uniram, sobretudo nas capitais de distrito largas massas de estudantes, que participaram numa das mais significativas etapas da luta pela defesa da Reforma Agrária e pela reivindicação de um Governo ao serviço dos trabalhadores, da recuperação económica e da independência nacional.

As concentrações culminaram uma jornada de combate que se iniciara na manhã de segunda-feira com uma paralisação geral dos trabalhadores no Alentejo conforme a decisão de plenários distritais realizados no passado dia 19, nos quais participaram os secretariats e uniões das UCPs, os Sindicatos Agrícolas, trabalhadores das UCPs, organizações de pequenos e médios agricultores, representantes sindicais de todos os sectores de actividade, de comissões de trabalhadores e das Câmaras Municipais, das Juntas de Freguesia e comissões de moradores.

QUEREMOS PÃO

«Queremos pão; GNR nas cooperativas não!» foi uma das palavras de ordem mais veementemente gritadas

por todo o Alentejo. Outras constituiriam exemplo da firmeza das 40.000 pessoas concentradas no distrito de Beja, da tenacidade dos 45.000 manifestantes do distrito de Évora e da determinação dos 20.000 trabalhadores que saíram à rua no distrito de Portalegre. «Fora com os agrários, a terra a quem a trabalha!», «Avante com a Reforma Agrária!» «A luta continua, Barreto e Portas para a rua! O custo de vida aumenta, o povo não aguenta! Não a um governo de direita! Governo de direita não cumpre a Constituição! Trabalho sim, desemprego não!»

PARALISAÇÃO EM TODOS OS SECTORES

Exemplo da grande mobilização com que as massas trabalhadoras corresponderam a esta iniciativa de luta pela Reforma Agrária e pela consolidação da democracia, é-nos dado pelas concentrações em diversos concelhos: no distrito de Beja: em Aljustrel concentraram-se 500 pessoas; na Vidigueira, 4000 e em Moura sucedeu a maior concentração de sempre com 16.000 pessoas na rua; no distrito de Évora: em Reguengos de Monsaraz, onde a secção local do PS havia aderido às paralisações e concentrações verificou-se a maior concentração de sempre com 5000 pessoas; em Borba, participaram 7000; em Évora 12.000 e em Montemor-o-Novo cerca de 10.000 pessoas; no distrito de Portalegre as concentrações enlombaram cerca de 8000 pessoas em Ponte de Sôr e 4000 em Avis.

As paralisações de trabalho, que antecederiam as

concentrações, tiveram uma extraordinária adesão em diversos sectores de actividade. No sector agrícola, a paralisação foi da ordem dos 100%, no sector de Construção Civil paralisaram cerca de 80% dos trabalhadores (no ramo da Construção Civil, mármore e Pedreiras, particularmente importante ao norte de Évora, paralisaram 90%), no sector de Metalurgia e da indústria em geral, as paralisações terão sido da ordem dos 70%. Nos serviços calcula-se em 80% o nível de paralisações, neste sector simbólicas, das quais resultaram muitas moções de apoio à luta dos trabalhadores alentejanos. Também em diversos ramos da pequena e média indústria, do pequeno e médio comércio se verificaram paralisações, apenas simbólicas, de modo a não afectar o ritmo produtivo. Diversos núcleos de pequenos e médios agricultores que haviam manifestado a sua adesão a esta jornada de luta, paralisaram igualmente de modo simbólico, vindo depois a unirem-se às concentrações.

Em síntese, é praticamente impossível calcular o número de paralisações, o qual ultrapassou em muito o número de trabalhadores concentrados que, no entanto, representam mais de metade da população activa: uma demonstração da energia revolucionária do Alentejo, uma demonstração de como firme, sem trair os princípios do civismo, os trabalhadores fazem ouvir a sua voz contra as manobras de direita, pela defesa, consolidação e avanço das vitórias alcançadas.



Alguns exemplos da «gestão» do agrário futuro sócio do MAP na H. do Pinheiro...

O despacho do MAP relativo à Herdade do Pinheiro, Fonte Boa e Monte da Vinha não se limita a nomear uma comissão de gestão para estas herdades que se encontravam integradas na UCP "Aqui Lutamos Todos", de Ferreira do Alentejo. Indo mais longe, o senhor Portas, secretário de Estado da Estruturação Agrária projecta que o agrário António Francisco Silvestre Ferreira, ex-proprietário destas terras, voltará à posse das propriedades que passam a ser "uma exploração mista com maioria estatal".

Exemplo mais claro da política do MAP do que este "abraço" entre o MAP e os agrários exploradores seria difícil de encontrar... mas não seria de espantar que os senhores Barreto e Portas se encaminhassem por esta via de "aliança" na ingerência na vida das unidades colectivas de produção de modo a usurpar a gestão aos trabalhadores. Entretanto, enquanto "não estão criadas as condições" para a gestão cordialmente mista dos envidos dos MAP e do senhor agrário, este recebeu a título de reserva provisória as courelas "Fragal da Cruz" e "Poço Branco".

Recordar o que foi a gestão

do agrário António Francisco Silvestre Ferreira nas terras ainda na sua posse, imediatamente após o 25 de Abril é desmascarar, se necessário fosse, o cariz dos aliados do MAP, as características daquelas aos quais os senhores Barreto e Portas "fazem o jeito" e aos quais não só tecem rasgados elogios "por mal disfarçado pudor" nos ofícios emanados do MAP. Desta gestão falam os seguintes factos:

— O agrário António Francisco Silvestre Ferreira, depois do 25 de Abril, engrossando o caudal das acções sabotadoras dos latifundiários vendeu cevada, aveia, grão e fava sem fazer as limpezas e carregando a maior parte dos produtos de noite, às escondidas dos trabalhadores; não procedeu a tratamentos fitossanitários na vinha pelo que esta foi muito atacada pelo míldio; deixou secar dez toneladas de uva para vinho muita da qual poderia ser aproveitada para as câmaras frigoríficas; fez sair muita da uva que estava nas câmaras, deixando secar a que estava na cepa. A somar a estes factos que, por si só puseram em risco os postos de trabalho, o senhor

Silvestre preparava-se para fazer sair cerca de 150 vacas para abate, 41 novilhos em criação, 325 porcos sem peso para venda, 500 borregos a meio da criação e 2 rebanhos de ovelhas. Só porque os trabalhadores o impediram, a actividade sabotadora deste agrário não fez mais estragos nas terras sob a sua posse e, portanto, — na economia nacional. Acrescente-se a resistência deste proprietário em cumprir os contratos colectivos de trabalho e em dar emprego aos trabalhadores que o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Beja colocou nas suas terras, junta-se o facto de, à data da ocupação, não se encontrar nestas herdades, nem rações nem palhas para gado, e ter-se-á, por um lado, o retrato deste senhor agrário e, por outro, uma síntese das razões que levaram os trabalhadores à ocupação das terras: necessidade de trabalharem, ganhando o pão para os seus filhos, urgência de porem as terras a produzir, levantando a agricultura da decadência a que os agrários a conduziram, salvaguardando a economia nacional do bolcote de latifundiários e capitalistas e defendendo o processo democrático.

A PARTICIPAÇÃO DAS POPULAÇÕES NA GESTÃO DAS AUTARQUIAS É MAIOR ONDE É FORTE A ORGANIZAÇÃO DO PCP

O debate dos problemas encontrados ao longo de um ano de trabalho nos órgãos de poder local e uma maior clarificação da orientação a seguir no campo das actividades das autarquias e do movimento popular de massas, constituíram os pontos centrais do Encontro realizado pelo Comité Local de Lisboa do PCP, que no passado domingo reuniu no Centro de Trabalho Vitória, durante todo o dia, mais de duas centenas de quadros daquelas duas frentes de trabalho no concelho de Lisboa.

Culminando um intenso trabalho preparatório realizado em todas as freguesias da capital, o Encontro viria a saldar-se por uma rica troca de experiências e a abrir amplas perspectivas para o intenso trabalho futuro que há a desenvolver.

Na primeira parte dos trabalhos, que funcionou em plenário, fez-se uma análise da importância e do peso eleitoral da capital, cujos votos representam mais de 10% dos resultados nacionais, bem como das profundas diferenças existentes entre as 53 freguesias do concelho. Numa breve retrospectiva, recordou-se a situação caótica que após o 25 de Abril os democratas vieram encontrar em todos os domínios da gestão local e os benefícios que, apesar de todas as dificuldades, foi possível introduzir através das Comissões Administrativas em estreita colaboração com as populações. Da abertura de estradas à construção do chafariz, da electrificação da melhoria das condições de vida em bairros de lata, da creche à escola, de tudo um pouco se fez. E se à distância esse trabalho pode parecer irrelevante, basta meditar um pouco na fraquíssima disponibilidade de meios com que tais obras foram realizadas para se concluir do profundo

empenhamento necessário para as tornar realidade.

Os erros cometidos também não foram esquecidos durante este balanço. O sectarismo que, um pouco por todo o lado, deixou as suas marcas; os objectivos irrealistas propostos que se saldaram por grandes desilusões seguidas de desmobilização; a inevitável inexperiência face a um trabalho completamente novo.

Na correcção de tais deficiências, indispensável para o desenvolvimento do trabalho cada vez mais em harmonia com as necessidades populares, salientou-se o inestimável contributo do VIII Congresso do PCP e também da rica experiência colhida durante a última campanha eleitoral, onde o trabalho unitário foi pedra basilar dos sucessos alcançados.

As diversas intervenções registadas durante a primeira parte do Encontro traçaram um perfil elucidativo das graves carências das autarquias do concelho de Lisboa. Desde os problemas habitacionais à insuficiência de escolas; do reduzido número de creches e jardins de infância a preços acessíveis à escassez de zonas verdes; das Assembleias de Freguesia que não reúnem, às tentativas de certas Juntas para desmobilizarem as

organizações populares de base; do carácter presidencialista de alguns executivos à fraca participação popular nas sessões públicas dos órgãos autárquicos, tudo contribuiu para trazer ao Encontro uma visão de conjunto da actual situação existente nas cinquenta e três freguesias deste importante concelho.

DEFENDER OS INTERESSES POPULARES

A segunda parte do Encontro funcionou em grupos de trabalho que debateram na especialidade as principais questões relacionadas com o funcionamento democrático dos órgãos de poder local e com a dinamização das organizações populares de base.

De todos os grupos, dos resultados do seu trabalho, importa reter desde já uma importante conclusão: a gestão democrática e a participação das populações é mais forte onde as organizações do Partido são mais fortes.

A responsabilidade daquele facto ficou bem expressa neste Encontro. Sem os comunistas, sem o seu trabalho organizado, pleno de dedicação e de espírito de



A mesa que presidiu aos trabalhos

sacrifício, sem a sua actividade permanente, franca e aberta, os problemas que mais afligem as massas populares não são debatidos, pouco ou nada se faz para a sua resolução. Mas não se pense que, chegados a esta conclusão, se deduziu que os comunistas, sozinhos, tudo resolveriam. Muito pelo contrário. Só no trabalho unitário, apoiando todas as propostas que visem melhorar as condições de vida do povo (venham elas de onde vierem), e a participação das populações é mais forte onde as organizações do Partido são mais fortes.

Formar quadros especializados nas questões autárquicas, defender intransigentemente o carácter unitário

inerente às organizações populares, foram outras duas conclusões que importa sublinhar.

Segurança social e cultura, recreio e desportos foram os temas debatidos nas duas restantes sessões do Encontro.

Quanto à segurança social, que englobava os sectores da saúde, assistência à infância e à terceira idade, considerou-se imprescindível o desenvolvimento de campanhas de esclarecimento da população no que toca à medicina preventiva, bem como à entrada em funcionamento, nos sítios onde não existe, de centros de planeamento familiar. Esta secção considerou ainda que se devem desenvolver todos os esforços para a criação de serviços médico-sociais em actividade permanente, não só para atender aos beneficiários das Caixas mas para toda a população residente. O centro-piloto que funciona na Reboleira-Amadora foi considerado como um bom exemplo a seguir.

A última sessão — cultura, recreio e desporto — considerou urgente o levantamento das carências das freguesias neste sector, bem como a necessidade de as autarquias definirem a forma como poderão apoiar estas iniciativas. Para além do fomento de realizações deste tipo intercolectividades, viu-se como seria útil a participação das escolas na dinamização da prática desportiva, aproveitando integralmente as instalações existentes. Também neste domínio se salientou quanto seria útil a mobilização dos comunistas, nomeadamente na participação do sector intelectual na difusão da cultura contemporânea, formação de animadores culturais, etc.

Todas as conclusões apresentadas, inevitavelmente sintetizadas devido às limitações de tempo com que trabalharam as secções, estão já a ser devidamente desenvolvidas para serem

depois divulgadas a toda a organização do Partido.

OS COMUNISTAS DEVEM SER O EXEMPLO

O Encontro foi encerrado pelo camarada Carlos Costa, da Comissão Política e do Secretariado do Comité Central do PCP, que analisou a actual situação política e fez o enquadramento dos resultados do Encontro na política geral do Partido para as autarquias locais.

Manifestando o seu gozo pela riqueza de experiências recolhidas, o camarada Carlos Costa sublinhou que a política de unidade, unanimemente defendida pelos participantes do Encontro, não só é a mais justa para a defesa dos interesses da população como também se traduz pela aplicação prática dos princípios sempre defendidos pelo nosso Partido.

Ao realçar a importância do papel dos comunistas nas frentes de trabalho das autarquias e do movimento popular de massas, Carlos Costa frisou que também aí, como em todos os locais onde se luta pela democracia e pelo socialismo, os comunistas devem ser os impulsores e o exemplo da verdadeira gestão democrática. A sua actuação, disse, deve ser de abertura a toda a população, isenta de qualquer sectarismo, pugnando sempre pela melhoria e defesa das condições de vida da população que os elegeu e perante as quais são responsáveis.

Confiante de que este trabalho será mais um contributo dos comunistas no caminho de uma gestão local ao serviço das massas populares, Carlos Costa exortou os participantes do Encontro a prosseguirem o debate nas respectivas organizações e a desenvolverem todos os esforços para levar à prática as conclusões deste importante Encontro de quadros.

ENCONTRO DOS MILITANTES ELEITOS PARA AS AUTARQUIAS NO DISTRITO DE SETÚBAL

Por iniciativa da DORS do PCP, realizou-se no salão dos Ferrovários do Barreiro, no Sábado passado, o 1.º Encontro Distrital dos militantes do PCP, eleitos para os órgãos do Poder Local do distrito. No encontro participaram como convidados, numerosos eleitos, com ou sem partido, da Frente Eleitoral Povo Unido, estando presentes os representantes de todos os concelhos do distrito: Alcacer do Sal, Alcochete, Almada, Barreiro, Grândola, Moita, Montijo, Palmela, Santiago do Cacém, Seixal, Setúbal, Sesimbra e Sines.

Faziam parte da mesa Carlos Costa do Secretariado e da Comissão Política do CC do PCP; Jaime Serra da Comissão Política do CC e responsável pela Organização Regional de Setúbal do PCP; Helder Madeira do CC do PCP e Presidente da Câmara do Barreiro; Luís Sá e António Costa da comissão junto do CC para o trabalho das Autarquias; José Cavaco da Direcção da Organização Regional de Setúbal do PCP e responsável distrital pelo trabalho das Autarquias.

Foram apresentados relatórios sobre a actividade das autarquias locais — eleitas em 12 de Dezembro de 1976 — e apontadas as soluções encontradas para os grandes problemas que enfrentam.

O balanço revelou que foi realizada, em coordenação com as organizações populares de base, uma intensa actividade para satisfação dos problemas das populações, nomeadamente no apoio à infância e à terceira idade na promoção da cultura e desporto, no domínio da saúde, do abastecimento de água, dos esgotos, lixos, da habitação, da recuperação dos clandestinos, do planeamento urbanístico, da criação de espaços verdes e da construção de escolas. Sobre todos os domínios o 1.º Encontro permitiu uma extensa troca de experiências e de pontos de vista.

Foi também analisada a nova lei das atribuições e competências, em especial a instituição e funcionamento das Assembleias Distritais e Conselhos Municipais. Em relação às Assembleias Distritais, os participantes expressaram a vontade de garantir a sua imediata entrada em funcionamento, salientando contudo o seu

carácter provisório, como dispõe a Constituição que aponta para a rápida instituição das Regiões Administrativas e os seus Órgãos.

No que toca aos Conselhos Municipais foi salientada a intenção de os transformar num verdadeiro reflexo do movimento popular de cada Concelho, de forma a garantir uma crescente participação na administração local, dos sindicatos, comissões de trabalhadores, colectivas de moradores, Colectividades, Organizações de pequenos e médios agricultores, pescadores, comerciantes e industriais, e outros organismos sociais, económicos e culturais.

Foi também amplamente verificado, no decorrer das intervenções, a estreita dependência das autarquias locais em relação ao poder Central, contrariando o princípio da autonomia consagrada na Constituição, nomeadamente no que se refere à elaboração e aprovação de projectos, ao financiamento de obras e realizações, e até à satisfação das despesas com o pessoal.

Os participantes congratularam-se ainda com a equiparação dos trabalhadores das autarquias locais aos trabalhadores da função pública a que a nova lei das autarquias locais procedeu, e manifestaram a sua vontade de, em cooperação com os trabalhadores, prosseguirem o estudo da reorganização dos serviços municipais e promoverem a revisão do estatuto dos trabalhadores, a fim de ser adaptado à nova legislação.

Nas conclusões do Encontro ficou bem expresso que, apesar de todos os êxitos já obtidos e de terem sido resolvidos muitos problemas, a gravidade das carências herdadas, exige uma grande mobilização popular e iniciativa local, e uma permanente informação e um contacto estreito entre os eleitos e os municípios, para que estas possam ser vencidas. Concluiu-se também que é urgente a publicação do novo regime de finanças locais e a instituição das Regiões Administrativas, para promover a descentralização e a eficácia da administração e garantir o cumprimento das normas constitucionais no que toca ao Poder Local.

Finalmente, os eleitos reafirmaram a sua disposição de prosseguirem com firmeza e persistência a luta para resolver os problemas mais urgentes das populações, e de se unirem a todos os que estejam verdadeiramente dispostos a defender os interesses do Povo.

Os 200 participantes no 1.º Encontro Distrital das Autarquias da Organização Regional de Setúbal do PCP, aprovaram por unanimidade e aclamação, uma moção endereçada à Assembleia da República, Primeiro-Ministro, ministro sem pasta Jorge Campinos e Ministério da Administração Interna, em que se solicita:

- a aprovação urgente do novo regime de finanças locais;
- a eliminação da

burocratização nos processos de apreciação dos projectos de obras municipais;

— a revogação do artigo 109 da Lei das Autarquias sobre a gestão dos baldios, que pertence efectivamente ao povo e não às autarquias;

— a instituição das Regiões Administrativas e a realização das respectivas eleições regionais;

Os participantes no Encontro reclamaram, por último, contra o não cumprimento das leis da Assembleia da República — por parte dos Ministérios, nomeadamente do MHUC — que determinam que seja dado conhecimento público dos critérios utilizados na distribuição das verbas pelas Autarquias.

QUATRO VEREADORES A TEMPO INTEIRO NA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

A Câmara Municipal de Lisboa aprovou por unanimidade, na sua sessão pública deste mês, uma proposta a submeter à Assembleia Municipal sobre a nomeação de quatro vereadores a tempo inteiro, segundo o previsto na lei das Atribuições e Competências das Autarquias Locais. De salientar que os vereadores da Câmara estiveram todos de acordo quanto às vantagens da escolha recair sobre um elemento de cada força política representada no município.

A propósito deste primeiro ponto da ordem de trabalhos, o vereador Anselmo Aníbal, da FEPU, chamou a atenção para a necessidade urgente de se proceder à reestruturação dos serviços da Câmara, de molde a que os mesmos possam responder com mais eficácia e rapidez às solicitações dos vereadores.

As novas perspectivas que se abrem aos órgãos autárquicos com a entrada em vigor da lei 79/77 haviam sido, aliás, sublinhadas no período antes da ordem do dia pelo vereador Silva Graça, que não obstante ter assinalado alguns aspectos negativos daquela lei não deixou de considerar a sua entrada em vigor como um factor positivo. Referiu assim a possibilidade das Câmaras delegarem competências nas Juntas de Freguesia, bem como delegar nas Comissões de Moradores tarefas que não envolvam o exercício de poderes de autoridade. Quanto à entrada em funcionamento das Assembleias Distritais, aquele vereador da FEPU recordou que a primeira reunião deste órgão se deve realizar ainda durante o mês de Dezembro, pelo que importa começar a pensar desde já na sua convocação.

Para além doutros aspectos, foi ainda sublinhada a importância da constituição dos Conselhos Municipais que, segundo a lei, deverão ser constituídos por representantes das organizações económicas, sociais, culturais e profissionais e pelos representantes dos trabalhadores do município.

Na sequência desta intervenção a FEPU apresentou uma proposta no sentido de serem extintas as Comissões municipais em funcionamento (nos termos do art.º 114 da Lei 79/77 é expressamente revogado o art.º 110 do Código Administrativo na base do qual elas foram formadas) e virem a ser criadas, na base do Conselho Municipal a estruturar, as Comissões e grupos de trabalho que a Assembleia e a Câmara Municipais considerarem necessários.

Dadas as diversas interpretações desta lei e a complexidade do assunto (pelo menos para alguns vereadores), a proposta foi agendada e remetida para posterior discussão.

UM MONUMENTO À LIBERDADE

Por proposta do CDS, a Câmara aprovou por maioria, já na ordem de trabalhos, a construção, em Lisboa, de um monumento à liberdade. Uma contra-proposta da FEPU, para que em vez daquele monumento se construísse um dedicado ao 25 de Abril, que restituísse a liberdade ao nosso povo e contribuiu para uma mais rápida libertação dos novos povos africanos de expressão portuguesa, viria a ser recusada.

Não deixa de ser estranha esta proposta do CDS, tanto mais que, ao responder à intervenção de Silva Graça (que recordou os milhares de antifascistas, e em especial comunistas, que lutaram consequentemente pela liberdade sofrendo na carne todas as vicissitudes da opressão fascista — alcançando-a finalmente a 25 de Abril de 1974), o vereador Martins Canaverde reconheceu que de facto houve comunistas presos e alguns mal presos.

A frase não deixa margem a dúvidas. Se alguns foram mal presos logo, outros foram bem presos. Que conceito de liberdade é este? E que autoridade moral têm os representantes do CDS para falarem de liberdade quando durante 45 anos muitos dos seus mais conhecidos dirigentes viveram de mãos dadas com o fascismo, apoiando a feroz repressão dos que lutavam pela liberdade?

Como recordou Paulo Loureiro, da FEPU, também Salazar falava em liberdade; também na «primavera marcelista» se falou muito em liberdade. Mas liberdade de quê? Para quem?

Ignorando que não poderá haver verdadeira liberdade enquanto existir o desemprego, analfabetismo, pessoas sem casa, sem direito à saúde, sem direito às mais elementares condições humanas; que não haverá verdadeira liberdade enquanto existirem diferenças de classe; enquanto não se construir de facto o socialismo para que a nossa Constituição aponte, essa mesma Constituição que foi possível graças ao 25 de Abril, também vereadores socialistas aprovaram esta proposta.

Lisboa vai ter o seu monumento

à liberdade (em abstracto), mediante subscrição pública a desenvolver através dos órgãos de comunicação social, como foi aprovado. Por proposta do CDS. Quase que dava uma boa aneddot!

C. MORADORES DE CASELAS TOMA A INICIATIVA

Noutro ponto dos trabalhos da sessão pública da Câmara viria a ser aprovada uma proposta de urbanização na freguesia de S. Francisco Xavier, nomeadamente para o bairro de Caselas.

O levantamento das carências habitacionais foi apresentado pela Comissão de Moradores daquele bairro, que chamou a atenção dos organismos responsáveis para a possibilidade de resolver o problema através do aproveitamento dos terrenos municipais existentes na zona. Se o mesmo critério continuar a ser seguido, será possível resolver todas as carências habitacionais (150 fogos).

Este exemplo da Comissão de Moradores de Caselas é tanto mais de salientar quanto, como referimos noutro local, o respectivo presidente da Junta de Freguesia de S. Francisco Xavier, do CDS, e a maioria dos restantes elementos da Junta mostram claramente não estarem interessados em resolver os problemas da freguesia.

Na sessão foram ainda apreciadas propostas apresentadas pelo vereador Nandim de Carvalho a propósito da realização de um Congresso sobre Turismo Municipal e Regional e outras da Comissão Municipal de

Assembleia de Freguesia do Seixal aprovou plano de actividades

A Assembleia de Freguesia do Seixal, reunida no passado fim-de-semana, aprovou por unanimidade o Orçamento e Plano de Actividades para o próximo ano apresentado pela respectiva Junta de Freguesia.

De salientar, entre outros aspectos do plano, o reforço dos laços já existente entre aqueles órgãos autárquicos e as organizações populares, indispensável para a realização de muitos dos problemas com que se debatem as populações, como ficou amplamente comprovado durante o corrente ano. Com efeito, as graves dificuldades financeiras da autarquia não teriam permitido realizar muitas das obras realizadas, não fora a estreita colaboração com as Comissões de Moradores, o trabalho voluntário das populações e o constante apoio da Câmara Municipal com a cedência de materiais e colaboração de técnicos.

A Junta de Freguesia deverá também dinamizar as actividades culturais e desportivas, em colaboração com as colectividades; fomentar as campanhas de alfabetização; prosseguir os trabalhos de recuperação da praia do Alfeite, de colaboração com a Comissão de Moradores, dotando-a com outro parque de jogos e um parque infantil. Colaborar com a Associação dos Bombeiros do Seixal e prosseguir os contactos com a Câmara para a construção do mercado, orçado em 10 mil contos, são outros dos aspectos consagrados no Plano.

O problema das carreiras fluviais está igualmente inscrito na actividade a desenvolver, devendo procurar-se melhorar os barcos que fazem o transporte de passageiros, bem como os horários, e reivindicar uma nova carreira entre o Barreiro e o Seixal mantendo as tarifas actuais.

A Assembleia Municipal, que elogiou o trabalho da Junta e a sua íntima ligação às populações, advertiu que as dificuldades financeiras se continuarão a fazer sentir em 1978, prevendo desde já o dispêndio de sessenta contos para obras, dezoito para rendas de casa, dez para auxílio a moradores pobres e onze contos para actividades desportivas e culturais.

Durante a sessão a Junta de Freguesia reafirmou a sua solidariedade com as lutas dos trabalhadores da freguesia e de todo o país, nomeadamente com os operários da Mundet.

Olivais vai ter infantário

Segundo informação colhida num edital da Junta de Freguesia dos Olivais, começará a funcionar nos princípios do próximo ano, um infantário do Instituto de Obras Sociais.

O infantário, cuja capacidade é de trezentos lugares, receberá crianças dos três meses até à idade escolar. As inscrições, abertas até ao próximo dia 15 de Dezembro, efectuar-se-ão na sede da Junta de Freguesia e no Cartório Paroquial dos Olivais-Sul.

Câmara de Portimão diz não aos despejos

Tendo em conta a dramática situação em que ficam os moradores «despejados» das casas que ocuparam, sem quaisquer hipóteses de conseguirem encontrar uma habitação acessível no actual mercado habitacional, a Câmara Municipal de Portimão decidiu propor às instâncias superiores a suspensão temporária das acções de despejo, pelo menos até que seja encontrada uma solução para o realojamento das famílias atingidas.

Assembleias de Freguesia em Lisboa

Realizam-se hoje, às 21.30, as Assembleias de Freguesia de Alcântara, Ajuda e Prazeres.

A participação das populações nas reuniões destes órgãos autárquicos é indispensável. Mais do que um direito, cada cidadão interessado na resolução dos problemas que afectam a sua freguesia tem o dever de participar.

Grupo Excursionista «Avante!» promove festa de Natal

O Grupo Excursionista «Avante!», do Bairro Novo de Santo Eloy, com sede na Rua A, lote 28, r/c esq.º, de Paia-Odivelas, decidiu realizar uma festa de Natal para as crianças mais desfavorecidas daquele bairro. Dadas as fracas disponibilidades económicas do Grupo, está aberta uma campanha para recolha de donativos para as referidas crianças. Todos podem colaborar.

As tropelias do CDS na Freguesia de S. Francisco Xavier

Sob proposta da Junta de Freguesia, de maioria CDS, reuniu no passado dia 24 a Assembleia de Freguesia de S. Francisco Xavier, para discussão e aprovação do Orçamento para 1978.

Traduzindo uma completa incapacidade de actuação e o máximo desprezo pelos problemas da população, o referido Orçamento, se assim se lhe pode chamar, limita-se a prever as despesas correntes, em total coerência, aliás, com o inexistente Plano de Actividades.

Como se não bastasse esta vergonhosa afronta à população que o elegeu, o executivo da Junta cometeu mais uma ilegalidade na própria distribuição do dito Orçamento aos vogais da Assembleia. Com efeito, os restantes elementos só tiveram conhecimento daquele documento à entrada da reunião, quando o regimento da Assembleia prevê um prazo de quinze dias para apresentação e análise do mesmo. Como não podia deixar de ser, não só por esta ilegalidade mas pela própria falta de conteúdo do Orçamento, os representantes do PS e da Lista Unitária votaram contra. O que não impediu a sua aprovação, uma vez que o CDS é ali maioritário.

Um bom exemplo de como os «democratas pluralistas» defendem as populações...

Insegurança nas escolas

Um pouco por todo o país, têm sido denunciados os perigos a que estão sujeitos centenas de crianças que frequentam escolas altamente degradadas. Na maioria delas os pais dos alunos têm vindo a apelar para as Câmaras Municipais a fim de se dar rápida solução a tão preocupante problema, que poderá vir a ser fatal para as crianças que diariamente frequentam as referidas escolas. Alguns pais decidiram já que, se o problema não for resolvido de imediato, proibirão os filhos de frequentarem as aulas.

Por que se espera?

O «AVANTE!» DISPUTADO NOS «QUIOSQUES» DE MOSCOVO POR JOVENS ESTUDANTES

Perto de 50 mil rapazes e raparigas, oriundos de mais de 100 países, fazem os seus estudos nas centenas de estabelecimentos de ensino superior e escolas secundárias especializadas da União Soviética. Entre eles alguns portugueses, um dos quais, que assina Luis Freitas, estudante em Moscovo, nos enviou uma carta da qual destacamos esta curiosa passagem:

Gostava de vos contar vários episódios que esse nosso inseparável propagandista, agitador e organizador, difusor e explicador dos ideais revolucionários - o «Avante!» - me tem proporcionado, e que têm sido para mim um ânimo para vencer a saudade e os momentos difíceis próprios de um jovem. Todavia, isso levar-nos-ia um tempo precioso. Mas não posso deixar de narrar aqueles que incidem sobre os meus colegas soviéticos e de outros países socialistas que estudam Português.

Geralmente, ao sábado, orgulhoso, dirijo-me apressadamente ao «quiosque» onde o «Avante!» me espera.

«Isso é que são jornais. Que tamanho!» - dizem-me alguns amigos. É que o «Avante!» é quase o dobro do «Pravda», jornal irmão.

Há algum tempo, não recebemos o «Avante!». Andei para trás e para a frente. Não o encontréi. Del volta por vários «quiosques» e nada. «Bolas»: «será que diminuíram o número de exemplares enviados? Havia sempre e agora somem-se, sem que eu veja sequer». Mas o caso esclareceu-se. «Ouve, Luis. Há ali um artigo que eu gostava que me ajudasses a traduzir» - dizia-me a colega Vália. «O que é? Algum texto?». «Não. É um artigo do «Avante!» sobre as comemorações do 7 de Novembro!» respondeu. «Ah, malandra. Então eram vocês... E eu à procura dos «Avantes!» para enviar aos colegas das outras cidades...». E o problema estava desvendado: alguns dos meus colegas soviéticos que estudam Português também já compram o «Avante!», tentando traduzir alguns dos seus artigos. As atenções da Vália e de outros colegas, naquela altura, dirigiram-se para as comemorações do 60.º aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro em Portugal, uma data que é festejada por todas as forças progressistas do Mundo.

ASSEMBLEIA DA AMADORA SAÚDA O «AVANTE!»

Na recente Assembleia da Organização da Amadora do PCP, a que oportunamente fizemos referência no nosso jornal, os 230 delegados presentes aprovaram por unanimidade, secundados pelas seis centenas de convidados que assistiram aos trabalhos, a seguinte saudação ao «Avante!»:

Considerando a fundamental importância que tem desempenhado o glorioso «Avante!», órgão central do Partido Comunista Português, orientando, dirigindo e divulgando a luta dos trabalhadores portugueses tanto no passado contra a feroz ditadura fascista, como, após o 25 de Abril, nos melhores e nos piores momentos da Revolução, e hoje, contra as tentativas de recuperação capitalista do Governo da direcção do PS;

Considerando o imprescindível papel que o nosso «Avante!» desempenha no aperfeiçoamento da organização dos comunistas em todo o País e em particular na Amadora;

A Assembleia da Organização da Amadora do PCP saúda calorosamente o «Avante!».

Considerando a urgente necessidade de levar todos os comunistas a ler, estudar e divulgar o órgão central do PCP,

A Assembleia da Organização da Amadora do PCP delibera tomar a seguinte resolução:

— Melhorar a distribuição do «Avante!» em toda a organização e

— promover o seu estudo em profundidade em todos os organismos do PCP da Amadora.

Viva o nosso glorioso «Avante!»
Viva o Partido Comunista Português!



Congresso do PAIGC: a unidade

Congresso do PAIGC

MOBILIZAÇÃO DE MASSAS E PARTICIPAÇÃO POPULAR

«Quería destacar, fundamentalmente, o grande esforço de mobilização, a participação de massas, bem visível tanto nas ruas de Bissau como na sala do Congresso, que havia quem pensasse não ser possível estar pronta na hora própria» - declarou ao «Avante!» o camarada Rogério de Carvalho, do CC do PCP, no seu regresso da Guiné-Bissau, onde esteve em representação do nosso Partido ao III Congresso do PAIGC.

«Esforço que ficou também evidenciado na grande festa da juventude que foi o festival de ginástica realizado no Estádio com a participação de milhares de jovens e crianças, assim como de elementos das Forças Armadas» - destacou ainda o camarada Rogério de Carvalho.

— Que outros aspectos do Congresso te parece importante assinalar, para além da intervenção de Aristides Pereira sobre o relatório de que já falámos aqui no «Avante!»?

— Importa referir as intervenções das diversas organizações de massas do PAIGC, nomeadamente da Juventude Africana Amílcar Cabral (JAAC) e da União dos Trabalhadores da Guiné (UNTG), que fizeram uma análise do seu trabalho anterior e dirigiram uma saudação ao Congresso. Houve também uma intervenção da Coordenadora da Comissão Feminina do PAIGC, camarada Carmen Pereira, que salientou a participação das mulheres nos trabalhos preparatórios do Congresso.

A visita a Morés, berço da guerrilha na zona norte do país, foi um momento particularmente importante para todos os delegados estrangeiros.

«No final do Congresso destacou-se, naturalmente, a intervenção de Aristides

FARP de servir sem reservas a causa do PAIGC, que é a causa de todo o povo da Guiné e Cabo Verde, servir a grande causa da libertação dos povos» - disse Rogério de Carvalho, que não deixou de referir também a forma muito amigável como o PCP foi saudado dentro e fora da sala do Congresso.

Pereira, que referiu a fidelidade do PAIGC ao ideal de Amílcar Cabral e, também, o juramento das



Festival da juventude em Bissau, em honra do Congresso



As forças armadas saúdam o Congresso

COMISSÕES DE MORADORES DO PORTO REFORÇAM A SUA ORGANIZAÇÃO

Traduzindo a vitalidade do movimento popular no Norte, realizou-se no último fim-de-semana, no salão da Junta de Freguesia do Bonfim, no Porto, o Encontro das Comissões de Moradores dos Bairros Camarários, com a participação de 12 das 18 C. Moradores (CM) existentes nos 26 bairros, onde residem mais de 50 mil pessoas.

Os participantes aprovaram moções de repúdio pelas actividades fascistas, contra o aumento do custo de vida, o desemprego e a devolução de empresas ao patronato saboteador e, ainda, reclamando da Câmara e Assembleia Municipal do Porto a anistia das «ocupações» populares ocorridas depois de 14 de Abril de 1975. O Encontro aprovou igualmente uma proposta visando a realização de uma corrida de «S. Silvestre», uma proclamação e as conclusões dos trabalhos, que apontam soluções e medidas concretas para os mais sentidos problemas dos moradores dos bairros camarários.

No que se refere à habitação, as conclusões defendem, entre outras medidas, a atribuição de casas vagas, na base das propostas e pareceres das CMs e Junta de Freguesia da área,

tendo sempre em conta os casos mais graves. Foi igualmente defendido o direito que assiste às CMs de terem acesso ao processo e participarem em todas as fases da atribuição. Idêntica posição de princípio é defendida relativamente à afinação das rendas, cuja eventual alteração deverá atender à situação económico-social, presente e futura, do respectivo agregado familiar.

Quanto às relações entre as Comissões de Moradores e as autarquias locais, reconhecendo a necessidade de uma colaboração entre aqueles órgãos, com total respeito pela sua independência e autonomia, as conclusões sublinham «a impossibilidade das autarquias responderem cabalmente a todos os problemas», pelo que a situação herdada do fascismo só poderá ser vencida através da participação activa e organizada dos moradores.

Neste capítulo, foi ainda reivindicada a representação das CMs nas Assembleias de Freguesia e salientada a necessidade de ser discutida a sua participação no Conselho Municipal, através da Comissão Central dos Bairros Camarários. O Encontro exigiu ainda a inclusão das suas conclusões no Plano de Actividades e Obras da cidade para o próximo ano.

Caracterizando os graves problemas existentes nos 26 bairros, os participantes nos

trabalhos recordam que somente existem centros sociais em doze deles, creches em três, nove têm infantilário; quatro dispõem de recintos para a ocupação de tempos livres, enquanto que só num deles funciona um centro para a terceira idade. Perante esta situação, foi apontada a urgência de lutarem pela criação de mais centros de convívio, mais infantários e mais centros destinados à terceira idade.

Ainda neste plano, foi denunciada a tentativa da Câmara Municipal do Porto de retirar para outros sectores verbas atribuídas para a construção de infantários.

Visando a criação de condições que assegurem a higiene e a saúde pública, as conclusões do Encontro assinalam a urgência de ser melhorado o saneamento dos bairros e os serviços de limpeza. Além de considerarem altamente positiva a reunião convocada para amanhã, dia 1 de Dezembro, pelo vereador Manuel Andrade, e de terem apelado à participação das Comissões de Moradores, as conclusões defendem que a Câmara dite com verbas as Juntas e as CMs a fim de poderem contratar pessoal eventual para a limpeza das respectivas áreas.

No sentido de serem intensificadas as actividades culturais, recreativas e desportivas, os participantes no Encontro defenderam a formação de secções específicas que se responsabilizem pelo lançamento de boletins informativos, cursos de alfabetização, criação de bibliotecas, núcleos desportivos, passeios de convívio, festas

Delegação do Komsomol ao deixar Portugal

«SURPREENDEU-NOS A INTENSA MOBILIZAÇÃO SOCIAL EM DEFESA DAS CONQUISTAS OPERÁRIAS»

Surpreendeu-nos a intensa mobilização social do mundo operário em defesa das suas conquistas, afirmou, referindo-se ao nosso país, o camarada Nicolai Truchenko, reitor da Escola Superior do Komsomol da URSS, doutor em Ciências Históricas e chefe da delegação que visitou Portugal a convite da UJC e da UEC, no decorrer de uma conferência de Imprensa, que assinalou o seu regresso à União Soviética, após uma estadia de vários dias entre nós, para assistir às comemorações do 60.º aniversário da Grande Revolução Socialista de Outubro.

Salientando que a cooperação e a amizade entre a URSS e os trabalhadores portugueses continuará a fortalecer-se e que

desde o tempo do fascismo a amizade e o apoio da União Soviética nunca faltaram ao Povo português, o responsável da delegação, que é também deputado pelo Soviete de Moscovo, declarou que o aprofundamento das relações entre as juventudes soviética e portuguesa, através do estreitamento de contactos entre as respectivas organizações juvenis, continuará a ser uma das principais tarefas do Komsomol Leninista, da UJC e da UEC.

A delegação soviética visitou diversas cidades, nomeadamente Lisboa, Évora, Beja, Porto, Figueira da Foz e Coimbra. A imagem que tínhamos de Portugal era apenas uma imagem formada através das leituras - afirmou aos jornalistas

o camarada Truchenko, acrescentando em seguida: Pudemos agora contactar de perto e pessoalmente com a realidade popular e com a realidade cultural de um Povo com uma velha civilização.

A delegação do Komsomol Leninista integrou, também, os camaradas Igor Lutchenko, compositor e vice-presidente da Associação dos Compositores da República Soviética da Bielorrússia; Raissa Semenenko, directora escolar, dinamizadora da organização de Pioneiros e especialista em educação pré-escolar; Tatiana Grigorenko, professora de Português; e Serguei Vastriemski, que prepara actualmente a sua tese de doutoramento sobre o «Portugal do pós-25 de Abril».

DIA NACIONAL DA JUGOSLÁVIA

O povo jugoslavo comemorou, no passado dia 29, o Dia Nacional da sua pátria socialista. Há precisamente 31 anos, o povo jugoslavo, sob a direcção dos comunistas, libertava-se definitivamente do jugo nazi-fascista e empreendia os primeiros passos na construção da sociedade socialista.

Nesse dia 29 de Novembro de 1946, a longa luta de 4 anos do Exército de Libertação da Jugoslávia - braço armado da resistência do povo jugoslavo ao invasor nazi - coroava-se enfim de êxito. Luta patriótica e revolucionária do povo jugoslavo, chegava nesse dia ao seu termo: a proclamação da República Socialista.

A fim de assinalar a data, o embaixador da República Socialista Federativa da Jugoslávia, camarada Milan Stojakovic, ofereceu na passada terça-feira uma recepção.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE RESISTENTES PREPARA O SEU VIII CONGRESSO

Decorreu recentemente em Bucareste, capital da República Socialista da Roménia, uma reunião da Federação Internacional de Resistentes Antifascistas (FIR), que teve como principal objectivo o debate de várias questões relacionadas com a preparação do VIII Congresso desta organização, que se realizará em Maio de 1978, em Minsk (URSS).

A União dos Resistentes Antifascistas Portugueses (URAP) esteve representada nesta reunião pelo jornalista Manuel Alpedrinha. As actividades desenvolvidas pelas organizações filiadas na FIR, a análise de temas ligados ao desarmamento, neofascismo, direitos do Homem, transmissão das experiências e dos ideais da Resistência à jovem geração e as perspectivas e situação da Europa em relação à Conferência de Helsinquia

foram algumas das questões abordadas pelo encontro de Bucareste, a partir de uma importante documentação elaborada pelas diferentes representações.

Entre outros, participaram na reunião destacados resistentes antifascistas da Áustria, Bélgica, Berlim Oeste, RDA, RFA, Dinamarca, Espanha, França, Grécia, Hungria, Israel, Itália, Noruega, Polónia, Roménia, Checoslováquia, União Soviética e Portugal.

TRASLADAÇÃO DOS ANTIFASCISTAS MORTOS NO TARRAFAL

Segundo refere um comunicado recentemente distribuído aos órgãos de Informação pela Comissão Promotora da Trasladação dos Antifascistas Mortos no Tarrafal, continuam a chegar a este organismo numerosos testemunhos de apoio àquela iniciativa de expressivo significado democrático e antifascista.

Com efeito, além de outras destacadas personalidades deram igualmente a sua adesão ao projecto de prestar comovida homenagem aos resistentes mortos no campo de concentração do Tarrafal os Drs. Álvaro Salama, António Neto Brandão, Armando Castro, Bernardo Santarem, Carlos George, Eduardo Prado Coelho, Fernando Silva Mougá, João de Freitas Branco, José Tengarrinha, Levy Baptista, Luis Francisco Rebelo, Manuel da Costa

Melo, Manuel João da Palma Caños, Maria Helena Pato, Mário Dionísio, Mário Neves, Oscar Lopes, Paulo Lencastre, Ramon de La Féria e Teófilo Carvalho dos Santos; o eng.º Blasco Hugo Fernandes, Arnaldo Silva, Carlos Oliveira, comandante Costa Santos, Eugénia Ferreira Dinis, Francisco Lyon de Castro, Kalidas Barreto, general Vasco Gonçalves, Romeu Correia, Maria Lamas e Manuel Sérgio.

Também a subscrição pública lançada com o objectivo de cobrir os encargos com a trasladação e construção do monumento às vítimas do Tarrafal tem merecido de numerosos democratas um significativo acolhimento, tendo até agora sido recolhida a importância de 145 084\$50.

O comunicado da Comissão sublinha ainda que continuam a decorrer em bom ritmo os trabalhos preparatórios da exposição sobre o Campo do Tarrafal que se deverá realizar em Dezembro, estando já assegurada a utilização da Galeria Nacional de Arte Moderna (Mercado do povo), em Belém, Lisboa, e renova o seu apelo aos familiares e amigos dos antifascistas que estiveram no Tarrafal para que, cedendo a título devolutivo, objectos, escritos, cartas, etc., produzidos no Tarrafal, deem um inestimável contributo para a exposição. Todas as adesões a esta iniciativa, bem como as contribuições materiais, podem ser, como até aqui, dirigidas para Francisco Miguel Duarte, ao cuidado da União dos Resistentes Antifascistas Portugueses (URAP), Rua Alexandre Braga, 6, 1.º, Esq., em Lisboa.

edições Avante!

colecção «conferência económica»

A colecção «conferência económica», publica estudos que apontam a solução para os graves problemas da economia nacional.

VOLUMES PUBLICADOS

1. AS EMPRESAS INTERVENIONADAS 25\$00
2. INDÚSTRIA EXTRACTIVA, SITUAÇÃO ACTUAL E PERSPECTIVAS PARA O FUTURO 40\$00

E AGORA À VENDA

3. BALANÇA DE PAGAMENTOS E DÍVIDA EXTERNA 40\$00

ESTUDOS REALIZADOS NO ÂMBITO DA PREPARAÇÃO E REALIZAÇÃO DA CONFERÊNCIA ECONÓMICA DO PCP EM JUNHO DE 1977.

CDL a distribuição

LEIA ASSINE E DIVULGUE

REVISITA INTERNACIONAL

Caracterizando os graves problemas existentes nos 26 bairros, os participantes nos

CARÊNCIAS QUE URGE SOLUCIONAR

Caracterizando os graves problemas existentes nos 26 bairros, os participantes nos

VIOLÊNCIA E PROVOCAÇÕES

Prosseguem em vários estabelecimentos escolares do Ensino Secundário do Porto a escalada dos grupos nazis orientados pela Juventude Centrista e pelo MIRN. Repetem-se tentativas de provocação, inventam-se todos os pretextos para motivar confrontações, distribuem-se comunicados de apologia ao fascismo e ao terrorismo. Tudo isto impune.

aconteceu no passado ano lectivo. Os panfletos que os bandos fascistas continuam a distribuir descaradamente revelam os seus «planos». A título de exemplo, refira-se que num dos muitos panfletos distribuídos pela denominada «União dos Estudantes dos Liceus do Norte», os jovens nazis confessam a sua frustração por não terem conseguido levar mais longe a onda terrorista desencadeada durante e após a manifestação reaccionária «de apoio ao sr. brigadeiro Pires Veloso», afirmando que «o merecido castigo ficou adiado, mas só adiado» (!).

explosivas, ocorridos durante a referida manifestação, foram pretexto para a onda de violência e terrorismo que se desencadeou em seguida (assaltos às sedes do MDP e LCI e à livraria «Avante!»), o comunicado dos «meninos da moda» teve várias ameaças: «foi o último aviso»: «enquanto não forem marginalizados pela lei, com os seus partidos justamente ilegalizados (...), «vamos nós ilegaliza-los na prática»; «corramo-los a pontapé das nossas (!) escolas, a todos, professores, alunos e contínuos, a eles e aos seus sebetos livros de ensino comunista»; «e se não quiserem sair a bem, sairão a mal. Mesmo muito a mal (...); etc.

SEMANA INTERNACIONAL

RODÉSIA: ATAQUES A MOÇAMBIQUE E PROMESSAS ELEITORAIS

«As 7 e 45 horas da manhã de hoje (dia 23), o inimigo lançou um ataque de grande envergadura a cerca de 20 quilómetros da cidade de Chimolo, capital da província de Manica, utilizando um numeroso efectivo de meios aéreos, nomeadamente bombardeiros Mirage e helicópteros» — declara-se no comunicado do Ministério da Defesa, distribuído em Maputo na sequência da maior agressão rodesiana contra Moçambique.

O ataque concretizou-se pela invasão de uma faixa fronteiriça, com utilização de poderosos meios militares e novos reforços face ao recuo das tropas invasoras sob o impeto do contra-ataque das Forças Armadas de Libertação de Moçambique, em estreita e activa colaboração com a população da região de Chimolo. Os combates prosseguiram, registando-se uma intensa actividade de aviação rodesiana.

Este ataque — o de maior envergadura desde sempre — é o segundo lançado pelas tropas rodesianas contra Moçambique este mês, tendo-se verificado o anterior no dia 14, que se saiu pela perda, por parte das forças rodesianas, de dois aviões e um helicóptero, abatidos sobre território moçambicano. Inere-se numa política de provocação e agressão sistemática. Conforme declarou Joaquim Chissano, ministro dos Negócios Estrangeiros da RPM a uma delegação da OUA presente em Maputo, durante o ano em curso verificaram-se 105 incursões da Rodésia em território moçambicano, de que resultaram 81 mortos e 48 feridos.

A invasão da fronteira de Moçambique pelas forças rodesianas, coincide com mais uma manobra de Ian Smith, a nível interno, para cozinhar um governo fantoche, dividir o povo do Zimbabué, cobrir os necessários apelos externos e frenar, se possível, a luta libertadora. Assim, Smith negociou umas eleições com os divisionistas bispo Abel Muzorewa e reverendo Ndabaningi Sithole e o chefe tribal Jeremiah Chirau, que ninguém reconhece — nem a OUA, nem quaisquer outras forças e organizações significativas do continente — e anunciou que seria estabelecido o princípio de «um homem, um voto», no intuito claro de dividir a população negra, e ganhar a base necessária para a criação de um governo manietado, que manteria intacta a situação no país, mas sob uma aparência diferente. Nos projectos de Smith tal facto deveria levar ao isolamento da Frente Patriótica do Zimbabué.

O plano não apresenta hipóteses de vir a constituir a tábuca salvadora que o governo minoritário da Rodésia deseja. A reacção internacional reflecte exactamente isso: Washington, numa primeira posição, afirmou ver como impraticável o fim do conflito como a marginalização da Frente Patriótica de Zimbabué.

Smith não desconhece, nem poderia desconhecer, essa dificuldade evidente. E é aqui que entra em jogo a táctica da agressão sistemática a Moçambique, o seu actual agudizador. Smith manobra em duas frentes: pela criação de condições que levariam a um governo-fantoche, para o que naturalmente procura apelos diplomáticos na Inglaterra, nos EUA, e noutros países capitalistas. Pelo confronto e agressão militar, quer dirigido contra o movimento libertador, quer contra a sua segura retaguarda, a República Popular de Moçambique. E aqui resalta o carácter agressivo do racismo, dos sistemas de apartheid. Ressalta que países como a Rodésia e a África do Sul — que também continuam empenhadas na agressão ao sul de Angola, mesmo que não directamente, através do movimento fantoche UNITA, como recentemente foi salientado pela Organização Popular do Sudoeste Africano (SWAPO) — constituem uma ameaça clara e permanente à paz no continente.

Para Smith, Moçambique é o ponto de refúgio e de permanente apoio ao movimento libertador na Rodésia — e é nessa base que pretende «justificar» (quando o faz) as agressões, armadas à República Popular de Moçambique, que visam também fazê-la recuar nas suas posições internacionalistas. Moçambique é também, em si, e independentemente dos apelos à Frente Patriótica do Zimbabué, uma ameaça permanente ao poder despótico de Smith — porque um exemplo palpável e próximo da nova vida que é possível criar com a liberdade e a verdadeira independência, porque parcela importante da nova África progressista que, cada vez mais determina a evolução de todo o continente, já não só o seu futuro como perspectiva longínqua, mas também, em muitos casos, o futuro próximo. Por isso a RPM é alvo preferencial de Smith. Por isso os ataques à sua fronteira se alicam harmoniosamente a propostas demagógicas de eleições segundo o princípio de «um homem, um voto».

Enquanto Smith leva a luta contra o povo rodesiano até ao interior das fronteiras de Moçambique, a RPM conta com o povo moçambicano no apoio activo às Forças Armadas contra esses criminosos ataques — uma situação que deixa claro, a quem quiser ver, para onde pende o futuro do continente, e que constitui em si uma condenação das formas de opressão e exploração que sobreviveram à liquidação do colonialismo no continente mas têm hoje os dias contados.

1.º CONGRESSO DO MPLA

O MPLA inaugurará o seu primeiro Congresso em 4 de Dezembro próximo, segundo revelou em Luanda o primeiro-ministro Lopo do Nascimento.

Esta comunicação foi feita pelo chefe do Governo angolano em nome do presidente da República Popular de Angola, camarada Agostinho Neto, no encerramento da sexta sessão preparatória da Comissão Nacional do 1.º Congresso do MPLA.

Na sua intervenção Lopo do Nascimento, após um breve resumo da tese da constituição do MPLA em Partido, sublinhou que «o Movimento constituiu-se em Partido e não se transforma em Partido».

Este 1.º Congresso do MPLA é mais um importante passo para a consolidação da independência da grande nação africana, sendo motivo de regozijo não só para o heróico povo angolano mas também para todas as forças progressistas do mundo.

O Partido Comunista Português sempre esteve ao lado do povo angolano e da sua vanguarda

revolucionária, o MPLA, tanto nos duros tempos da luta armada contra o colonialismo, como mais tarde e já após a queda do regime fascista português, quando várias forças no nosso país, em conjunto com o imperialismo, pretendiam retardar o mais possível a independência de Angola.

Nessa altura e como sempre o PCP bateu-se vigorosamente, desde a primeira hora, pelo imediato reconhecimento da independência de Angola, sob a orientação do legítimo representante do povo angolano, o MPLA, a vanguarda revolucionária que organizou e conduziu tenazmente a luta pela independência.

Todos os comunistas portugueses se regozijam particularmente com este 1.º Congresso do MPLA, cientes que estão da sua importância para a consolidação da vitória que o MPLA e o povo angolano alcançaram com tanto heroísmo e consequência.



No Paraguai é assim. Em muitas outras regiões da América Latina a situação é a mesma. Onde está a "ajuda" americana?

VANCE NA AMÉRICA LATINA: UM FRACASSO QUE REVELA PROFUNDAS CONTRADIÇÕES

O secretário de Estado norte-americano, Cyrus Vance, andou em digressão por diversos países da América Latina: Argentina, Brasil e Venezuela. O interesse por esta zona do continente é aliás partilhado por parceiros do capital europeu, como Franz-Joseph Strauss, da RFA, conhecido pelas suas posições profundamente reacconárias, e Edgar Faure, presidente da Assembleia Nacional Francesa.

«Espero debater assuntos de grande significado e importância incluindo a não proliferação de armas nucleares, os Direitos Humanos e assuntos económicos, tanto bilaterais como multilaterais» — declarou Vance à chegada à Brasília. Objectivos idênticos foram anunciados para as conversações com os outros dois países. No seu retorno, Vance refere vagos acordos. Na realidade a digressão saiu-se por um fracasso.

Em Buenos Aires, afirmou-se que os EUA e a Argentina chegaram a um acordo sobre a utilização pacífica da energia nuclear e a responsabilidade de ambos os governos de proteger os direitos humanos.

Trata-se de acordos que carecem totalmente de significado. Os Estados Unidos têm demonstrado na prática estar bem mais voltados para a utilização da energia nuclear no campo das armas. No que respeita a direitos humanos, o acordo é absolutamente ridículo. Os EUA destacam-se na violação dos proclamados direitos humanos. A Argentina é conhecida pela envergadura da repressão, que assume o aspecto particularmente odioso do atentado e assassinato por grupos clandestinos, de facto ligados às organizações policiais.

Na Venezuela, as agências informativas especificam que se chegou a acordo entre Vance e o presidente Carlos

Andrés Pérez em todas as matérias, excepto no que se refere ao preço do petróleo. Isto equivale a um rotundo fracasso. A visita de Vance a Caracas tinha exactamente como fundamento a obtenção de um acordo para o congelamento do preço do petróleo pela OPEP, acordo que também foi tentado, e com

êxito, com o Xá da Pérsia.

No Brasil o tema central eram as questões relacionadas com as centrais nucleares. Também ali não se chegou a qualquer acordo. Com o argumento de que a tecnologia nuclear na mão de Geisel constitui um perigo e pode levar à proliferação de armas nucleares — o que naturalmente corresponde a uma realidade sentida e denunciada pelas forças progressistas — Washington tem-se esforçado por anular o acordo entre a RFA e Brasília para o fornecimento de equipamento e tecnologia nuclear. As verdadeiras razões desta posição dos EUA são o esforço de manter a América Latina como coudada sua, com exclusão dos parceiros europeus, que aí funcionam como concorrentes a rejeitar, a que se liga a perda de lucros em que se traduz o facto de um tão produtivo investimento ser feito por mão diferente da do «senhor» do continente: a Casa Branca.

A recusa de Brasília em aceitar, neste caso, os ditames de Washington, não representam uma posição de defesa nacional, nem traz qualquer benefício para o povo brasileiro, mas não deixa de ser significativa das dificuldades e contradições que o imperialismo norte-americano enfrenta no território que já foi exclusivo seu e onde, para prolongar tal situação, promoveu diversos golpes fascistas, que hoje se apressa a enroscar com vestes minimamente «democráticas», face a uma nova conjuntura internacional e à força crescente do movimento popular organizado nesses países.

PROMESSAS ELEITORAIS E LUTA POPULAR

Vance chegou à América Latina declarando que um dos pontos de debate que trazia na sua agenda era os «direitos humanos». Isto reflecte uma preocupação de, no actual contexto internacional, o imperialismo não surgir com o apoio de todos os regimes reacconários da terra, sem o qual tais regimes não sobreviveriam.

Na América Latina, como aliás também no continente africano, Washington esforça-se por proceder a pequenas alterações de fachada que mantenham tudo na mesma. Isto com a pressa e a preocupação das coisas urgentes: antes que seja tarde (e já o é).

Assim, vemos em diversos países profundamente reacconários e fascistas do continente, o anúncio de «eleições», de progressiva eliminação de governos militares e sua substituição por governos civis.

Não se dilatando embora em grandes promessas, Pinochet já referiu a realização de

futuras eleições no Chile, em que na prática só podem ser eleitos aqueles que o regime entender, e não se estendem de uma polegada as liberdades inexistentes.

No Uruguai o governo militar anunciou a realização de eleições para 1981, com uma normalização para 1986. Isto sem que sejam estabelecidos direitos ou liberdades políticas, sem o que quaisquer eleições não passam de uma farsa.

Na Bolívia, Banzer também promete eleições para Julho de 1978, tentando calar sectores mais vacilantes de um povo que exige amnistia aos presos políticos, profundas alterações na política económica, uma verdadeira democratização.

No Equador está prevista a realização de um referendo em que se votará a nova Constituição, um plano de retorno a um governo civil, enquanto prossegue, imutável, a limitação das liberdades políticas e sindicais.

Estes ensaios de falsas aberturas chocam-se com a luta crescente dos povos da América Latina, luta que tem ultimamente sofrido um novo impulso que se traduz numa vaga de greves e choques dos grevistas com a polícia, nomeadamente no Chile, em que se registaram acções operárias na mina de cobre «El Teniente», a cerca de cem quilómetros de Santiago, e em Salvador, pequeno país da América Central, onde os trabalhadores têxteis e assalariados rurais lutam por aumentos salariais recorrendo à greve e a manifestações.

Hoje a América do Sul e Central é um mundo de contradições; entre o fascismo e a reacção popular; entre o xadrez de países dominados e a mão do imperialismo, que é o seu apoio, mas cujas exigências nem sempre são aceites de bom grado, ou sequer compreendidas ou exequíveis.

SUSLOV CONDECORADO NA CECOSLOVÁQUIA

O camarada Mikhail Suslov, secretário do Comité Central do Partido Comunista da União Soviética, foi condecorado no passado dia 23, por ocasião do seu 75.º aniversário, com a mais alta distinção checoslovaca.

O camarada Suslov foi condecorado por Gustav Husak, presidente da República socialista da Checoslováquia e a pedido da Direcção do Comité Central do Partido Comunista da Checoslováquia, como homenagem à sua «contribuição criadora no marxismo-leninismo, no sentido de aprofundar a unidade do Movimento Comunista Internacional, sob os princípios do internacionalismo proletário».

A França continua a exigir governo de esquerda

Apesar das divergências que surgiram no seio da aliança da esquerda francesa, materializada, como se sabe, em volta do Programa Comum assinado pelos partidos Comunista, Socialista e Radicais de Esquerda, uma recente sondagem veio demonstrar mais uma vez que esta aliança saíra vitoriosa nas eleições legislativas, caso se realizassem agora.

De facto, é cada vez mais visível o desencanto do Povo francês face à administração de centro-direita que governa o país e que não dá qualquer saída para os principais problemas com que este se debate, nomeadamente o desemprego e a alta vertiginosa do custo de vida.

Numa atitude sem paralelo na história da Quinta República, o senhor Raymond Barre, primeiro-ministro do governo francês, reuniu há pouco todo o seu gabinete para estudar a elaboração dos objectivos de acção que o Governo vai propor aos franceses no próximo mês de Fevereiro, dois meses antes das eleições legislativas.

Esta reunião, que vai ser seguida por mais duas ou três nas próximas semanas, é bem a demonstração da inépcia da direita quando no poder, perdendo-se em permanentes estudos, planos, reuniões, numa salgada tecnocrática que nunca resolve nada e sempre adia tudo, pois os problemas com que se defronta são o fruto do sistema de exploração capitalista, de que ela é a entranhada defensora.

O Povo francês sabe isso — por consequência já não vai nos «Planos» milreculosos ou receitas exóticas com que há tantos anos a direita no poder o vem tentando ludibriar.

Só a esquerda defende os interesses do Povo e por eles se bate. O Povo francês sabe-o; e a direita no poder, também — daí o seu desespero.

Greves em Itália

A política económica do Governo italiano continua seriamente embaraçada com as suas contradições.

É neste enquadramento que se deve entender a vaga de greves que recentemente eclodiu pelo país, greves essas que não tiveram apenas um carácter de reivindicação económica, como foi o caso de uma paralisação de 24 horas, levada a cabo por cerca de dois milhões de trabalhadores agrícolas, que pretendem forçar o governo a promover uma nova política de investimentos para a expansão na agricultura.

De facto as próprias estruturas do sistema também são postas em causa pelos trabalhadores, como aconteceu no sector ferroviário, onde uma greve nacional parcial, que se prolongará até hoje, tem como objectivo obrigar o governo a reformar o sistema ferroviário italiano, considerado obsoleto.

Carter aumenta espectacularmente despesas militares

Nos Estados Unidos o orçamento da defesa para o próximo ano fiscal (1979) será enviado ao Congresso em Janeiro, pois é nos princípios de cada ano que o Governo define o orçamento a utilizar no ano seguinte.

Desta vez a administração Carter prepara-se para um aumento espectacular nas verbas a atribuir à «defesa» — qualquer coisa como 14 bilhões de dólares — a mais que no ano anterior, e isto segundo cálculos modestos. De facto, enquanto para o ano de 1978 foi aprovado um orçamento de 116,6 bilhões de dólares, o secretário da



Defesa Harold Brown aprovou em princípio, para 1979, um montante que totaliza no mínimo 130 bilhões de dólares.

Entretanto, fontes ligadas à Casa Branca explicam este elevado montante como resultado de pressões do Pentágono — de sectores da Administração, com o objectivo de reforçar as verbas atribuídas à NATO.

Este súbito interesse do Pentágono pela NATO tem originado um certo ceticismo no Congresso, a ponto de um técnico ligado a assuntos de defesa ter comentado que «se você for um coronel do Exército ou da Força Aérea e quiser ser promovido, a NATO é a solução mais indicada».

É assim que o imperialismo entende a política de desanuviamento — em corrida alucinante para os armamentos, perseguindo inimigos imaginários no exclusivo objectivo de satisfazer a cupidez do complexo de indústria bélica que domina o País.

Os monopólios norte-americanos e os racistas

Enquanto a ONU e a OUA estudam sanções contra o «apartheid», a Câmara do Comércio dos Estados Unidos Inaugurou há dias uma filial na África do Sul para incrementar as relações económicas entre os dois países. Como justificação, os representantes dos monopólios lanques invocaram a «neutralidade» da Secretaria de Estado dos EUA quanto à aplicação de sanções económicas contra o regime racista sul-africano.

John Caldwell, que se deslocou expressamente a Joanesburgo e é o responsável pela secção internacional da Câmara do Comércio dos EUA, afirmou que a administração Carter «não pode ignorar que há cerca de um bilião e meio de dólares norte-americanos em investimentos directos na África do Sul».

O senhor John Caldwell pode ficar tranquilo: a administração Carter não ignora tal facto. Não ignora nem esquece.

As «soluções» do patronato britânico

A CIB (Confederação da Indústria Britânica) é a organização que representa os interesses privados britânicos, o que significa que é a organização por excelência do patronato. Esteve recentemente reunida em Congresso, onde estiveram presentes 1 300 delegados, e pretendeu com o dito «criar sólidas bases para atacar os problemas do país». Vejamos como:

- 1.º — Por os sindicatos britânicos «na ordem» pois estes «andam a minar a tarefa de se conseguir um acordo sobre reivindicações moderadas nos aumentos de salários».
- 2.º — Exigir maior produtividade dos trabalhadores, incentivando-os com a atribuição de «prémios».
- 3.º — Exigir reduções nos impostos nos ordens dos 60%, «para encorajar o investimento».

Na Grã-Bretanha ou em qualquer parte do mundo, os senhores da grande indústria são sempre os mesmos.

SADAT ISOLADO NO MUNDO ÁRABE

Regressado de Jerusalém, Sadat, em discurso perante a Assembleia do Povo, propôs a realização de uma reunião no Cairo com os diversos países árabes, Israel, os Estados Unidos e a União Soviética.

As respostas a este convite são esclarecedoras. Não houve um único país árabe que respondesse positivamente. Os Estados Unidos, embora enaltecendo as diversas movimentações em que Sadat está empenhado, não responderam. A União Soviética, que tem vindo a criticar a atitude divisionista de Sadat, também não respondeu à proposta. Uma única resposta positiva: a de Begin, que declarou estar disposto a ir ao Cairo, mesmo que mais ninguém o fizesse. Segundo um comentário do órgão oficial do governo jordano, «Ad Doustour», «O convite de Sadat foi na realidade dirigido somente a Israel». Os factos confirmam esta afirmação. Aliás já é anterior ao convite a declaração, por parte de Begin, de que estaria na disposição de o aceitar.

Uma outra iniciativa de Sadat, também na sequência do seu retorno de Israel, saiu-se em igual fracasso: o Partido Socialista Árabe Egípcio, numa clara tentativa de marginalizar a OLP, convidou os dirigentes palestinos residentes nos territórios ocupados por Israel, a quem pretendia «explicar» as suas razões, a deslocarem-se ao Cairo. O convite foi unanimemente rejeitado. Bassam Shaka, presidente do município de Nablus, declarou que tal convite não passava de uma manobra para «marginalizar a Organização de Libertação da Palestina». O presidente do município de Jericó declarou: «Independentemente da minha própria atitude em relação à OLP, considero que este convite está desviado e, portanto, não tenciono ir ao Cairo». O presidente do município de Beit-Sahur afirmou que a OLP é «o único representante válido dos Palestínios». Uma única entidade esteve de acordo: o governo de Tel-Aviv. Tal como no que respeita ao convite para a reunião no

Cairo. No mundo árabe, Sadat está isolado, Israel surge como o seu único parceiro na zona. Todos os países árabes se opuseram à sua visita a Israel e às iniciativas que lhe estão ligadas. A própria Arábia Saudita se desligou, quanto mais não seja oficialmente, de uma posição de aberto comprometimento com a potência agressora. A agência noticiosa saudita lembrou que o rei afirmara que a viagem de Sadat colocava o mundo árabe numa situação delicada. A Líbia anunciou ter retirado o reconhecimento ao governo egípcio. Um único apoio para além de Israel: o presidente Nurey, do Sudão.

O encontro em Jerusalém, a que tudo indica se seguirá outro no Cairo, é considerado por Tel-Aviv como o início dos contactos separados bilaterais. No seu relatório à direcção do Likud, actualmente no poder em Israel, Moshe Dayan afirma que Sadat aceitará um acordo tácito de não beligerância, que tinha demonstrado pouco interesse na recuperação dos

territórios ocupados, e tinha também referido o fim do boicote árabe ao estado judaico e a permissão de navios israelitas navegarem no canal de Suez. A agência noticiosa líbia afirma, por seu lado, que foi estabelecido um acordo secreto em que só uma parte do território ocupado seria devolvido. Quanto ao problema palestino é evidente uma tentativa comum de ultrapassar a OLP e cozinhar uma «solução» de acordo com os interesses de Tel-Aviv, e não os do povo palestino. Por outro lado, o presidente de Israel Ephraim Katzir, em declarações proferidas na Cidade do México, onde se encontrava de visita, afirmou que «a intenção de Israel é assinar a paz em separado com o Egipto ou qualquer outro país árabe».

Na sua «corajosa» e «ousada» atitude, como é classificada pelos órgãos de propaganda burgueses, Sadat tem um único parceiro: Israel. Um parceiro que comanda as suas acções, totalmente alheias aos interesses dos povos árabes.

PELAS
CONQUISTAS DE ABRIL

ADERE
AO
PCP



Já somos mais 15 mil!
E mais seremos até ao fim
do mês de Dezembro.
Muitos e muitos milhares
para defender Abril!

Esta campanha, que
alarga e reforça o Partido
é ao mesmo tempo o reflexo
da aceitação que o PCP vai
conquistando junto de cada
vez mais largas camadas
da população portuguesa
que, desde o 25 de Abril,
tem vivido situações
complexas, exaltantes,
perigosas, avançando para
o futuro. Nesta caminhada
muitos foram os que se
enganaram, desde os que
acreditaram em promessas
de reaccionários, aos que
foram embalados na
demagogia esquerdista,
passando por aqueles que
acreditaram que dirigentes

socialistas cumpririam um
programa democrático com
o qual se apresentaram ao
povo.

No comício em que
interveio no passado dia 26,
na Brandoa, depois de
anunciar que mais 15 mil
novos comunistas se
organizaram nas fileiras do
PCP, o camarada Blauque
Teixeira, membro da
Comissão Política do CC,
num discurso de que damos
conta noutro local, referiu-se a muitos
trabalhadores que,
descrentes e desanimados,

se afastaram da luta em
defesa das conquistas
democráticas. E afirmou:

**É indispensável
reganhar esses
trabalhadores, todos
esses elementos das
camadas laboriosas, para
a defesa dos seus
interesses colectivos,
para a defesa da
democracia, para a defesa
da Constituição.**

Na actual situação
política é indispensável
que o Partido Comunista
se alargue e se fortaleça
para mais amplamente

**poder contribuir para
a unidade, para
a mobilização, para
a organização das
massas populares.**

E falando do reforço do
Partido:

Esse reforço não é para
que o PCP se torne,
simplesmente, maior
e mais forte. É para que
toda a sua acção de
esclarecimento, de
congregação de vontades,
de mobilização de
massas, atinja novas
camadas e sectores da
nossa população.

SOMOS MAIS 15 MIL!

QUANTOS MAIS EM DEZEMBRO?

Vamos entrar no mês de
Dezembro. As iniciativas
continuam, as iniciativas não
sofrem pausa nesta
Campanha. Os seus
objectivos, cada vez mais
claros para o nosso povo,
visam reforçar o Partido dos
Trabalhadores, cuja
importância nacional é cada
vez mais determinante. Trata-
se de defender as conquistas
de Abril e com elas os direitos
populares inscritos na
Constituição. Trata-se de
alargar e reforçar o PCP.

Muitas metas, embora
a grande maioria tenha sido
ultrapassada, faltam ainda
alcançar. Mas não é apenas lá
onde os objectivos não foram
alcançados que os militantes
e as organizações dão
o máximo do seu esforço — com
esclarecimento constante em
sessões políticas, com
o convívio que traz milhares de
pessoas ao conhecimento
mais directo do que são os
comunistas, com espectáculos
e outras formas de arte
e cultura, que projecta os
sonhos daqueles que lutam
pelo socialismo, os seus
combates de ontem, de hoje
e de amanhã.

E também no âmbito das
organizações em que se
alcançaram metas que a
princípio pareceriam
difíceis, que o trabalho de abrir
as portas do Partido a milhares
e milhares de novos militantes,
se multiplica em numerosas
actividades. Semanalmente
temos dado alguns exemplos
do que têm sido estas
actividades que cobrem o país,
que chegam ao conhecimento

de muitos simpatizantes
e amigos e os transformam em
camaradas. Anunciando
sessões às centenas, dando
conta de como a Campanha
cresce e se desenvolve. E,
quando um mês falta ainda
para o encerramento da
«Promoção Conquistas de
Abril» que irá coincidir com
o fim do ano, quando apenas
falta um mês, estamos certos
de que estas colunas vão
continuar a encher-se, as
informações continuam
a chegar, o grande movimento
que a Campanha, neste último
mês vai promover, reflectir-se-
á ainda durante todas as
semanas que faltam para que
o balanço se faça e se possa
finalmente anunciar em
números finais o êxito que já
é esta tarefa. Quantos milhares
seremos a mais para defender
Abril?

Estas semanas que faltam,
este mês último do ano vai ser
decisivo para que sejam
ultrapassadas por todo o lado
as esperanças que os
comunistas puseram na
Campanha. Intensificar
o trabalho de esclarecimento,
tirar rapidamente lições do que
tem sido em cada sector,
região, lugar, empresa,
o esforço colectivo e individual
para engrandecer o Partido,
aplicar essas lições com novo
impulso e novo alento, trazer
mais amigos à luta organizada
é a tarefa a que lançamos
mãos, ao mesmo tempo que
cada organismo não descure
a organização de cada novo
camarada, a sua integração no
Partido de modo que a nova
inscrição corresponda
efectivamente a uma presença

activa a reforçar a defesa das
conquistas de Abril.

Nestes tempos, nestes dias
em que vamos assistir
e participar ao multiplicar das
actividades da Campanha,
assistimos também a
momentos de gravidade para
o país, vivemos momentos em
que a reacção recrudescer os
seus ataques à democracia,
em que é preciso ser firme na
defesa da Constituição e das
instituições, na defesa das
conquistas que transformaram
a realidade social e política do
país.

Conquistar a democracia
e defendê-la tem sido a luta
dos comunistas. Uma luta
responsável que lhe granjeou
o respeito de amplas massas
populares e principalmente
junto dos trabalhadores. Há
poucos dias, mesmo dirigentes
socialistas, que se têm furtado
ao diálogo com os
trabalhadores e com o seu
partido declararam que o PCP
é um partido «responsável». É
um reconhecimento positivo,
se bem que atrasado. Muitos
e muitos milhares de
democratas se convenceram
disso antes, muitos deles se
decidiram e decidem pela
política responsável do Partido
Comunista, certos que aí
encontram a principal, a única
força política que defende os
interesses do povo, os
interesses nacionais. Muitos
e muitos portugueses aderem
ao PCP, reforçando o Partido,
que é o mesmo que reforçar as
possibilidades de fazer face,
com êxito, às arremetidas da
reacção e do imperialismo, de
promover as conquistas de
Abril.



A imagem documenta a reunião de quadros da Comissão Concelhia de Coimbra que se realizou no domingo passado a fim de se discutir a campanha «Promoção Conquistas de Abril» e as tarefas políticas do Partido na hora actual. As experiências e deficiências da organização foram objecto de vivo debate entre os presentes e certamente tomar-se-á um factor do melhoramento do trabalho futuro do Partido na região. Na véspera, aquele salão do Centro de Trabalho de Coimbra do PCP estivera completamente cheio no decorrer de um convívio dedicado aos novos membros do Partido. Nestas duas sessões o camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política do Comité Central abordaria a actual situação política e as tarefas que se colocam ao PCP. Na reunião com os novos membros uma sessão de canto livre e fados de Coimbra prolongaram o convívio e alegria.

INICIATIVAS

O camarada Álvaro Cunhal estará presente e participará no comício organizado em Alenquer hoje, dia 30 de Novembro, pelas 21 horas, nas instalações do Sport Alenquer e Benfica. Este comício, integrado na Campanha terá ainda uma parte artística. Um espectáculo em que participam José Manuel Osório, Carlos Paulo e o Grupo de Teatro Ensaio.

No dia 3 de Dezembro, pelas 15 horas, no Pavilhão da Romeira, na Cova da Piedade, Almada, haverá um almoço convívio, com Canto Livre, organizado pelo sector dos Transportes da DORL.

Ainda no dia 3 haverá um convívio organizado pelas células da EPAL e da EDP, pelas 15 horas, no Centro de Trabalho de Alfama. O convívio contará com a participação de um camarada do Comité Central. Prevê-se Canto Livre.

O Sector Público organiza, no próximo dia 10 de Dezembro, uma sessão com «slides» sobre a História do Partido.

Entretanto uma sessão de esclarecimento com a participação de Dias Lourenço, da Comissão Política do Comité Central terá lugar no dia 2 de Dezembro no salão do Padre Cruz, promovida pela 5.ª Zona do Comité Local de Lisboa.

Ainda no âmbito do CLL, o respectivo organismo da Construção Civil promove, nos dias 10 e 11 uma excursão-convívio e Ervidel — Beja. Haverá apanha de azeitona. Para esta jornada as inscrições efectuaem-se no Centro de Trabalho de São Bernardo.

Concelho de Oeiras: hoje, dia 30 de Novembro, pelas 18.30 horas, o Sector Industrial de Queluz de Baixo promove a projecção de um filme. No dia 2 de Dezembro haverá 1.ª sessão de esclarecimento e uma festa em Porto Salvo. No dia 3, Festa Popular no Ginásio do ISEF, pelas 15 horas, com sessão de esclarecimento em que participa um membro do Comité Central. E no dia 9, sessão nos Bombeiros de Oeiras.

Vila Franca de Xira: no dia 6 de Dezembro, no Pavilhão da Abelheira, vai haver um espectáculo em que participam Rogério Paulo e Carlos do Carmo.

Em Sintra: Um almoço-convívio prepara-se para o dia 3 de Dezembro. As inscrições fazem-se no Centro de Trabalho.

Ainda iniciativas da Campanha, de organizações do CLL:

No dia 1 de Dezembro — Canto Livre, Teatro de Fantoques e Intervenção Política no Centro de Trabalho do Chiado — 2.º andar —, pelas 15.30 horas, organizado pelas células de 5 bancos — organização dos Bancários.

No dia 3 — Cinema, «slides», Canto Livre e Teatro de Fantoques, no mesmo Centro de Trabalho, pelas 16.30 horas, organizado pela Célula do Banco da Agricultura.

No dia 7, ainda no CT do Chiado, pelas 19 horas, sessão de esclarecimento promovida pela célula do Banco Totta & Açores.

No dia 10, no Centro de Trabalho de Alfama, pelas 21 horas, sessão de esclarecimento com Canto Livre, promovido pelo organismo do Comércio.

Na região da DORS prevê-se para o próximo dia 9 de Dezembro, no concelho do Barreiro, freguesia de Palhais, pelas 21.30 horas, uma sessão especialmente dedicada a pequenos agricultores.

No mesmo concelho, no dia 10, haverá uma sessão de esclarecimento na colectividade «Os Penicheiros».

Beiras: Hoje, dia 30 de Novembro, sessão de esclarecimento promovida pela Comissão Concelhia de Espinho.

No dia 3 de Dezembro, pelas 18 horas, convívio no Centro de Trabalho da Figueira da Foz, com simpatizantes e novos aderentes.

No mesmo dia, em Vale de Cambra, uma sessão de esclarecimento.

Ainda no dia 3, haverá um comício em Aveiro.

No dia 4, no Sobreiro, Condeixa, haverá uma Festa integrada na Campanha.

Na região da DORA, prevêem-se muitas sessões e reuniões alargadas no âmbito da «Promoção Conquistas de Abril». Nos três distritos, Beja, Évora e Portalegre sucedem-se as actividades ligadas à Campanha. Entretanto anunciamos apenas uma que se realizará em Rio de Moinhos, Borba, no próximo sábado.

Finalmente no extremo sul do país. DORAL. No dia 2 de Dezembro terá lugar no Cine-Foz de Vila Real de Santo António uma grandiosa festa-espectáculo com a participação de meia centena de artistas amadores do Algarve. Canções, Poesia, «slides» são algumas das manifestações culturais que se anunciam. O conjunto «Praxis», os Pioneiros, Joaquim Rodrigues e Fernando Farinha são outras tantas razões para estar presente a esta festa.

No dia 3, Albufeira, à tarde, está prevista uma sessão de esclarecimento com a participação do camarada Domingos Abrantes, membro do Secretariado do Comité Central do Partido. No mesmo dia o camarada Domingos Abrantes participará numa outra sessão, às 21 horas, em Silves.

No dia 4, pelas 13 horas, haverá um almoço convívio no Centro de Trabalho da Quarteira, também com a presença do camarada Domingos Abrantes.



Um exemplo a frutificar NO CAMINHO DE ABRIL

O êxito que «No Caminho de Abril» conheceu nas várias localidades do Norte e do Centro do País volta a repetir-se, desta feita no Algarve. Maria do Amparo, Carlos Moniz e Samuel actuarão nos últimos dias em Bordeira, Faro e Silves e ainda em Aljezur. Hoje terminam a sua volta pelo Alentejo, o que noticiaremos na semana que vem. Do Algarve, entretanto, já nos chegaram algumas novas.

Assim soubemos que em Bordeira, na Sociedade Recreativa, no passado dia 25 teve lugar um espectáculo, depois de uma intervenção política de um camarada da Comissão concelhia de Faro. Mais de 200 pessoas vibraram com as canções, os textos e os «slides» deste espectáculo itinerante.

No dia 26 à tarde, no cinema de Silves foram mais de 1000 os espectadores reunidos. No mesmo dia à noite, na Escola Comercial e Industrial de Faro, 350 pessoas assistiram a «No Caminho de Abril». Os artistas actuarão depois de ter havido uma intervenção política. Participaram ainda nesta sessão o Grupo Abril que integra artistas locais.

Na continuação do espectáculo «No Caminho de

Abril» que percorreu o País, organizou-se na DORL um espectáculo semelhante, com canções de José Manuel Osório e Carlos Paulo, poemas, texto, «slides» e filme. Trabalho colectivo da SIP/DORL e dos camaradas J.M. Osório, C. Paulo e do Grupo de Teatro Ensaio, este espectáculo tem o principal objectivo de intervir nos concelhos do norte do distrito de Lisboa.

Com 2 espectáculos

realizados, no Sobral de Monte Agraço e em Torres Vedras nos passados dias 26 e 27 podemos dizer que tem sido entusiástica a aceitação.

Estão programados os seguintes espectáculos:
Dia 30 — Alenquer
Dia 2 — Azambuja
Dia 10 — Arruda
Dia 16 — Malveira.
No dia 12, na Festa organizada pelo Organismo dos Transportes, no Teatro Adóque, em Lisboa.

A CAMPANHA EM VERSOS

Chegam-nos versos em que a Campanha «Promoção das Conquistas de Abril» é cantada. Queremos publicar na «Avante» alguns deles, para que se conheça o espírito da campanha.

Ser militante é estar de mãos nas mãos
É unir, lutar, ultrapassar barreiras
É levar a todo o Mundo luz, verdade!

Ser militante é sermos como irmãos
Lutar unidos, ser porta-bandeiras
Erguer mais alto a voz da liberdade!

Estes foram alguns dos versos de um soneto que o camarada Gouveia, do Banco de Fomento Nacional, nos enviou. E agora publicamos um excerto do poema que nos envia o camarada Valente, do Centro de Trabalho da Brandoa:

Peito erguido, passo forte
Na campanha dos 10 mil
Os camaradas do Norte
Estão nas Conquistas de Abril

Num alerta aos camaradas
Para orgulho da História
Sul e Norte de mãos dadas
Chegaremos a Vitória!

A CAMPANHA EM MARCHA!

Centenas de pessoas em festas

Cerca de 500 pessoas assistiram à Festa que a organização da 6.ª Zona do Comité Local de Lisboa promoveu no passado sábado no Teatro Vasco Santana. A sala completamente cheia. O camarada Manuel Pedro, membro do Comité Central fez uma intervenção política, antes do Canto Livre que preencheu a 2.ª parte da sessão.

Entretanto na Sociedade Euterpe Alhandrense, ainda no passado sábado, o camarada Jorge Manuel de Matos, membro suplente do CC, fez uma intervenção política durante a festa que reuniu cerca de 700 pessoas. O entusiasmo esteve sempre presente durante toda a festa que contou também com mais 4 intervenções, uma saudação dos Pioneiros e, finalmente, o Canto Livre em que participaram o Duo Tojal e Alfredo Vieira de Sousa.

Nasce uma nova célula

Na festa de Alhandra, durante a sessão verificaram-se 38 adesões ao Partido e, no dia seguinte mais 8, o que aproxima bastante da meta o número total de adesões verificadas na freguesia.

Anuncia-se, por outro lado, o nascimento de uma célula nova, fruto da «Promoção Conquistas de Abril». Trata-se da célula da Transportadora Mafrense. Os novos membros do Partido saberão defender os interesses dos trabalhadores na empresa.

Ampliar a luta

O Sector Electrónico da Organização do Comércio do CLL realizou no passado dia 18, no Centro de Trabalho São Bernardo, um plenário com a presença de 30 pessoas. Grande participação caracterizou a reunião em que muitos simpatizantes puseram perguntas e intervieram no debate.

O Secretariado da Célula do Banco Totta & Açores publicou um comunicado, dirigido aos companheiros de trabalho em que se pode ler, a dado passo: «Reforçar o PCP é ainda, entre nós e no actual momento, ampliar a luta por um contrato colectivo justo e por um sindicato autêntico (...) No BTA reforçar o PCP é ainda lutar contra o regresso dos Seldeiros, dos Guimarães e dos Meios, lutar por uma estrutura sindical forte e actuante, lutar por um Controlo de Gestão efectivo (...)»

Somos mais quantos?

Do Alentejo chega-nos a notícia de que já são mais 3250 comunistas que vão conosco defender Abril em terras de Reforma Agrária! Lutar nas fileiras do PCP. Sobem já a 1661 os novos militantes inscritos no Partido até há poucos dias, nos 2 distritos da região da DOROR. Em Santarém registaram-se 1042 adesões e em Leiria 619! E os camaradas continuam a Campanha nesta região. Num esforço organizado em que o papel de cada militante é precioso.

Esforço individual

No Couço, por exemplo, o esforço individual do camarada Domingos Catarino deu como resultado este camarada ter até hoje recrutado 61 novos camaradas.

Entretanto, no Reguengo do Alviela, um camarada que conta 90 anos de idade fez a sua inscrição no Partido. Desde há muito comunista, já antes do 25 de Abril era conhecido pelo «Rádio Moscovo». Quando chegou o dia da libertação o camarada pensou ser velho demais para se inscrever como militante. Mas decidiu hoje. E decidiu bem.

Nas Beiras

Realizou-se no Cine-Teatro de São Pedro do Sul no passado dia 26 à noite um comício promovido pela organização concelhia do PCP e incluído no âmbito da Campanha «Promoção das Conquistas de Abril».

A sessão iniciou-se com algumas canções interpretadas pela Brigada Vítor Jara, seguindo-se uma intervenção do camarada Armando Nogueira, membro do CC, sobre alguns aspectos da história do Partido, a situação política actual e os objectivos da Campanha.

Foram projectados vários «slides» com montagem sonora sobre a Festa do «Avante!», encerrando-se a sessão com um animado convívio.

Sessões no Algarve

O camarada Francisco Miguel, deputado e membro do Comité Central participou no último fim-de-semana em algumas sessões de esclarecimento no Algarve. Assim foi em Silves, no passado domingo à tarde, onde uma centena de pessoas esteve presente. No dia 26, em Vila Nova de Cacela, à noite, na Sociedade Cacelense, estiveram presentes na sessão 70 pessoas. No final actuou o conjunto «Praxis». Domingo à noite, na Sociedade Recreativa Nexense, em Faro, a sessão orientada pelo camarada Francisco Miguel teve uma assistência avaliada em 100 pessoas. Actuou depois o Grupo Abril e ainda o Rancho Juvenil de Faro.

Também o camarada Severiano Falcão, deputado e membro do CC interveio em sessões de esclarecimento no passado fim-de-semana no Algarve. No sábado à tarde esteve em Geões, Alcoutim, numa sessão que reuniu 200 pessoas. No mesmo dia, à noite, a sessão verificou-se na Sociedade, em Alcoutim, com a presença de uma centena de pessoas. No domingo, Severiano Falcão esteve nos Oihos de Água, Albufeira.